

I- INTRODUÇÃO

1.1- TEMA E OBJECTIVOS

É consensual que os pilares decisivos na dinâmica populacional de qualquer território são a fecundidade, a mortalidade e a migração. Tanto a fecundidade como a mortalidade constituem um fenómeno natural, em oposição à migração que é o resultado das diversas deslocações dos indivíduos, através dos diferentes espaços geográficos num determinado período de tempo, sobretudo por razões económicas.

Em Cabo Verde, o factor migratório tem enorme significado, assumindo a emigração características históricas no País. Todavia, actualmente, num contexto sócio-político e económico diferente, Cabo Verde tem vindo a revelar uma apetência forte para receber imigrantes de vários países, passando a ser um país, simultaneamente, de emigração e de imigração.

Gradualmente o país tem vindo a registar, sobretudo a partir dos anos 90, intensos fluxos imigratórios provenientes maioritariamente de alguns países do Continente Africano, como a Nigéria, a Guiné-Bissau e o Senegal, isso devido ao Protocolo sobre a livre circulação de pessoas, o direito de residência e estabelecimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assinado em Dakar em Maio de 1979, e ratificado por Cabo Verde através da Lei nº18/II/82. Seguem-se os imigrantes provenientes do Continente Europeu, sendo Portugal o maior emissor, o que pode ser explicado por pertencer à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e pelos laços históricos que mantém com Cabo Verde. Recentemente, o arquipélago tem recebido população proveniente de outras partes do globo, que é menos relevante pela quantidade, do que pelo peso que exerce em algumas actividades económicas, nomeadamente o comércio; o exemplo disso é a comunidade chinesa.

A emigração Cabo-verdiana tem sido alvo de vários estudos, o que já não acontece com a imigração. Este facto poderá ser explicado por se tratar de um fenómeno recente e por ter uma menor dimensão do que a emigração.

Este trabalho insere-se no âmbito das investigações relativas às comunidades imigrantes em Cabo Verde. Actualmente, a situação jurídica do estrangeiro no território nacional é regulamentada pelo Decreto-Legislativo nº6/97, de 5 de Maio, publicado no Boletim Oficial nº17, I Série, em substituição da Lei nº93/III/90, de 27 de Outubro, que visa regular a circulação de pessoas, o controlo eficaz das fronteiras e do acesso ao território nacional, sendo também consentâneo com as disposições constitucionais e as convenções internacionais em matéria de estrangeiros.

O fenómeno imigratório exige uma compreensão multifacetada. Neste sentido pretendemos demonstrar o contributo que a comunidade imigrante¹, desempenha no desenvolvimento do comércio.

A localização geográfica de Cabo Verde, na encruzilhada de três continentes (África, Europa e América) e com fracos recursos naturais, fazem com que o sector do comércio tenha um peso bastante importante na economia, apesar de ainda ser caracterizado pela predominância de uma estrutura frágil e pouco competitiva. De entre os principais constrangimentos ao desenvolvimento do comércio destacam-se: um número excessivo de estabelecimentos por mil habitantes, a predominância de empresas de pequenas dimensões (com baixo número de activos por estabelecimentos e uma estrutura de base familiar) com uma distribuição regional bastante assimétrica. Efectivamente as duas principais cidades do arquipélago, Praia e Mindelo, concentram um grande número de estabelecimentos comerciais, o que é um fenómeno normal, uma vez que são as duas cidades que comportam, segundo os dados do censo de 2000, mais de 60% do total da população do arquipélago, para além de funcionarem como os principais centros económicos do país. Nos últimos anos, este contexto tem sofrido

¹ A nossa população alvo é a comunidade chinesa em São Vicente.

alterações devido à atitude inovadora dos comerciantes locais, bem como ao aparecimento de novos comerciantes oriundos de vários países, com destaque para a China.

Estas transformações têm impactos ao nível do comércio estabelecido, contribuindo, aparentemente, para o encerramento de vários estabelecimentos comerciais que não conseguem aguentar a concorrência das novas unidades de venda e, também, para o processo de adaptação dos comerciantes mais dinâmicos, que reformulam e reconvertem os seus estabelecimentos e técnicas de venda, tornando-os mais competitivos.

Neste sentido, várias questões² pertinentes são levantadas, no que diz respeito à comunidade em estudo, nomeadamente: Como conseguem os empresários chineses rentabilizar as suas empresas perante a incerteza da envolvente? Qual a sua capacidade de adaptação e de ultrapassagem das regras institucionais em constante mudança? Será que os comerciantes locais aceitam pacificamente os chineses? Em que medida as características dos grupos de empresários chineses existentes em Cabo Verde diferem dos outros empresários? Quais as causas dessas diferenças? Que comportamento ou comportamentos adoptaram os empresários locais para se adaptarem as mudanças ao longo desses últimos anos de contínuas reformas?

Mas afinal, qual é o contributo dos imigrantes chineses no desenvolvimento do comércio local em São Vicente? Isto constitui o enredo da nossa investigação e é a grande questão a que pretendemos responder com a nossa dissertação.

Como hipótese de resposta principal, postulamos que o comércio chinês contribui para o desenvolvimento da ilha, dinamizando e modernizando o comércio a retalho, gerando alguns empregos e ajudando a melhorar a qualidade de vida dos São vicentinos, na medida em que torna os preços dos produtos mais baratos e mais acessíveis a toda a população.

² Questões que serão respondidas nos capítulos 5, 6 e 7 da tese.

Ao escolher a temática da tese constatámos a existência de poucos ou quase nenhuns trabalhos sobre a imigração para Cabo Verde, o que implica uma grande responsabilidade, visto que se trata de um tema inovador, que pode dar alguma contribuição à abordagem científica deste assunto. Assim sendo, embarcámos neste desafio e propusemo-nos tratar o tema das Comunidades Imigrantes em Cabo Verde, tomando por sustentáculo a comunidade chinesa e a sua participação no desenvolvimento do comércio na ilha de São Vicente.

Dada a impossibilidade prática de estudar o país na sua globalidade, a escolha de uma ilha³ surge como uma alternativa interessante.

1.2- METODOLOGIA

Abordar a temática do comércio chinês na ilha de São Vicente é uma tarefa cuja abrangência requer uma definição prévia e cuidada dos pontos a focar, existindo plena consciência de que inevitavelmente acabarão por ficar de fora alguns tópicos susceptíveis de contribuir não só para a desejada caracterização, mas também para fundamentar e sustentar de forma adequada as propostas e os caminhos possíveis de traçar.

Na concretização do nosso trabalho, recorremos a diversa bibliografias sobre migrações e as suas teorias explicativas com destaque para o empreendedorismo imigrante e o desenvolvimento.

Pesquisámos nas bibliotecas de várias Faculdades, nomeadamente: Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL- FCSH), Universidade Lusófona, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

³ Optamos por São Vicente, por um lado por se tratar da ilha de onde é oriunda a mestranda e, por outro, por ser uma ilha portuária, detentora da segunda maior cidade, com um aparelho comercial muito desenvolvido e diversificado com uma forte presença de comerciantes chineses, o que aumenta a massa crítica correspondente ao objecto de estudo.

Para além dessas, consultámos a Biblioteca Nacional em Lisboa e as Bibliotecas Municipais de Lisboa e Oeiras.

Também em Cabo Verde vasculhámos documentos relacionados com a temática, sobretudo, na Cidade da Praia (Biblioteca Nacional, Biblioteca do Banco de Cabo Verde, Biblioteca do Governo, Biblioteca do Instituto Superior de Educação (ISE) e o Arquivo Histórico Nacional) e na Cidade do Mindelo (Biblioteca Municipal, Biblioteca do Centro Cultural do Mindelo e Biblioteca do Instituto do Ensino Superior Isidoro Graça - IESIG).

Foi também bastante vantajoso para nós a consulta de algumas teses e estudos sobre a matéria, bem como o recurso a jornais e revistas, que possuem informação actualizada que pode ser utilizada como base para o desenvolvimento da pesquisa. O recurso à Internet foi bastante útil na medida em que facilitou o acesso a várias informações e dados para a concretização deste trabalho.

Para facilitar o nosso estudo, definimos um pré-plano, que foi sujeito a alguns ajustamentos; assim procurámos realizar uma pesquisa bibliográfica das obras que, directa ou indirectamente, pudessem contribuir para aprofundar o nosso objecto.

A par dessas publicações e obras científicas, sentimos necessidade de recorrer, igualmente, às estatísticas publicadas por diversos organismos, designadamente o Banco de Cabo Verde (BCV), Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Cabo Verde a fim de fundamentar em termos numéricos a investigação.

Os dados quantitativos destas duas últimas fontes revestem-se de uma extrema importância quando se quer perceber a dimensão do fenómeno migratório, mesmo que a informação não possa ser comparada, uma vez que não assenta nos mesmos critérios. O SEF efectua o apuramento dos dados estatísticos referentes aos estrangeiros em situação juridicamente legalizada o que tem origem num procedimento administrativo obrigatório, e os do INE assentam nos dados censitários (Censo de 1990 e 2000), não oferecendo portanto uma fiabilidade total (uma vez que é

baseado num levantamento universal, cuja não resposta não implica desvantagens claras, o que leva muitas pessoas a não responder). De qualquer modo, os dados do INE e do SEF assumiram um papel importante para a realização do quarto e uma boa parte do quinto capítulo, referentes à caracterização do fenómeno imigratório Cabo-verdiano.

Assim, no estudo dos imigrantes em Cabo Verde recorremos aos dados do INE e quando retratamos a comunidade chinesa utilizamos os dados do SEF, uma vez que esses dados foram os que mais coincidiram com os inquéritos que aplicámos, bem como com a entrevista que nos foi concedida pela Embaixada de China em Cabo Verde.

Convém aqui assinalar a importância de algumas conversas informais, de carácter exploratório, mas bastante profícuas, tidas com cientistas sociais cabo-verdianos, nomeadamente, consultores e conselheiros do governo, bem como com chineses, designadamente durante as viagens entre Mindelo/ Praia e vice-versa. Todo esse material foi registado no caderno de campo, contribuindo para identificar situações, problemas e pistas de respostas que exploramos de modo mais rigoroso no nosso trabalho.

As entrevistas e os inquéritos (Anexo I, II e III) constituíram peças fundamentais para a obtenção de dados, uma vez que se trata de um assunto novo e que muita polémica tem trazido à sociedade São Vicentina e Cabo-verdiana, em geral.

Foram entrevistados a Presidente da Câmara Municipal da ilha, entidades da Embaixada de China em Cabo Verde (na cidade da Praia), comerciantes e imigrantes chineses na Cidade do Mindelo, empregados cabo-verdianos das lojas chinesas, alguns clientes e comerciantes locais. Estavam programadas outras entrevistas, nomeadamente ao Instituto das Comunidades (IC), no Ministério de Negócios Estrangeiros, todavia não foi realizada uma vez que a responsável para além de sempre se mostrar indisponível, alegou que não havia informações sobre os imigrantes, mas sim sobre emigrantes. Apenas nos remeteu para a legislação de imigração em Cabo Verde.

Assim sendo, deparámo-nos com muitas dificuldades para conseguir as entrevistas, devendo-se isto ao facto de existir ainda muita burocracia em Cabo Verde; mesmo após a marcação de uma data para as entrevistas, nota-se pouca disponibilidade da parte das pessoas. De realçar também que muitos dos serviços trabalham de uma forma paroquial, fechada e quase “guetizada”, sendo reduzida a cooperação e articulação em rede.

Os inquéritos foram aplicados a todos os estabelecimentos comerciais chineses da ilha, a todos os funcionários chineses e donos destes estabelecimentos, tendo sido posteriormente analisados em confronto com os dados do SEF e as informações dadas pela Embaixada de China em Cabo Verde, e refira-se de uma maneira geral, coincidiram.

No início da aplicação dos inquéritos adaptámos uma estratégia que era falar directamente com os chineses, o que não surtiu o efeito desejado, uma vez que se mostraram desinteressados e muitas vezes com uma certa desconfiança. Então optámos por outra estratégia que foi contactar com os empregados Cabo-verdianos e eles depois iriam falar com os chineses, o que tornou muito mais fácil aplicar esses inquéritos. A relação de confiança empregado-patrão foi, pois, crucial para o sucesso do processo de inquirição.

Tivemos que fazer o levantamento directo de todos os estabelecimentos comerciais chineses, uma vez que a relação de estabelecimentos comerciais fornecida pela Câmara Municipal de São Vicente, só refere o nome do titular do estabelecimento. Este processo revestiu-se de uma importância extrema, na medida em que constatámos, em muitos casos, a existência de vários estabelecimentos para um mesmo proprietário.

Fomos também solicitar informações acerca desses estabelecimentos comerciais na Direcção Regional de Contribuições e Impostos de São Vicente (DRCI- SV) para conhecer a situação legal dos mesmos.

Na Alfândega de São Vicente ficámos a saber se há ou não vantagens aduaneiras dos comerciantes chineses e os tipos de produtos importados;

na Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços de Barlavento (CCIASB), ficamos a conhecer o número de importadores chineses na ilha bem como o total de importadores de Barlavento.

1.3- ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho será composto por seis capítulos, para além da introdução, nos quais pretendemos explanar, esquematizar e analisar os elementos que julgamos importantes para a compreensão da temática em estudo.

Assim, no segundo capítulo apresentaremos os conceitos operacionais e a base teórica em que assenta a nossa investigação, ou seja, numa primeira abordagem, definimos 4 conceitos chave: Migrações/ Mobilidade; Comunidade e Desenvolvimento. Ainda neste capítulo debruçamo-nos sobre as teorias explicativas das migrações e do empreendedorismo imigrante, outro elemento central da dissertação.

O terceiro capítulo centra-se no enquadramento geográfico e sócio-económico da área de estudo, para seguidamente particularizar a ilha de São Vicente, com o objectivo de percebermos a realidade do país.

Cabo Verde, da Emigração à Imigração, corresponde ao conteúdo do quarto capítulo onde focalizaremos a origem e evolução dos imigrantes no Arquipélago, o grau de qualificação e a distribuição geográfica pelas ilhas. Como fecho desse capítulo, e servindo-se de vínculo de ligação aos capítulos seguintes, contextualizamos as características básicas da imigração chinesa em Cabo Verde.

Seguidamente entramos nos V e VI Capítulos que constituirão o clímax da nossa investigação, uma vez que foi neles que descrevemos “*in locus*” a real situação da comunidade em apreço (com base nos inquéritos, entrevistas, trabalho de campo e nas conversas (in) formais). Seguindo esta linha de ideias, o quinto capítulo intitula-se *A comunidade Chinesa em São Vicente e a sua participação no desenvolvimento do comércio*, e está

dividido em dois pontos fundamentais: por um lado a análise sócio-demográfica e económica da comunidade e, por outro, a caracterização geral do comércio por eles praticados.

O Comércio chinês e o comércio local: Contributos dos empresários chineses para o desenvolvimento comercial de São Vicente, é a abordagem do sexto capítulo.

Na última parte da pesquisa esboçam-se as considerações finais deste trabalho, realçando as notas conclusivas das principais linhas de análise, bem como sugestões para futuras investigações.

II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Este capítulo estabelece os pilares de sustentação teórica do nosso trabalho. Analisa e problematiza os conceitos chaves, proporcionando as balizas teóricas que serão indispensáveis para a operacionalidade da pesquisa.

Nessa óptica, serão explicadas e brevemente discutidos alguns conceitos, que achamos relevantes, designadamente Mobilidade/ Migrações, Comunidade e Desenvolvimento. Propõem-se definições não descritivas, para seguidamente se apresentarem as teorias que envolvem o fenómeno migratório. O empreendedorismo imigrante e o desenvolvimento constituirão uma ponte entre a parte teórica e ao estudo do caso.

2.1- DEFINIÇÕES DE ALGUNS CONCEITOS

A migração tem sido objecto de vários estudos, em diferentes áreas disciplinares, designadamente a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Demografia, o Direito, a Psicologia, a Economia e mais recentemente, a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Vivemos numa era de intensa mobilidade de homens e de uma intensa circulação de produtos, serviços e informação associados ao desenvolvimento tecnológico, aplicado aos transportes e às comunicações. Alguns elementos distinguem esta intensa circulação de pessoas e de bens materiais e imateriais, da verificada em outras épocas históricas: a rapidez, o menor custo, o uso do espaço aéreo, a simultaneidade, a quantidade e a diversidade de pessoas e de bens. Se este é o século das comunicações, é também o século da mobilidade à escala planetária. Como afirma Peterson

([1996] 1959: 13) “*A world in which hardly anyone dies in the place where he has born, however, can hardly be termed sedentary*”⁴.

2.1.1- MOBILIDADE/MIGRAÇÕES

As migrações humanas são um dos fenómenos sociais mais antigos e, por isso, pode afirmar-se que se encontram na génese de qualquer sociedade humana, confundindo-se até com o próprio processo de humanização.

É importante distinguir a migração da mobilidade. Enquanto a mobilidade⁵ abarca todos os tipos de movimentos territoriais, independentemente da sua duração ou das distâncias, a migração implica a mudança permanente de residência (Lewis, 1982: 8). Toda a migração é mobilidade, mas nem toda a mobilidade é migração.

Para Maria Lucinda Fonseca (1990), a mobilidade espacial engloba vários tipos de movimentos, podendo ser assinalado a três grandes níveis: a Mobilidade Geográfica; a Mobilidade dos Activos e a Mobilidade Social.

A mobilidade geográfica, que compreende as deslocações entre lugares com carácter permanente ou temporário, onde se incluem os vários tipos de migrações (implicam mudança de residência), qualquer que seja a amplitude (internacional, inter e intra-regional ou local) ou no sentido dos movimentos. Nesta categoria incluem-se ainda as deslocações quotidianas, directamente relacionadas com o emprego ou com outro tipo de actividades (escola ou aquisição de bens);

A mobilidade geográfica dos activos, que pode estar associada a mudanças de profissão ou de situação sócio-profissional;

4 “Um mundo no qual dificilmente alguém morre no local onde nasceu, dificilmente poderá ser apelidado de sedentário”

⁵ “(...) a mobilidade implica, sempre, a mudança do lugar/ posição/ estatuto socio-económica que anteriormente se ocupavam.” (Ferreira e outros, 1995: 365).

A mobilidade social, relacionada com a alteração do estatuto social, familiar ou individual.

A mobilidade espacial deixou de englobar apenas as deslocações no território, para passar a corresponder a um “processo social e económico”, bastante complexo, estando assim ligado ao funcionamento e às alterações das estruturas sociais contemporâneas.

Numa abordagem geográfica e, em sentido lato, Courgeau (1988: 3) citado por Pimentel (1999:6), definiu a mobilidade espacial como sendo “o conjunto das deslocações realizadas no espaço físico, por indivíduos ou grupos de indivíduos, qualquer que seja a duração e a distância desses movimentos”.

A migração constitui uma das diversas formas de mobilidade espacial, e pode ser definida como movimento de uma pessoa (migrante) entre dois locais, durante um determinado período de tempo. A grande dificuldade reside em saber qual a distância a percorrer e qual o tempo de permanência para que a deslocação efectuada possa ser considerada uma migração. No intuito de se chegar a um consenso, todas as deslocações de curta duração que não implicam mudança de residência deixaram de ser consideradas de migrações⁶. Assim “a migração terá que ser um fenómeno contínuo dentro de um dado limite temporal” (Jackson, 1991: 6)

Para Pimentel (1999: 7), “a definição mais frequente de migração está incluída a ideia de mudança de residência, pressupondo, a passagem de uma fronteira (de um país para outro ou o limite administrativo entre regiões do mesmo país)⁷”. Quando a migração se dá entre dois locais que constituem unidades administrativas distintas e se situam no mesmo país, designa-se por migração interna.

Referindo-se às migrações enquanto modalidade da mobilidade espacial, Lee (1966: 285), definiu-as como sendo “uma mudança permanente ou semi-permanente de residência”. Nesta definição ficam

⁶ As deslocações diárias para o emprego ou as viagens de férias não são classificadas como migrações.

⁷ Quando isso não acontece, é considerada mobilidade residencial.

misturados os vários tipos de movimentos espaciais, por exemplo, se essa mudança de residência se deu na mesma cidade, no mesmo prédio ou está associada a uma deslocação para outro país (Pimentel, 1997:8).

Em suma e rigorosamente usado, o termo migração deveria ser reservado para a movimentação de pessoas de um local para outro com a intenção de instalação permanente. Segundo Broek e Webb (1968, cit. por Lewis 1982), “o movimento de mão-de-obra e também de refugiados, com o propósito de mudança temporária, pode bem resultar em mudança de residência permanente⁸”.

No entanto, não existe consenso generalizado sobre o conceito de migrante e de migrante internacional⁹. Os conceitos divergem entre diferentes áreas de investigação e mesmo no seio de uma mesma área de investigação. Há autores que privilegiam a dimensão temporal¹⁰, outros a dimensão territorial¹¹, outros ainda a dimensão sócio-cultural¹².

De acordo com Pryor (1981), a diferença entre migração interna e migração internacional é uma questão de grau, de continuidade e não de descontinuidade¹³.

Para além da migração internacional, a mobilidade internacional abarca as deslocações no espaço sobretudo por motivos de turismo e de trabalho (por exemplo de negócios, investigações, mobilidades de estudantes, de idosos e migrações por motivos de saúde).

⁸ “Strictly speaking, the term migration should be reserved for the movement of persons from one place to another for the purpose of permanent settlement. However, the movement of labour- and also refugees - intended as a temporary shift may well result in permanent change of residence.”

⁹ Migrante Internacional (conceito geográfico e social) distingue-se de estrangeiro (conceito jurídico) e de residente.

¹⁰ “Migration is the changing of the place of abode permanently or, when temporary, for an appreciable duration” (Weinberg 1961, cit por Lewis 1982 :7).

¹¹ “the change of residence of an individual from one parish or commune to another” (Hagerstrand 1957, cit por Lewis 1982: 7).

¹² “the physical transformation of an individual or a group from one society to another. This transition usually involves abandoning one social setting and entering another and different once” (Eisenstadt 1953, cit por Lewis 1982 : 7).

¹³ “It can be assumed that commuting, local moves, seasonal and circular or return mobility, and changes of residence within and between countries have some characteristics in common, as well as features which we have traditionally used to differentiate one pattern or syndrome of behavior from another” (Pryor 1981: 110-111).

A designação de migrante internacional abarca “realidades humanas, económicas, sócio-políticas muito diferenciadas, as quais se inscrevem elas próprias, em espaços muito diversificados¹⁴” (Simon 1995: 9). A dificuldade do consenso prende-se sobretudo com a definição de residência e de período de tempo. Os critérios mais usados para identificar os migrantes internacionais são a cidadania, o país de nascimento, ou uma combinação desses critérios. Esses critérios levantam, por sua vez, alguns problemas: o uso da cidadania exclui os que se naturalizam; as definições de cidadania e nacionalidade e as definições de migrante com base na duração da permanência variam de país para país (Salt e Singleton in Erf, 1995: 80).

Tendo em conta os impactos políticos do fenómeno migratório no país de imigração, a confusão terminológica e conceptual tende a agravar-se: “os contributos socio-políticos da migração e as controvérsias geradas à volta desta questão são tais que, em certos países de imigração, contribuem mais para obscurecer o debate científico sobre a terminologia e o estudo estatístico do que para o clarificar¹⁵” (Simon, 1995:9).

Ainda segundo este autor, migração internacional é a “deslocação de população com transferência de residência para outro Estado e com mudança de estatuto jurídico da população em causa. É portanto a passagem de uma fronteira internacional, com todas as suas implicações jurídicas¹⁶”. Para Mary M. Kritz e outros (1981:16), a migração internacional abarca “o movimento de pessoas que se instalam de forma permanente, trabalhadores temporários, refugiados e estrangeiros ilegais¹⁷”.

¹⁴“réalités humaines, économiques, sociopolitiques très différentes qui s'inscrivent elles-mêmes dans des espaces très diversifiés.”

¹⁵“les enjeux sociopolitiques de la migration et les controverses à ce sujet sont tels que, dans certains pays d'immigration, ils contribuent plus à obscurcir le débat scientifique sur la terminologie et l'étude statistique qu'à le clarifier. ”

¹⁶“Déplacement de population avec transfert de résidence d'un état à un autre et changement de statu juridique de la population concernée. C'est donc le franchissement d'une frontière internationale, avec toutes ses implications juridiques”.

¹⁷“The movement of permanent settlers, temporary workers, refugees, and illegal aliens”.

Tendo em conta a subjectividade na definição do conceito migratório, as Nações Unidas, criaram, em 1970, o seguinte conjunto de critérios para classificar uma pessoa que se desloca de um local para outro:

- Por menos de três meses - Deslocações¹⁸;
- Entre 3 meses a 1 ano – Migrações Temporárias;
- Mais de 1 ano – Migrações Permanente.

Em síntese, tanto nas migrações internas como nas internacionais, o migrante desloca-se de uma origem (A) para um destino (B), sendo considerado um *emigrante* em A e um *imigrante* em B¹⁹. A soma dos imigrantes e dos emigrantes numa dada região designa-se por *migração bruta* e ao saldo ou balanço das entradas e saídas, *migração líquida*. A Taxa Migratória é a razão entre o saldo migratório e a população residente vezes cem ou mil (por centena ou por milagem).

2.1.2- COMUNIDADE

É importante perceber o papel determinante da mobilidade populacional e o seu carácter corolário: o processo de formação de comunidades sujeitas a fortes processos de transformação social e cultural, em virtude do contacto com a sociedade de acolhimento.

A palavra “comunidade” apresenta diferentes significados, sendo frequentemente utilizada pelos sociólogos como uma “forma fundamental de agrupamento primário” (Birou, 1982:75). Aristóteles utilizava-a, como expressão de uma totalidade de indivíduos ligados por laços sociais.

Já no século XIX, devido aos processos de desagregação das comunidades tradicionais, elabora-se um conceito mais alargado e aprofundado de comunidade ainda que polissémica e susceptível de

¹⁸ As Deslocações não constituem migrações, mas sim Mobilidade.

¹⁹ Segundo Rocha – Trindade (1995:31), emigrar significa “deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro”.

interpretações diferentes e até contrastantes (Bell e Newby, 1982), passando a ser um conceito-chave para a compreensão e explicação da sociedade tradicional e da sua transição para a sociedade moderna, utilizável em outras áreas²⁰.

Várias têm sido as propostas teóricas clássicas em torno do conceito comunidade (a este propósito ver o Dicionário das Ciências Sociais, 1982). Mais recentemente, encontramos vários estudiosos da matéria, como é o caso de Ander-Egg (1982:45), que define comunidade como sendo um “agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objectivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas inter-acciona mais intensamente entre si que noutro contexto”. Nesta definição aparecem os dois elementos fundamentais que são uma área geográfica, que pode ser delimitada, e uma unidade social, que existirá devido a vários factores - os objectivos comuns e o sentimento de pertença.

Outro estudioso é Ware (1986), que segue a linha orientadora de Ander-Egg, na medida em que comunidade é também um agrupamento de pessoas. Todavia ele vai mais longe, acrescentando que esses agrupamentos têm que estar relacionados entre si e que contam com os recursos físicos e outros próprios da relação social que estabelecem.

Hoje usa-se o termo para definir estruturas específicas, relações humanas, cujos aspectos comuns mudam de forma, características, de acordo com os estádios de desenvolvimento de uma sociedade, pois é evidente que quanto mais estas se tornam diferenciadas e complexas mais se modificam as características das comunidades que as integram. Sendo assim a comunidade tem muito a ver com questões de reconhecimento e este reconhecimento deve ser visto em duas perspectivas: O auto - reconhecimento e a hetero – reconhecimento. Ou seja, as pessoas auto -

²⁰ Filosofia, História e sobretudo a Antropologia.

reconhecem-se como membros da comunidade e, os outros, (hetero – reconhecimento), vêem-nos como membros da comunidade.

Efectivamente, o conceito de comunidade pode ser empregue em múltiplos sentidos e satisfazendo vários interesses. Podendo ser um conceito unificador e consensual (modelo simples da comunidade), como pluralista e complexo (modelo complexo da comunidade). No primeiro caso, a comunidade é assumida como sendo uma enunciação de interesses comuns de solidariedade, de integração e de consenso, no segundo ela é vista como sendo uma manifestação de interesses multifacetados, competitivos e quiçá conflituosos. Assim sendo, neste último modelo, a política da comunidade é pluralista e menos consensual pelo que o papel da comunidade é de mediador de interesses e gestor da complexidade (Burns, Hambleton e Hoggett, 1994:224)²¹

Com esse breve percurso bibliográfico e conceptual, e seguindo essa linha de raciocínio, em qualquer país para onde os chineses emigram, eles estruturam-se progressivamente em comunidades (Cohen, 1993), cujas especificidades assentam, segundo Campani e outros (1994: 31), na organização económica baseada sobre a família, em torno da qual se constituem redes socio-económicas e culturais. As “empresas” chinesas formam um dispositivo económico, cuja coerência é marcada pela importância dos laços que se mantêm entre elas e, também, pela prevalência do carácter étnico nas relações que unem os diversos actores produtivos (empresários, trabalhadores, famílias) e uma parte dos consumidores, que são patrícios.

²¹Estes autores distinguem cinco diferentes dimensões da comunidade: 1- A comunidade enquanto herança; 2- A comunidade enquanto relações sociais; 3- A comunidade como base para o consumo colectivo; 4- A comunidade como base para a produção e aprovisionamento de bens públicos, ao nível local; 5- A comunidade como fonte de influencia e de poder. Obviamente que quando maior for o número de factores aplicáveis, mais forte será o sentimento e a consciência de comunidade.

2.1.3- DESENVOLVIMENTO

Dada a complexidade da problemática do desenvolvimento, foi necessário analisar uma multiplicidade de aspectos teóricos concorrentes para elucidar melhor o objectivo do estudo. Uma vez que este irá incidir numa ilha, é nosso propósito falar de desenvolvimento, dando ênfase ao desenvolvimento local e fazendo uma apresentação dos aspectos que diferentes autores consideram importantes para uma melhor compreensão do fenómeno.

Definir desenvolvimento de um modo preciso, racional e livre de arbitrariedades é impossível (Knippenberg e Schuurman, 1994: 102-103). Assim, existem várias definições e entendimentos sobre o desenvolvimento²², representando coisas diferentes atribuídas a pessoas diferentes (Staudt, 1991: 35), frequentemente carregadas de referenciais ideológicos, que se manifestam sob a forma de fé, de ciência ou das duas maneiras em simultâneo (Apter, 1987: 7). Numa perspectiva clássica, o desenvolvimento estava relacionado apenas com o crescimento económico, contribuindo para melhorar as condições materiais das pessoas, aumentando os seus talentos e capacidades. Este tipo de desenvolvimento, baseado no capital económico, foi alvo de muitas críticas. Chamada por alguns autores de “desenvolvimentista”, esta visão reduz o conceito de desenvolvimento apenas à produção de riquezas materiais, com recurso à ciência e à tecnologia, acompanhadas pela ideia de que o desenvolvimento é aplicável e necessário a todas as sociedades (Mshana 1992: 283).

²²Todos os conceitos são conotados de variadíssimas interpretações, consoante o papel, o estatuto, a posição social ou a organização de filiação e o sistema de valores de cada entidade singular ou colectiva. “Criação de capacidades”, “fomento”, “progresso”, “participação”, “grupo alvo”, “empowerment”, “ajustamento estrutural”, “boa governação”, são algumas das noções ligadas ao desenvolvimento. A palavra desenvolvimento não tem um significado preciso ou um sentido que possa ser genericamente aceite (Black, 1991: 1). Trata-se, assim, de um conceito associado a uma variedade de teorias específicas, relacionadas com o devir social e fundadas a partir de uma visão essencialmente eurocêntrica das sociedades humanas (Murteira, 1990: 250). Para muitos autores, o desenvolvimento é equiparado ao crescimento económico, isto é ao aumento da produtividade, ao progresso tecnológico e a industrialização (Apter, 1987: 7; Ghai, 1990: 216).

Hoje em dia já não se faz sentido falar em objectivos económicos, se eles não tiverem como finalidade objectivos sociais, nomeadamente o aumento do nível de vida das populações. Neste óptica, as políticas locais devem criar sinergias para que todas as potencialidades possam ser utilizadas e planeadas, com vista ao desenvolvimento dos lugares.

O conceito de desenvolvimento local representa uma forma de actuação autocentrada dos agentes socio-económicos tendo em vista a rentabilidade e competitividade dos recursos endógenos e o desenvolvimento de um território geograficamente delimitado (Benko, 1999). Esta ideia contrapõe-se ao desenvolvimento derivado do modelo fordista, onde as decisões sobre as acções a serem implementadas nas regiões eram tomadas pelo poder central, o que não permitia o uso adequado dos recursos locais²³ para dar uma resposta as necessidades e projectos da comunidade.

Acredita-se agora que os territórios e as populações podem seguir várias linhas de promoção do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, são legítimos os pontos de inflexão: esta mudança de estratégia e a procura de outros caminhos, num processo em constante monitorização, avaliação e reajustamento. É nesse mesmo sentido que agora se aponta o desenvolvimento como um direito universal mas participado a partir da escala local, em que o desenvolvimento se assume como um processo económico, social, cultural e político aberto e abrangente, que tem por objectivo o constante aumento do bem-estar de toda a população e da mais justa distribuição da riqueza criada, com base na participação activa e livre de todos os indivíduos.

²³ O “local” passa a ter um novo significado, passa a ser visto como espaço geográfico onde se realizam e se transformam relações (Albagli, 1999). Local é também o resultado de três dimensões complementares e necessárias: a dimensão económica que diz respeito às actividades económico e social em escala comunitária; a dimensão sociológica, segundo o qual é o espaço de rotinas de interacção social necessárias à troca de bens e serviços e a dimensão política segundo a qual local é um espaço habitado e regulamentado para implementar as relações sociais de produção.

Stöhr²⁴ e outros autores defendem mesmo que o desenvolvimento “a partir de baixo inclui estratégias baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e visando a satisfação das necessidades básicas da população local, bem como a produção de complementos sociais aos mecanismos de mercado, nomeadamente pela produção de bens que se dirijam a grupos sociais específicos e que tenham valor social na região”. A tónica está agora nas especificidades de cada território e na importância da população local.

Aparentemente, "a globalização parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro" acrescentou Santos (2001: 32). Desta inter-relação entre o local e o global surgiu um novo conceito chave a "glocalização"²⁵, que designa a crescente articulação dos territórios locais na economia mundial. Na perspectiva geográfica, o termo glocalização reflecte a permanência de inscrições espaciais de fenómenos económicos, de que são exemplos a localização das filias de uma multinacional num determinado território, bem como a especificidade das respectivas estratégias. "Este horrível neologismo exprime à sua maneira uma subtil sinergia entre as instituições locais infranacionais e a competitividade existente nos mercados internacionais" (Pecqueur, 2000: 10). Estas novas lógicas de especialização infranacional, segundo Amaro (1990: 451), tendem a assumir uma importância crescente à medida que: a crise do Estado - providência e consequentemente do próprio Estado - Nação inviabiliza a possibilidade de dar respostas aos problemas e necessidades de âmbito regional e local; a crise do modelo "fordista" dá

²⁴ Este autor e outros mencionados por Pecqueur (2000: 85).

²⁵ Este neologismo, que nasceu da conjugação dos termos "globalização" e "localização", foi forjado, segundo Georges Benko citado por Pecquer (2000: 38) pelos empresários Japoneses para designar um modelo de gestão às vezes global e local, de uma rede de empresas no quadro da economia mundializada. O termo "glocalização" ilustra, também, a tendência actual de inúmeras empresas em delegarem uma parte do seu poder em filiais dispersas nos quatro cantos do mundo. Com efeito, para melhorar a sua competitividade as empresas transnacionais confiam as suas filiais a administradores autóctones com maior capacidade para compreenderem as especificidades locais nos métodos de gestão e de produção.

lugar a novas dinâmicas de localização e organização da produção mais flexíveis e adaptadas a empresas e organizações de pequenas dimensões; surgem respostas de resistências às determinantes internacionais e globais ("localismos globalizados") funcionando numa lógica contra hegemónica e no sentido "botton-up", em simultâneo com respostas no sentido da adaptação das populações aos fenómenos da globalização ("globalismos localizados").

"A resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, auto-sustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas. Segundo esta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorizadas, a resposta contra os seus malefícios não pode deixar de ser a reterritorialização, a redescoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a redescoberta ou invenção de actividades produtivas de proximidade", (Santos, 2001: 77).

Segundo Walter Sthör, Frase Taylor, John Friedmann e Clyde Weaver²⁶ emergiu um novo paradigma relativo à articulação territorial do desenvolvimento – o paradigma "territorialista". Caracteriza-se por um desenvolvimento descentralizado "de baixo para cima", que preconiza "acções de âmbito local" (Pecqueur, 2000: 84) e pressupõe que o desenvolvimento se alcança através da mobilização e valorização integral dos recursos das diferentes regiões, incluindo necessariamente a participação das pessoas envolvidas, para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas comunidades. Neste modelo²⁷ pretende-se

²⁶ Autores mencionados por Pecqueur (2000:85), como tendo sido os primeiros a contribuir para mostrar as insuficiências do modelo de desenvolvimento "funcional" clássico (centralista, organizado de cima para baixo e baseado fundamentalmente na ideia dos pólos de crescimento e na expansão territorial do desenvolvimento por difusão), e a propor o retorno de uma visão "territorial" do desenvolvimento.

²⁷ O desenvolvimento centrado nas pessoas e nos territórios locais é uma via que tem atraído a atenção de muitos, políticos, técnicos e estudiosos. Têm assumido várias designações ao longo do tempo, como desenvolvimento comunitário, endógeno, local ou participativo. Baseia-se numa visão democrática da sociedade e considera que os cidadãos e a dita sociedade civil devem desempenhar um papel activo, rompendo novos espaços de participação e criando meios e instrumentos para o exercício de uma soberania popular.

um desenvolvimento endógeno por integração e não por difusão, ao nível das comunidades locais, "pondo em relevo as novas dimensões territoriais do desenvolvimento e ideia de territórios diversificados" (Amaro, 1991: 170). O desenvolvimento endógeno deve ser determinado ao nível da menor escala espacial admissível e com base na identidade territorial das populações e das suas formas de organização a nível comunitário.

Assim, as comunidades locais surgem como áreas propícias à experimentação e concretização de alguns projectos de desenvolvimento local, que são os instrumentos privilegiados para o estabelecimento de relações mais directas e próximas entre a comunidade e os seus problemas; a população e o seu habitat e os actores locais; as necessidades e as capacidades locais; as capacidades autónomas "endógenas" e os constrangimentos "exógenos"; os agentes dos diversos serviços e organismos presentes no local; as diversas dimensões do desenvolvimento (individual, social, económico, cultural, ambiental, etc.), aí vividas no concreto e no quotidiano, aspectos referidos por Amaro (1991: 170), como integrantes do conceito de Desenvolvimento Local. O desenvolvimento local²⁸ abre perspectivas de acção para todos os indivíduos. Por um lado, pretende ter em conta a percepção que cada um tem do seu meio – os

Implicando transformações profundas, novos pressupostos, valores e políticas, claramente diferentes das que têm suportado o desenvolvimento entendido, fundamentalmente, como crescimento económico. Coloca transformações das nossas visões e das instituições como uma necessidade crítica (Korten, 1990).

²⁸ O desenvolvimento local surge como um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas, sociais e culturais num determinado território a partir da mobilização, animação e coordenação dos seus recursos disponíveis, sejam elas naturais, humanos, culturais, financeiros ou institucionais, congregando para tal as energias dos diferentes actores ou intervenientes. Assim, surgirá como o produto dos esforços destes actores e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as componentes económicas, sociais e culturais fazendo de um espaço de contiguidade física e um espaço de solidariedade activa através da participação das comunidades locais. Este desenvolvimento de carácter endógeno significa uma aproximação à realidade dos indivíduos: integra preocupações de solidariedade, de luta contra a exclusão social e de preservação do ambiente; articula iniciativa local e a necessária coerência das políticas nacionais; reconhece a contribuição específica das mulheres, nomeadamente o seu trabalho, por vezes invisível, para o bem-estar dos mais próximos da comunidade local.

indivíduos e as comunidades têm o seu próprio “espaço vivido”²⁹, por outro, facilita o envolvimento das pessoas como actores nos processos que ocorrem no seu território. Para Diogo de Abreu (1995:19), em todos os modelos de desenvolvimento mas, em especial, num desenvolvimento mais assente no dinamismo dos actores locais, “*a população é o mais importante dos recursos*”. Nestes novos contextos, educa-se para a cidadania e para a participação activa, consciente e crítica. Exigem-se cidadãos preparados para as mudanças e para a intervenção nessas dinâmicas de mudança.

Qualquer dinâmica de desenvolvimento local deve pressupor o envolvimento e a partilha de responsabilidade pelos indivíduos, de modo a que estes possam apropriar-se do processo em que participam, cuidando dele como sendo pertença própria, ou seja um verdadeiro processo de *empowerment* no sentido em que foi retomado por Friedmann (1996). Este tipo de desenvolvimento local definido pelo autor, procura potenciar a iniciativa dos indivíduos, famílias, comunidades, territórios e sectores socialmente excluídos. A prioridade dever ser o combate à pobreza, identificada como responsável pela incapacidade individual ou colectiva de poder aceder à participação plena nos espaços de cidadania.

Nesta linha de raciocínio, não faz sentido falar em desenvolvimento tendo em conta apenas o desenvolvimento económico, principalmente quando se trata de pequenos estados insulares, como é o caso de Cabo Verde. Como salienta Murteira (1988: 178), “... é oportuno considerar três ordens de questões na esfera puramente económica que condicionam decisivamente o desenvolvimento de Cabo Verde: a pressão demográfica e a valorização dos recursos humanos; a estruturação de base económica e a inserção na economia mundial; a integração interna da economia e a organização do espaço”. Num pequeno estado insular parece ser adequada a aplicação de uma estratégia de integração e qualificação crescente. Ou seja, um desenvolvimento local que pressupõe a lógica da

²⁹ Conceito lançado por Armand Fremont, em 1980, para realçar uma visão de região, na época inovadora nas discussões da Geografia Regional, e retomado no actual contexto por Pecqueur.

sustentabilidade³⁰, em que o primeiro vector cria as condições para o financiamento da economia como um todo através da integração competitiva de algumas redes de trocas regionais ou globais e, o segundo vector ajuda a criar condições de sustentação económica, social e ambiental ao nível local.

O país, para se desenvolver nessa lógica, terá que aprofundar e multiplicar as relações com outros países ou seja, o estabelecer constantes ligações a parceiros externos (empresas transnacionais, governos e instituições de cooperação multinacional), criando oportunidades de intercâmbio variadas (investimento, comércio, cooperação científica e tecnológica). Não pode, no entanto, esquecer o vector de integração que inclua a sustentabilidade social e ambiental. Por outras palavras, o desenvolvimento local³¹, que no entender de Monteiro (2004) pressupõe, no essencial, a capacidade de iniciativa e organização das comunidades locais para a resolução dos seus próprios problemas.

Neste quadro o comércio induzido pelos imigrantes não se parece enquadrar nesta perspectiva de desenvolvimento local, não só porque implica a utilização de recursos externos (dos produtos ao capital financeiro e ao trabalho), mas também porque aparece desinserido das estratégias económicas desenvolvidas pelas auto-clones e pelas suas estruturas representativas (governo, câmaras de comércio, etc.). Contudo se adaptamos uma perspectiva de análise simultaneamente mais fina e complexa, o comércio étnico pode ser uma peça nos processos de desenvolvimento local, sobretudo se nos situarmos no quadro de uma economia aberta, marcada pela lógica de glocalização.

Efectivamente, o comércio imigrante prossegue estratégias globais, mas procura adaptar-se às exigências local (perceber nomeadamente os gostos das pessoas ou os seus hábitos), tendo capacidade potencial para

³⁰ (...) afirma-se o desenvolvimento como um processo que deve envolver as gerações contemporâneas mas também as futuras (Queiros, 2001b). O desenvolvimento sustentável implica a defesa dos direitos e da qualidade de vida do presente sem colocar em causa as opções das populações vindouras” (Fernandes, 2004: 44).

³¹ Ver a este respeito os autores Pinto, 1994; Grassi, 2001; Monteiro, 2002; Machado, 2005.

gerar efeitos multiplicadores sobre o emprego e as mais-valias financeiras ao nível local, para além de poder contribuir para a inovação nas práticas económicas.

2.2 TEORIAS EXPLICATIVAS DAS MIGRAÇÕES

As migrações desempenham um papel fulcral na economia e nas sociedades, como um factor de equilíbrio ou de ajustamento das disparidades. No intuito de explicar a razão que leva as pessoas a decidirem migrar, vários autores desenvolveram teorias explicativas do fenómeno migratório.

Apresentamos estas diferentes abordagens teóricas, começando pelas teorias micro: escola neoclássica³² e teoria *push-pull* (baseando-se na decisão individual de migração tendo em conta as diferenças de rendimento e emprego entre países) bem como o pensamento neoclássico como generalização da abordagem micro e, finalmente, a teoria do capital humano (estuda o papel do capital humano e a sua influência nos fluxos migratórios). Seguidamente, passamos às teorias de cariz macro, nomeadamente o mercado de trabalho dual (transfere o objecto de estudo para o contexto institucional da estrutura e necessidades da economia) e as teorias dos sistemas-mundo (abordagem teórica essencialmente focada na economia política, focando a bipolarização do mundo entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento). Finalmente, de uma forma sucinta, apresentamos outras contribuições teóricas.

O modelo de atracção - repulsão³³, foi uma das primeiras teorias para explicar o fenómeno migratório. Este modelo surgiu no início do século

³² Segundos os neoclássicos, um dos determinantes mais óbvios das migrações tem uma natureza económica, caracterizada pela “disparidade nos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre diferentes áreas” (Castles, 2000: 272).

³³ Este modelo corresponde à formulação mais simples das causas das migrações. O homem, enquanto ser racional, procurando maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes de viver num determinado local, comportava-se como *homo economicus*,

XIX³⁴, partindo de um pressuposto que há migrações porque, devido aos desequilíbrios económicos inter e intra sociedades, aqueles que vivem em áreas desfavorecidas decidem deslocar-se para áreas mais prósperas, no intuito de melhorar as suas condições de vida.

Os factores repulsivos eram geralmente de índole económica, e incluíam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e fomes e, por fim, o aumento populacional. Em contrapartida, no destino³⁵ há maiores oportunidades de emprego, de salários mais elevados, de novos modos de vida, entre outros, (Fonseca, 2004). “Os factores de atracção consubstanciavam-se em melhores alternativas aos acabados de mencionar e, para além disso, colocavam em nítido contraste as vantagens da vida urbana sobre a vida rural” (Jackson, 1991: 19).

O principal precursor da teoria clássica das migrações é o cartógrafo Alemão Ernest G. Ravenstein (1852- 1913) que explicou o *push-pull model*³⁶. Em 1885, Ravenstein elaborou um conjunto de proposições, que ficaram a ser conhecidas por “*Leis da migração*”, que até hoje continua a ter pertinência. O *Push-pull model*, explicava o fenómeno das migrações que seriam condicionadas por uma série de variáveis, em particular a distância. Constatou ainda que quando ocorriam as migrações eram por etapas, estas se faziam sempre em direcção ao lugar atractivo (entre um lugar de partida, supostamente repulsivo e um lugar de chegada supostamente atractivo). De acordo com Rocha-Trindade (1995) e Monteiro (2001), os trabalhos de Ravenstein permitiram dar os primeiros passos no intuito de explicar o fenómeno migratório.

procurando maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes de viver num determinado local.

³⁴ No início do sec. XIX na Alemanha, Von Thünen demonstrou nos seus trabalhos um grande interesse pelo estudo da repartição da população no espaço, embora sem dar destaque às migrações.

³⁵ Nas zonas rurais há uma estagnação.

³⁶ *Push-pull model* ou os chamados factores de atracção-repulsão. Ravenstein, dedicou aos estudos das migrações na Inglaterra e nos países de Gales.

O estudo das migrações vai progredir muito com a “Escola de Chicago”, através do contributo de S. Stouffer (1940) ao criar uma nova teoria³⁷, assente no postulado que o número de imigrantes a certa distância do local de partida é directamente proporcional ao número de oportunidades que encontra a essa distância e inversamente proporcional ao número de oportunidades que encontrou antes de transpor essa distância – as “*intervening opportunities*” (Pimentel, 1999: 18). Assim, para Stouffer, as oportunidades não tem necessariamente um carácter económico e serão definidas de acordo com a situação de emprego, mudança de alojamento, estudos, entre outros.

“Everett Lee, em 1969, reestrutura o modelo de Ravenstein, ao considerar para além dos factores de repulsão e atracção, a existência de “obstáculos intervenientes”³⁸ como a distância envolvida no acto migratório, nomeadamente as barreiras físicas, os custos de transportes de pessoas e de bens e os factores pessoais dos migrantes (as características do individuo, a inteligência, etc). Estes “obstáculos” irão influenciar o migrante na sua decisão de migrar.

Courageau e outros autores renomearam os “obstáculos intervenientes” de Lee, designando-os como “variáveis intervenientes”. Courageau (1970) situou o estudo do fenómeno migratório em três aspectos: por um lado existe o lugar de origem, que deve ser estudado do ponto de vista repulsivo; por outro lado existe o lugar de destino, que deve ser analisado através dos factores de atracção; e por fim deve existir uma interacção entre os lugares repulsivos e os lugares atractivos, em que factores como a distância, o custo e as possibilidades de comunicação terão uma importância decisiva” (Pimentel, 1999: 19-20).

Courageau, vem enriquecer a teoria de Ravenstein, com a introdução dessas variáveis (distância, custo e comunicação). Com essas variáveis

³⁷ No artigo publicado “Intervening opportunities: a theory relating mobility and distance”.

³⁸ Para Rocha- Trindade (1995), este é considerado um momento importante na história da teoria das migrações, especialmente ao por ênfase nos motivos de ordem económica subjacentes às migrações humanas.

permite-nos entender como é que o migrante obteve informações sobre o local de destino, os critérios utilizados na escolha, os meios de transportes utilizados e os recursos utilizados.

Jackson, em 1991, concordando com Courgeau, elaborou o modelo modificado de Ravenstein (figura 1).

Fig. I- Modelo de Ravenstein modificado

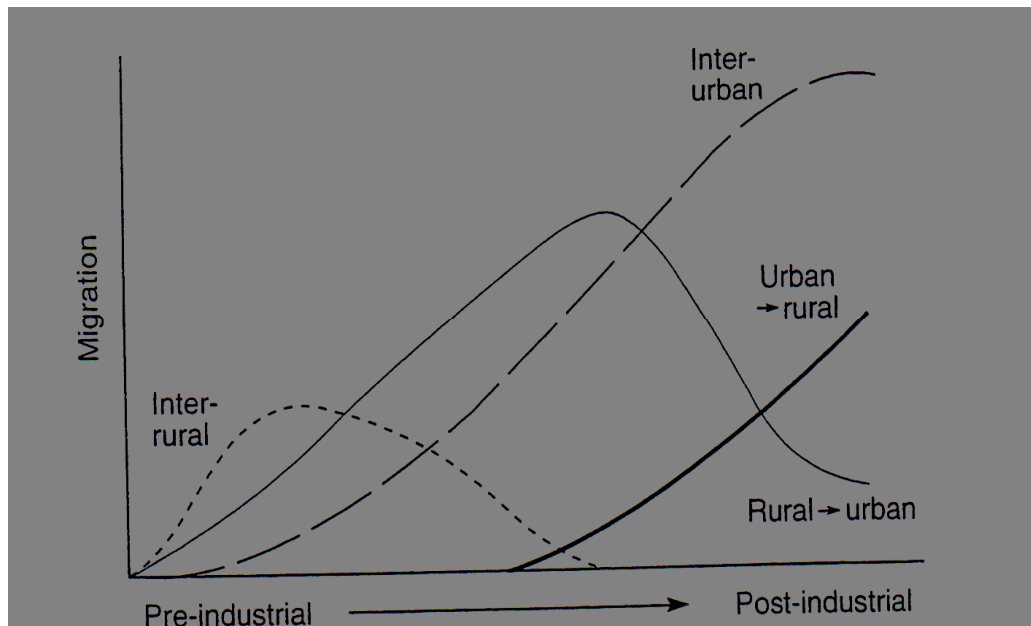


Fonte: Extraído de John A. Jackson (1991:22)

O modelo de Ravenstein, sob a forma modificada, apesar de apresentar alguns inconvenientes, nomeadamente por considerar que as decisões de migrar se prendem quase exclusivamente com razões de ordem económica, decisões essas tomadas racional e individualmente, permanece como uma das importantes teorias baseadas nos modelos de atracção-repulsão.

Zelinsky em 1971, propôs um modelo (fig.2) inspirado no conhecido *Modelo da Transição demográfica*, que relaciona a mobilidade com as mudanças sociais, em especial a modernização.

Fig. II - Esquema do modelo de transição migratória



Fonte: Extraído de Pimentel (199:20)

Esse modelo permite identificar várias fases migratórias. A primeira fase corresponde à situação que se vivia na sociedade pré-industrial, onde a mobilidade era reduzida e a circulação muito limitada, ou seja, é uma fase caracterizada pela estabilidade populacional (essa estabilidade é ao nível do crescimento natural e da mobilidade). Na segunda fase (Sociedade de transição inicial), começa a testemunhar o aumento da mobilidade, e isso é consequência do aumento populacional, resultado do início da industrialização. Na última fase, que corresponde à sociedade pós-industrial, a mobilidade atingiu níveis muito elevados sobretudo a inter-urbana, revelando-se uma tendência decrescente dos movimentos rural-urbana, enquanto a circulação é intensa.

O modelo de transição migratória, que adequa o princípio de difusão espacial de inovações à lei da emigração, tem revelado bastante poder explicativo para a descrição do fenómeno migratório dos países desenvolvidos e serviu também de base para outros trabalhos sobre as

migrações. Nos últimos anos vários autores têm reformulado alguns dos modelos da teoria neoclássica³⁹ e da teoria marxista, tendo em conta a sua desadequação às profundas alterações verificadas no mercado de trabalho, que motivam novos e mais complexos movimentos migratórios.

A teoria do capital humano⁴⁰, defende, como elemento fundamental na selecção dos trabalhadores e na capacidade de adaptação ao país de destino, a educação, isto é, como argumenta Chiswick (2000), um nível superior de qualificações ou de investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, inserção e contribuição activa para a sociedade de acolhimento. Castles e Miller (2003), neste aspecto, apontam a possibilidade de existência do fenómeno de fuga de cérebros nos países de emigração, o *brain drain*, traduzido pela “transferência internacional de recursos sob a forma de capital humano, isto é, a migração de indivíduos com qualificações relativamente elevadas dos países em desenvolvimento para aqueles desenvolvidos” (Beine, Docquier e Rapoport, 2002: 2).

Rourke e Sinnott (2003) salientam o facto de os salários reais dos trabalhadores com elevadas qualificações serem superiores nos países em desenvolvimento (dada a sua escassez) face aos países desenvolvidos; em contrapartida, os salários reais dos trabalhadores menos qualificados serem superiores nos países desenvolvidos do que naqueles que se encontram em desenvolvimento. Consequentemente, se os pressupostos de livre circulação dos factores produtivos se verificarem, será de esperar a deslocação dos trabalhadores mais qualificados dos países desenvolvidos para aqueles em

³⁹ Muitas das conclusões das teorias da escola neoclássica não foram comprovadas empiricamente, surgindo, segundo Portes e Böröcz (1989), duas críticas fundamentais: a teoria push-pull não foi capaz de explicar alguns determinantes de carácter micro das migrações, como a diferente propensão a migrar por parte de indivíduos com características semelhantes, nem certos determinantes macro, nomeadamente a diversidade de dimensão e sentido dos fluxos migratórios, como o comprovam os seus variados destinos, nomeadamente para regiões que já são altamente povoadas, ou ainda para países definidos, provavelmente em consequência de relacionamentos preexistentes.

⁴⁰ Becker (1962) apresenta como autor de referência a essa teoria, segundo ele, os tipos de investimento em capital humano são: educação, formação profissional, cuidados de saúde, consumo de vitaminas e a procura de informação sobre o sistema económico.

desenvolvimento (onde, pela sua escassez relativa, auferem salários superiores), enquanto os indivíduos com menores qualificações se deslocam no sentido inverso (pelas mesmas razões).

Rocha- Trindade (1995: 77-78) afirma que a tese final dos teóricos do capital humano, assenta no princípio de que a relação entre rendimentos e nível de idade dos imigrantes tende a ser mais marcada do que a observada para os nativos, e que o aumento relativo e progressivo do desempenho dos imigrantes demonstra a sua adaptação ao mercado de trabalho e a sua assimilação à economia do país de destino.

Em outro patamar, encontramos a teoria do mercado de trabalho dual ou de mercado de trabalho segmentado, que apresenta uma grande importância na análise do processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho do país de acolhimento. Frequentemente (com maior incidência no caso de imigrantes ilegais), os trabalhadores estrangeiros são inseridos no mercado secundário, associado ao sector informal como conjunto de “actividades não regulamentadas por códigos legais num ambiente onde actividades semelhantes são reguladas” (Portes⁴¹, 1995: 29).

Segundo Portes (1995) e Heisler (2000), o modelo económico dos enclaves étnicos é a base da teoria do mercado de trabalho dual. Para estes autores, os enclaves étnicos constituem-se, para diversos grupos de imigrantes, como uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, caracterizando-se por um modo muito específico de integração de alguns imigrantes na sociedade do país de acolhimento, que pode ser visto, segundo Portes (1995), como um modelo de incorporação dos imigrantes. Este modelo considera que o modo de recepção de trabalhadores estrangeiros é condicionado pelas políticas públicas existentes, pela atitude de recepção da sociedade, pelas características do sistema de coesão da

⁴¹ Este autor defende que a sobre-representação dos imigrantes em actividades informais se relaciona fortemente com a sua também representação, acima da média, no empreendedorismo de pequenos negócios, de modo particular se estes estão de alguma forma articulados com enclaves étnicos, permitindo ainda conciliar as necessidades materiais em si com outras, de índole familiar e cultural.

própria comunidade étnica e ainda pelas qualificações que o próprio imigrante detém, sendo que a combinação de diferentes atitudes se revela preponderante para posteriormente compreender a formação (ou não) de enclaves étnicos.

Os enclaves apresentam algumas vantagens, nomeadamente, alguma protecção ao imigrante face à “precariedade” do mercado secundário, vantagens inerentes à língua e a formação de redes sociais dentro do mesmo grupo. Heisler (2000) acrescenta que existe uma concentração espacial e sectorial destes enclaves, que vão desenvolvendo formas de interacção social, não só dentro da comunidade de imigrantes como também em toda a sociedade.

As teorias dos sistemas-mundo, como o nome indica, têm a ver com a existência de um sistema mundial em que os fenómenos económicos, políticos e sociais estão, à escala global directamente relacionados. Assim sendo, a globalização, criou a mobilidade da força de trabalho em que o migrante tenta procurar melhores oportunidades no país de destino. Keely (2000) explica como as teorias estruturais do capitalismo propõem a divisão do mundo entre as economias capitalistas (desenvolvidas) e os países pobres, ou subdesenvolvidos, com relacionamentos de dependência, económica e ideológica, dos últimos face aos primeiros.

Shrestha (1987: 330) considera as migrações como parte de “um processo de transformação estrutural e de desenvolvimento da sociedade, incluindo as relações sociais de produção, todas elas reguladas por várias políticas institucionais”. Conforme referem Castles e Miller (2003), os movimentos migratórios são vistos como uma forma de recrutamento de mão-de-obra barata das antigas colónias⁴² para as suas anteriores

⁴² Massey (2003) chama a atenção para o papel desempenhado pelas economias capitalistas desenvolvidas nos países em desenvolvimento, sobretudo naqueles com os quais existe um passado comum em termos de história política, colonial e militar, gerando incentivos à migração por parte das populações nestes países para aqueles mais desenvolvidos. Um exemplo disso é o caso de Cabo Verde, país que mantém uma forte ligação migratória com Portugal, representando a segunda maior comunidade cabo-verdiana na diáspora.

metrópoles, o que marca ou mesmo perpetua o desenvolvimento desigual das economias, tornando os países da periferia subdesenvolvida cada vez mais pobres, e as economias capitalistas cada vez mais ricas. Sintetizando, são as forças económicas, pelo lado da procura, refere Nikolinakos (1975), que explicam os fluxos migratórios “independentemente das fronteiras, leis ou restrições” (Keely, 2000: 53).

Existem outras importantes contribuições ao estudo do fenómeno migratório, com um carácter inter-disciplinar e mais inclusivo, considerando que os fluxos migratórios não podem ser explicados apenas por um único factor, mas que devem ser tidos em consideração todos os aspectos das migrações (Castles e Miller, 2003). Sendo assim, estes autores consideram que as teorias dos sistemas migratórios devem ter como linha de análise a interacção entre as estruturas micro (papel das redes sociais informais, da informação, do capital cultural, das famílias e das comunidades), as estruturas macro (economia política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermédias, ou que actuam como “intermediárias entre os migrantes e as instituições políticas ou económicas” (cf. Castles e Miller, 2003: 28).

Sendo assim, conclui-se que é indiscutível a relevância do papel das instituições na gestão das migrações e, em particular, do Estado enquanto agente principal, nomeadamente através de políticas de imigração que leva a cabo.

2.3- EMPREENDEDORISMO IMIGRANTE E DESENVOLVIMENTO

O propósito deste sub-capítulo é servir de trampolim entre a parte teórica e conceptual e a parte mais prática da tese. Apresentaremos uma conexão existente entre o empreendedorismo imigrante e o desenvolvimento, ou seja pretende-se dar a compreender como é que as estratégias dos imigrantes contribuem para o desenvolvimento. Numa

primeira altura da nossa explanação, apresentaremos uma noção do conceito de empreendedorismo para seguidamente estabelecer essa correlação.

Um dos marcos teóricos sobre o empreendedorismo data do século XX e foi desenvolvido por Shumpeter, destacando a importância do empreendedor no desenvolvimento económico e na sobrevivência do capitalismo. Empreendedores são, como define Schumpeter⁴³ (1984), os que se dedicam a uma actividade que chamou de “destruição criativa” e que, numa extensão desta perspectiva, Tropman e Morningstar (1989) identificaram como agentes de mudança económica e social. Numa definição que pretende sintetizar diferentes abordagens contemporâneas, empreendedores são “os que – indivíduos ou grupos – reconhecem uma *oportunidade* para a introdução de novos produtos, serviços, processos, mercados ou tecnologias e prosseguem reunindo para tal os recursos que lhes permitirão explorá-las ” (Morris, 1998: 16). Entende-se por oportunidade, “um conjunto de circunstâncias favoráveis que criam uma necessidade ou uma abertura para um novo conceito empresarial” (Morris, 1998:26).

Para Kurato e Hodgetts (1989), os empreendedores constituem um dos pilares da economia enquanto agentes auto-renovadores, criadores de emprego e portadores de inovação. O empreendedor é alguém capaz de perceber oportunidades e de as aproveitar, implementando-as (Degen, 1989). Ser empreendedor significa ter, acima de tudo, necessidade de realizar, coisas novas, pôr em prática ideias próprias.

As características de personalidade e comportamento do empreendedor não são fáceis de encontrar. “O empreendedor é um óptimo identificador de oportunidades. Possui muita informação e é dotado de enorme espírito de observação, capaz de criar oportunidades, identificando

⁴³ Foi o primeiro a defender que o fenómeno de empreendedorismo é merecedor de uma análise devido à sua enorme contribuição para o crescimento económico. Para Shumpeter (1984), os empreendedores são instrumentos para a introdução de mudança na economia - eles são os agentes que instigam a destruição criativa nas economias estáticas, varrendo os produtos e processos obsoletos, através da inovação.

desequilíbrios e destabilizado equilíbrios na economia. Ou seja, é um especialista que, de forma indutiva ou consciente e sistemática, coordena recursos escassos e joga com a decisão, o risco e a incerteza, de forma equilibrada. É, portanto, um agente económico que toma decisões estratégicas, inovadoras e eficazes” (Krisner, 1973 cit. Trigo 2003: 34).

Apesar de ainda não ser possível estabelecer um perfil do empreendedor, sabe-se que nele se conjugam, de modo complexo, factores psicológicos, sociais e culturais. Nesta linha, Trigo, (2003: 35) refere: “Mais recentemente as contribuições de Israel Kirsner, T. W. Schultz e Mark Casson, embora não consensuais na interpretação do que constitui o papel do empresário na economia, têm em comum o facto de todos reconhecerem a necessidade de se introduzirem conceitos psicológicos na explicação do comportamento empresarial”.

Assim, alguns investigadores têm explicado a integração económica de imigrantes, em diferentes sociedades, por valores culturais específicos a alguns grupos étnicos que induzem o desenvolvimento de iniciativas empresariais (Zapalska e Edwards, 2001). Contudo, esta teoria, baseada apenas nas características culturais dos indivíduos, tornou-se insuficiente para explicar, por exemplo, como empresários imigrantes com a mesma etnia têm comportamentos empresariais distintos em diferentes cidades e países (Rekers e Kempen, 2000:55-56). Nem sempre a aspiração cultural para a empresarialidade significa ser bem sucedido ou mesmo ter a possibilidade de investir (Waldinger, 1990:50).

No intuito de colmatar a lacuna deixada por Zapalska e Edwards, surgiram outros investigadores a debruçar-se sobre essa temática, começando a destacar a influência da comunidade imigrante na inserção económica dos indivíduos. Light e Gold (2000) realçaram a importância dos recursos étnicos (capital financeiro, mão-de-obra, fornecedores) no desenvolvimento empresarial. Outros acreditam que os imigrantes constroem uma economia interna com contornos de um “enclave étnico”, beneficiando de um mercado protegido onde podem garantir rendimentos mais altos, do que

conseguiriam na economia aberta⁴⁴ (Portes e Manning, 1986). Estes autores realçam as oportunidades e os constrangimentos que os imigrantes encontram na economia aberta ou mercado de trabalho da sociedade de acolhimento.

Machado⁴⁵ (1993) defende ainda que a situação legal no país receptor pode contribuir para explicar as estratégias empresariais dos indivíduos.

Poros (2001: 243) reconhece que a existência de redes sociais e de inter-conhecimento é fundamental para explicar algumas das opções dos imigrantes. Para ele, as oportunidades devem ser analisadas tanto ao nível estrutural (contextos económicos, político e institucional) da sociedade de acolhimento, como étnico (inerentes ao grupo de pares, nomeadamente os recursos étnicos e a possível economia interna). É de salientar que as oportunidades não são estáticas, nem iguais para todos os indivíduos, sendo também de destacar que os imigrantes não são passivos, podendo mobilizar diferentes oportunidades e recursos ao longo do tempo e assim ir adaptando a sua estratégia empresarial.

Waldinger, Aldrich e Ward (1990), com o objectivo de explicar as iniciativas empresárias de alguns grupos, tendo em atenção duas características, a comunidade imigrante e a estrutura de oportunidades, formularam o modelo interactivo⁴⁶. Este modelo foi alvo de muitas críticas⁴⁷.

Kloosterman e Rath, sendo opositores do modelo interactivo, propõem um novo modelo, o *mixed embeddedness model*, demonstrando a importância não só do encastramento social e cultural dos imigrantes no

⁴⁴ A economia aberta é vista por oposição à economia interna de migrantes, correspondendo ao mercado de trabalho geral da sociedade de acolhimento.

⁴⁵ Para o autor, “um imigrante ilegal é bem mais frágil e vulnerável”.

⁴⁶ Esse modelo permite explicar as iniciativas empresariais de origem étnica étnica, tendo em consideração as características do grupo étnico e a estrutura de oportunidades da sociedade de acolhimento.

⁴⁷ Rath (2002: 9) apresenta as limitações do modelo interactivo “(...) the lack of attention devoted to gender issues (Morokvasic 1993) and to racialization (Collins et al. 1995), the priori categorization of immigrants as ethnic groups and the concomitant assumption that immigrants as ethnic entrepreneurs act differently than mainstream entrepreneurs (Rath and Kloosterman 2001), and the narrow and static way economic and politico-regulatory factors are dealt with (Bonacich 1993; Rath 2000).”

grupo co-étnico, mas também do encastramento no contexto económico e institucional na sociedade de acolhimento.

Nota-se que todos os modelos teóricos propostos consideraram as estratégias empresariais enquadradas no grupo étnico, encastradas na comunidade ou sociedade de acolhimento. Efectivamente, as actividades económicas foram sempre estudadas como projectos colectivos. Ou a observação demonstra que existem projectos individuais de alguns imigrantes, baseados essencialmente em recursos pessoais, que não foram considerados até agora (a este propósito veja-se Oliveira, 2003). A realidade mostra que há imigrantes pertencentes ao mesmo grupo étnico e expostos a semelhantes condições estruturais, com diferentes perfis de inserção económica. Nem sempre os recursos comunitários e as oportunidades da sociedade de acolhimento determinam a iniciativa empresarial, mas antes a capacidade que o indivíduo tem de os aproveitar. Neste sentido deve ser considerada uma terceira dimensão explicativa: os recursos pessoais do imigrante (Oliveira, 2003).

Características individuais como a qualificação, a experiência profissional e/ou empresarial, tempo de imigração, o conhecimento da língua da sociedade de acolhimento, a idade, o sexo, o estado civil e a composição do agregado familiar, definem-se também como factores no processo de desenvolvimento de uma actividade independente (Portes e Zhou 1999).

Como consequência, as estratégias empresariais de imigrantes são o resultado de negociação, adaptação, imaginação (dinâmica inovativa) ou de reprodução (seguindo uma estratégia já defendida por outros) (Oliveira 2005: 41). A investigadora citada criou o modelo heurístico, com o objectivo de explicar que as estratégias empresariais são o resultado “das interacções entre os recursos pessoais, oportunidades étnicas e oportunidades estruturais, que constroem os imigrantes na sociedade de acolhimento”.

O comércio étnico reveste-se de uma grande importância, na medida em que conjuga vários aspectos ao nível sócio-económico e ao nível cultural, podendo ter um papel preponderante na criação de emprego e na

inovação. Acrescentando, Kloosterman, Van der Leun e Rath, citados por Malheiros (2001), destacam cinco processos de transformação das cidades de destino associados à presença dos empresários imigrantes: A revitalização de áreas degradadas e comercialmente decadentes; a oferta de novos produtos e de novas estratégias de mercado; a emergência de novas formas de coesão social; o contributo para a alteração dos sistemas de regulação formal. Malheiros vai mais longe, acrescentando um aspecto importante que poderá ser aplicado à comunidade em estudo e que prende com o processo de transformação dos espaços de instalação numa sociedade mais cosmopolita.

Em Cabo Verde não existem grandes empresas, capazes de aumentar substancialmente a produtividade do país, como evidenciam os indicadores do INE, o que confere ainda maior relevância às pequenas empresas dos vários ramos de actividade. Naturalmente que o desenvolvimento de qualquer país passa, também, pela mobilização de agentes e pela criação de empresas capazes de garantir empregos estáveis, o que pressupõe a existência de uma cultura empresarial no sentido amplo (a criação de condições objectivas que visem o surgimento de empresas). Aliás, o próprio governo Cabo-verdiano, nos seus planos de desenvolvimento, reconhece a necessidade imperiosa de inverter a forma de pensar do seu povo, no que se refere às políticas empresariais, ao definir como objecto de desenvolvimento, uma nova cultura associada a instituições promotoras e incentivadores da iniciativa privada.

Apesar disso, em Cabo Verde e mais especificamente na ilha de São Vicente, não existe uma verdadeira cultura empresarial, principalmente para os empresários nacionais. Existe sim, uma cultura incipiente, caracterizada pelo imediatismo e individualismo dos seus empresários, bem como uma aversão ao risco, constituindo factores que dificultam a emergência de uma classe empresarial, motora de desenvolvimento económico e social do país. Quiçá não se poderá falar de empreendedores na ilha se os entendermos como “ (...) empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e

culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos económicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade.” (Dornelas, 2001: 21).

Face à cultura incipiente, há sinais positivos, provenientes principalmente dos imigrantes. Os imigrantes em Cabo Verde têm demonstrado mais iniciativa empreendedora, se entendermos empreendedor no seu verdadeiro sentido da palavra, como aquele que corre riscos.

Apesar disso, a comunidade chinesa, em particular, está entre os imigrantes com mais alta taxa de empreendedorismo em todas as ilhas de Cabo Verde. Os comerciantes chineses têm vindo a dispersar-se e a desenvolver novas estratégias de inserção económica, revitalizando as ruas comerciais das cidades ou vilas, oferecendo novos produtos e expandido a oferta de bens e serviços a preços competitivos.

No ambiente empresarial é necessária capacidade de adaptação e abertura a mudança. Assim, o desenvolvimento empresarial por parte dos chineses no país tem permitido a criação de novos postos de trabalho e novas oportunidades, garantindo rendimentos mais elevados.

A estrutura empresarial estrangeira em Cabo Verde é bastante heterogénea detectando-se perfis de qualificação e de investimento diferenciados. Todavia, à semelhança do que se passa com as outras estruturas empresariais no país, há pouca diversidade de ramos de actividade e uma forte concentração, ao nível geográfico, destacando-se a ilha de Santiago e a ilha de São Vicente. Não é de estranhar que o panorama empresarial do Arquipélago seja caracterizado pela existência de um elevado número de pequenas empresas com características tradicionais que se repartem pelas áreas do comércio, indústria, construção civil e turismo.

III-ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SOCIO - ECONÓMICO DA ÁREA DE ESTUDO: A ILHA DE SÃO VICENTE, CABO VERDE

3.1- BREVE CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE

No intuito de contextualizar, o território em estudo de Cabo Verde e mais especificamente a ilha de São Vicente, o capítulo em epígrafe pretende fazer uma síntese das suas principais características físicas e sócio-económicas.

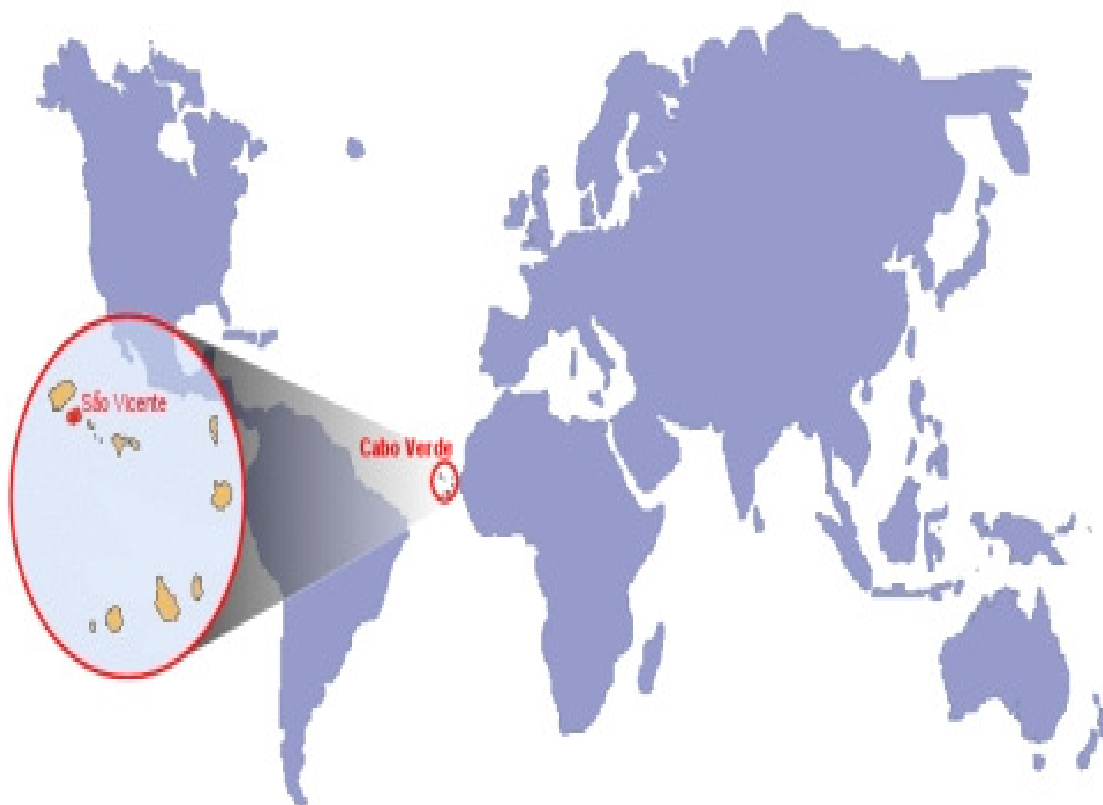
“As ilhas de Cabo Verde possuíam e (possuem) uma economia pouco ou nada diversificada e extremamente pobre, são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo. Umas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticas áreas, particularmente improdutivas (Maio, Sal e Boa Vista). As camadas do solo aproveitáveis são pouco extensas e de fraca espessura. A degradação das terras é notória. O clima é tropical, muito instável, em teoria com as clássicas duas estações anuais: a seca e a das chuvas.

A pluviosidade é reduzida e irregular. Em consequência, as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de cinco em cinco anos, de sete em sete anos e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decai e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves” (Carreira, 1997: 36).

3.1.1- CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DE CABO VERDE

A República de Cabo Verde⁴⁸ é um Estado insular e arquipelágico, situado no Oceano Atlântico (Mapa 1), entre os paralelos 17º 12' e 14º 28' de latitude Norte e 20º 44' e 25º 22' de longitude Oeste, a uma distância de cerca de 600 km da costa ocidental africana, diante do Senegal e cerca de 1400 km a SSW das ilhas Canárias.

Mapa I - Localização Geográfica do Arquipélago de Cabo Verde/ São Vicente



Fonte: Extraído de www.zil.cv/localizacao.htm, 27/07/07, 12 :00

⁴⁸ Cabo Verde, Açores, Madeira, Selvagens e Canárias, fazem parte de um grupo de arquipélagos, aos quais se dá o nome de Ilhas Atlântidas ou *Macaronésia*. O termo *Macaronésia* (gr. *Makaron* feliz), sinónimo de ilhas afortunadas, foi introduzido na linguagem técnica pelo botânico P. Baker Webb (Teixeira e Barbosa, 1958: 19).

A insularidade de Cabo Verde é a característica geográfica mais notável. O Arquipélago é constituído por dez ilhas⁴⁹ e vários ilhéus⁵⁰, totalizando uma superfície de 4 033,37Km²⁵¹, distribuídos por duas regiões bem distintas, designadas de acordo com o vento dominante de nordeste, Barlavento e Sotavento.

Mapa II – A Repartição Geográfica das Ilhas de Cabo Verde



Fonte: www.caboverlines.com 27/07/07, 12 :00

A região de Barlavento, mais a Norte, comporta as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, e Boa Vista. A região de

⁴⁹ De entre essas dez ilhas, nove são habitadas e uma é desabitada (a ilha de Santa Luzia).

⁵⁰ Não corremos o risco de referenciar o número exacto dos ilhéus, na medida em que encontramos estudos ambíguos por exemplo. Por exemplo, enquanto Semedo (1998: 30, Quadro I) assume que no arquipélago existem 5 ilhéus. Entretanto, Gomes e Rodrigues (1997) salientam a existência de 13 ilhéus e o dicionário online Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_verde#Geografia, 27/07/07, 16:00) refere 15 ilhéus desabitados. Apesar da discrepância, a única certeza que temos é que todos os ilhéus são desabitados.

⁵¹ “Os 4 033,37km² traduzem o território emerso e não obstante a sua reduzida dimensão, as águas territoriais exclusivas de Cabo Verde atingem uma superfície de ordem dos 600 000 km², isto é 150 vezes maior do que a área total do arquipélago” (Semedo, 1998: 27-30).

Sotavento, situada mais a Sul, inclui as ilhas do Maio, Santiago⁵² (a mais vasta e mais populosa), Fogo (a mais alta e com um vulcão activo) e Brava.

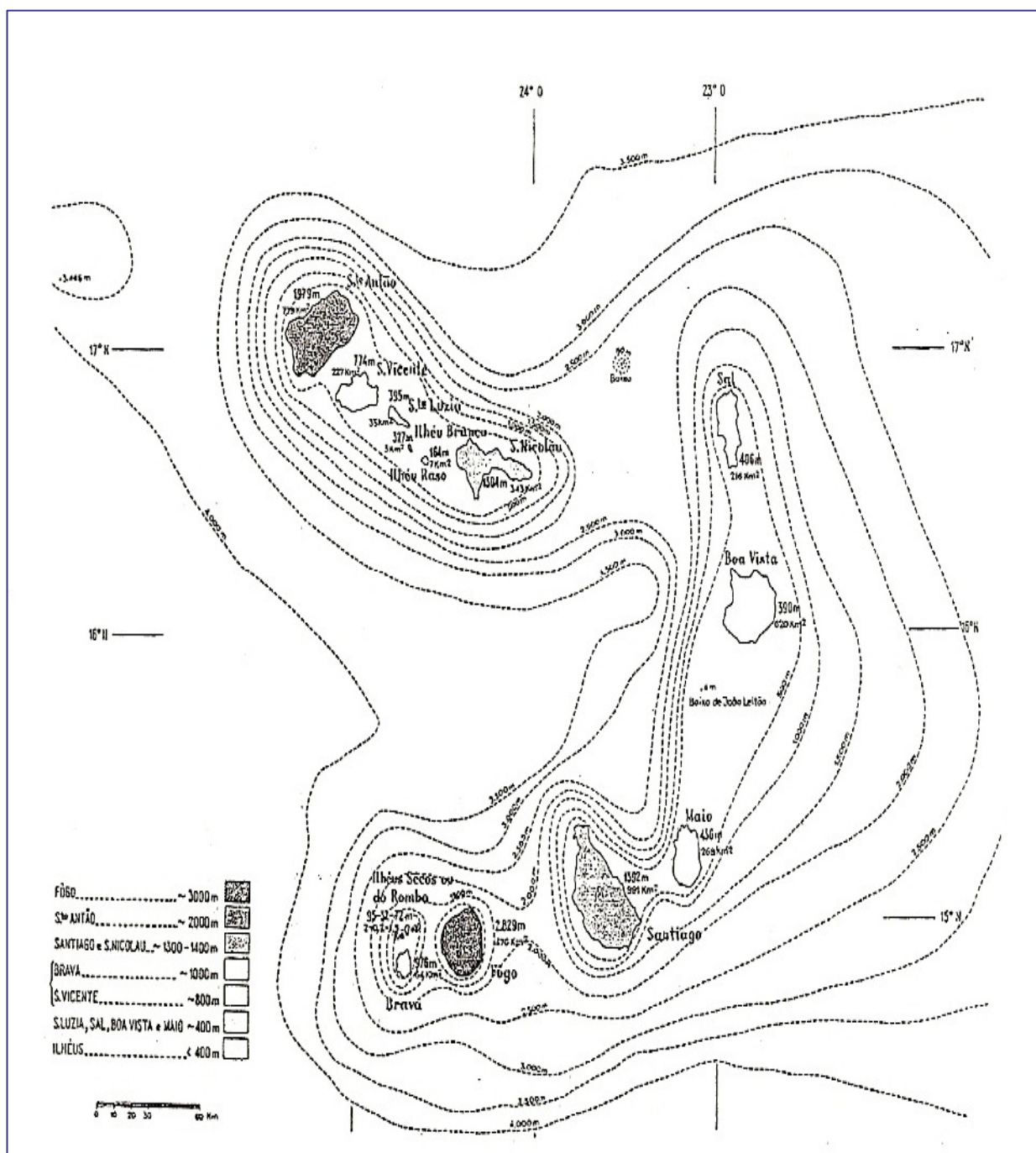
O tamanho das ilhas varia entre 991 Km² (Santiago) e 35 Km² (Santa Luzia). O vulcanismo está na génese do arquipélago, tendo deixado a sua profunda marca nas rochas dominantes e nas formas de relevo. No entanto, depois do povoamento⁵³, apenas a ilha do Fogo mantém um vulcão activo, tendo registado a sua última erupção em Abril de 1995. Exceptuando as ilhas orientais⁵⁴, Maio, Boa Vista e Sal, o relevo é em geral bastante acidentado, culminando com altitudes muito elevadas (mapa III), (Fogo 2898 metros, Santo Antão 1979 metros, Santiago 1395 metros, São Nicolau 1340 metros, Brava 975 metros e São Vicente 774 metros).

⁵² É na ilha de Santiago que se encontra a capital de Cabo Verde, a cidade da Praia. O país é constituído por 22 concelhos: - Boa Vista, Brava, Maio, Mosteiros, Paul, Praia, Porto Novo, Ribeira Grande, Sal, Santa Catarina, Santa Cruz, São Domingos, São Filipe, São Miguel, São Nicolau, São Vicente, Tarrafal, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina do Fogo e Tarrafal de S. Nicolau.

⁵³ Segundo reza a história Cabo Verde, as ilhas foram descobertas em 1460, pelos Portugueses.

⁵⁴ São ilhas planas e circundadas por extensas praias.

Mapa III- Mapa de Cabo Verde e a sua distribuição pelos três pedestais (Alimetria e Batimetria)



Fonte: Adaptado de J.B. Bebiano (1932)

As formas de relevo são caracterizadas pela anterior actividade vulcânica (reminiscência de cones vulcânicos e sistemas de caldeiras). Podem ainda notar-se os efeitos de erosão torrencial e marítima sobre as rochas, apresentando uma resistência diferenciada aos agentes erosivos. Destes efeitos resultam picos com formas de ruínas e grandes vales que se prolongam até ao mar.

A sua localização geográfica, na extremidade ocidental da faixa Saheliana⁵⁵, faz com que o clima tenha características de aridez e semi-aridez, que são, no entanto, amenizadas pela influência marítima. A temperatura média anual varia entre 22°C e 26°C.

O clima quente e seco, com muito pouca chuva, apresentando uma época das chuvas muito curta que decorre de Agosto a Outubro, depende da deslocação da frente inter-tropical (CIT), quente e húmida, que à sua passagem dá origem a fortes chuvadas de curta duração, podendo causar grandes inundações, oscilando a precipitação anual entre 250 e 500 mm. A irregularidade da pluviosidade anual é também condicionada pela passagem do harmatão ou "lestada", vento quente e seco vindo do deserto do Saha, que aumenta a aridez da estação seca, sobretudo nas regiões mais expostas a leste e nas ilhas orientais, provocando secas prolongadas, de consequências nefastas para as culturas e para o equilíbrio ecológico.

O relevo também exerce influência sobre o clima, facto este verificável pela presença de frequentes nevoeiros nas zonas de altitudes que, por vezes, também recebem mais chuva do que as zonas mais baixas. A amplitude térmica não ultrapassa os 10°C devido à influência oceânica, e no mar, as temperaturas oscilam entre os 21°C nos meses de Fevereiro e Março, e os 26°C de Julho a Outubro. A cobertura vegetal é pobre devido aos efeitos conjugados do fraco nível de humidade, da erosão torrencial e também da acção do homem. Dos cerca de 403 mil hectares que constituem o território nacional, 54% são constituídos por terras incultas

⁵⁵ Amaral (1986) considera o arquipélago a fronteira atlântica do Sahel.

(<http://portal.unesco.org/education/en/filedownload.php/e0c940c4d1e625a0870d7161030b3a33> Cap+Vert_part1.doc, 20 /09/07, 12:00). Esses factores, aliados à forte pressão demográfica, contribuem para a degradação sistemática do ambiente, criando uma situação de equilíbrio ecológico precária com impacto negativo no desenvolvimento social sustentado do país.

Pobre em solos aráveis e recursos hídricos, não possuindo recursos minerais de valor económico apreciável, pode-se considerar que o capital ecológico de Cabo Verde, no sentido tradicional, é relativamente fraco. Contudo se combinarmos determinadas características geográficas (insularidade e reduzida distância – tempo à Europa, em termos de horas de voo), com alguns factores físicos, (reduzida precipitação, temperaturas médias não muito elevadas), podemos considerar que o capital ecológico moderno é uma mais-valia, favorecendo o desenvolvimento das actividades turísticas.

No entanto, ao longo da história, a escassez dos recursos ecológicos tradicionais e as limitações do capital económico contribuíram para a ocorrência de sucessivas vagas migratórias, que transformaram Cabo Verde num país de emigração. Isto permite-nos destacar a importância do capital humano nas dinâmicas do País e, também, o potencial associado ao Capital Social⁵⁶, designadamente na sua dimensão *bridging*⁵⁷, que, no caso concreto, traduz as ligações da rede transnacional dos Cabo-verdianos no mundo e do potencial destas para as dinâmicas de desenvolvimento do arquipélago.

Por último, como acontece em muitos países pequenos, com recursos poucos diversificados e características insulares e arquipelágicas, o processo de ultrapassagem do isolamento e as necessidades de

⁵⁶ Para Putman, (1993:26), citado por Horta e Malheiros (2006: 144), a dimensão relacional do Capital Social, características da organização social como redes, normas e relações de confiança, que facilitam as formas de coordenação e cooperação para o benefício mútuo.

⁵⁷“Brinding social capital increases the potencial added value of social when used in the processs of analysis of transnational communities live Capverdean” Horta e Malheiros: 2006.

abastecimentos em produtos diversos justificaram o desenvolvimento das actividades comerciais, tanto ao nível grossista, no quadro da importação e redistribuição, como no domínio do retalho. Este último assegura que todas as ilhas e lugares são abastecidos com vários produtos, respeitando, naturalmente, as lógicas hierárquicas do tipo Christalleano, que fazem com que os produtos mais raros e especializados apenas se encontrem na Praia ou no Mindelo e que os mais banais estejam presentes um pouco por toda a parte⁵⁸.

É neste domínio que se situa a actividade dos comerciantes chineses que, assegurando aparentemente ligações às actividades de importação de produtos do oriente, sobretudo da china, procedem à sua distribuição e venda através da “rede” de lojas que instalaram em muitos lugares de diversas ilhas de Cabo Verde.

3.1.2-CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL DE CABO VERDE

A População de Cabo Verde, no ano de 2000, era de 434 812 habitantes (INE, Censo de 2000), o que corresponde a um crescimento médio anual de aproximadamente 2,4%. A elevada taxa de natalidade, de cerca de 29 por mil, e a baixa taxa de mortalidade, explicam, largamente, este crescimento demográfico acentuado. As taxas de dependência total e económica são altas, como resultado da estrutura populacional extremamente jovem, conforme revela o Quadro I.

⁵⁸ A este propósito ver Gaspar (1981).

Quadro I – Total da População em Cabo Verde

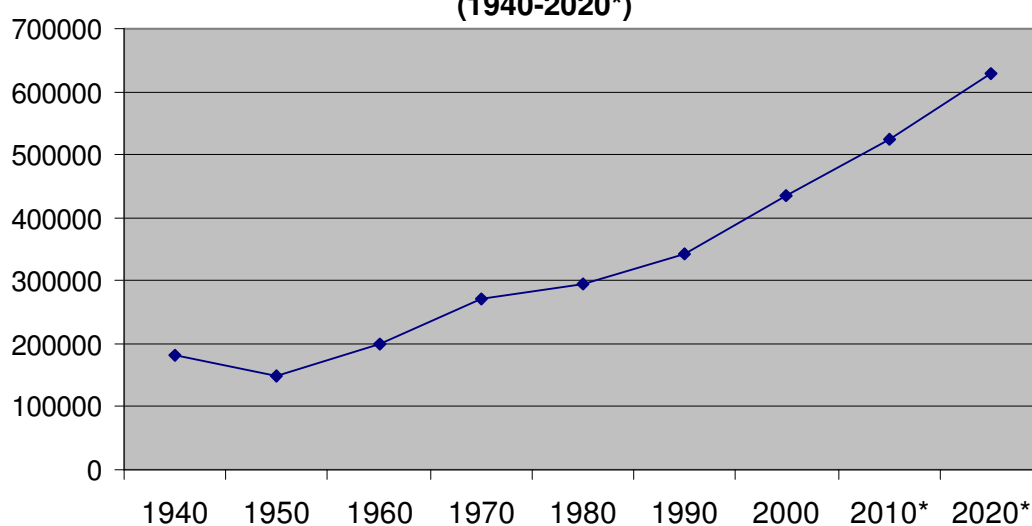
População total de Cabo Verde	434.812
Taxa bruta de natalidade	29.3*
Taxa bruta de mortalidade	5.6*
Taxa de dependência total	94.4*
Taxa de dependência económica	146*

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados INE - Censo 2000

* Taxa em permilagem

O crescimento da população Cabo-verdiana tem sido uma constante ao longo da história do país, exceptuando o período de 1940 a 1950, em que se registou, de facto, uma diminuição da população residente, na ordem de 31.756 pessoas⁵⁹ (Gráfico I).

**Gráfico I - Evolução da população residente em Cabo Verde
(1940-2020*)**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da INE, 2000

* Projecção da população

⁵⁹ Pressupõe-se que esta diminuição é originária das secas e fomes de 1940/42 e 1947/48 e das suas consequências.

Entre os anos 1950 a 1990, houve um aumento populacional de 191 492 pessoas. Esse aumento populacional deve-se, entre outros factores, às melhorias do saneamento básico e às melhorias na alimentação que, consequentemente, implicaram uma diminuição nas taxas de mortalidade, bem como às remessas dos emigrantes.

De 1990 a 2000, a população cresceu cerca de 93 133 indivíduos. Nos últimos seis anos, ou seja de 2000 a 2006, registou-se um crescimento da população de 50 280 indivíduos, mantendo-se essa tendência conforme as projecções dos dados do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de 2006, (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar de Cabo Verde - QUIBB-CV 2006).

A população distribui-se de forma assimétrica no território. De acordo com o censo, a ilha de Santiago⁶⁰ é a mais populosa, detendo mais de metade da população do país, seguida da ilha de São Vicente, com 15,6 %. A ilha da Boa Vista é aquela com menor número de habitantes, 4.193 indivíduos, representando 0,96 % do total. A nível dos concelhos, destacam-se a capital (Praia) com 106.052 habitantes, correspondente a cerca de 1/4 da população total (24,4%), São Vicente com 66.671 (15,6%) e Santa Catarina com 49.970 habitantes (11,5%). Além da Boa Vista, os outros concelhos menos populosos são os do Maio e da Brava, com 6.742 e 6.820 habitantes, respectivamente, cerca de 1,5% e 1,6% da população total. Isto demonstra que o arquipélago, regista uma forte concentração da população nos principais centros urbanos, na ordem de 231.650 indivíduos, o que corresponde a 53,4% da população total (Quadro II).

⁶⁰ Segundo os dados do Censo de 2000, 54% da população vive nessa ilha, onde está sediada a capital do país.

**Quadro II- Repartição da população por concelhos segundo habitat
(RGPH)**

RGPH* 2000					
Urbano		Rural		Cabo Verde	
Total	231650	Total	203162	Total	434812
Homens	112910	Homens	97659	Homens	210569
Mulheres	118740	Mulheres	105503	Mulheres	224243

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da INE, 2000

* RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação

A distribuição da População por Idade e Sexo, indica que a percentagem das mulheres é superior à dos homens, 52% contra 48%. Em quase todas as ilhas esse valor se mantém, com excepção de Santo Antão, Sal e Boa Vista.

A população cabo-verdiana é constituída, essencialmente, por jovens, 63% com menos de 24 anos de idade e uma pequena percentagem (6%) de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (Quadro III).

Quadro III - População por ilha segundo o grupo etário

Ilha	Total	<5 anos	15 a 25 anos	26 a 40 anos	41 a 64 anos	>65 anos	NR
Total	431 989	181 993	91 281	80 714	49 547	27 122	1 332
Santo Antão	47 042	19 203	9 173	9 011	5.545	4.007	103
São Vicente	66 671	23 601	16 036	14 055	8 728	4 055	196
São Nicolau	13 647	5 308	2 721	2 401	1 632	1 566	19
Sal	14 596	5 231	3 410	3 624	1 707	593	31
Boa Vista	4 206	1 317	913	910	623	421	22
Maio	6 740	2 853	1 397	1 263	758	443	26
Santiago	234 940	105 218	48 442	42 672	25 072	12 735	801
Fogo	37355	16 562	7 697	5 509	4 739	2 768	80
Brava	6 792	2 700	1 492	1 269	743	534	54

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE - Censo 2000

A densidade populacional em Cabo Verde, passou de 85,7% habitantes por Km², em 1990, para 109,1, em 2000⁶¹ (Quadro IV). Os resultados do Censo 2000 indicam que as ilhas com maior densidade populacional são as de Santiago, São Vicente e Brava. As ilhas com menor densidade populacional são Boa Vista (6,8%) e Maio (25,1%). É no concelho da Praia que se regista a maior densidade populacional do país, 412 habitantes por Km².

⁶¹ Segundo os dados recentes da ONU (2006), a densidade populacional de Cabo Verde em 2003, foi de 114 hab/km².

Quadro IV- A Densidade demográfica de Cabo Verde 2000

Ilha	População	Densidade Populacional (Km ²)
Santo Antão	47 124	60,6
São Vicente	67 844	295,9
São Nicolau	13536	39,8
Sal	14 792	68,6
Boa Vista	4 193	6,8
Maio	6 742	25,1
Santiago	245 831	238,8
Fogo	37409	78,6
Brava	6 820	106,3
Cabo Verde	434 812	109,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados INE - Censo 2000

Quanto à taxa de crescimento anual entre 2000 e 2006, foi elevada, atingindo 1,8% (QUIBB-CV 2006). O relatório de 2004 do PNUD sobre o desenvolvimento humano coloca Cabo Verde no grupo de países de “desenvolvimento humano médio” (Quadro V). Neste grupo de países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compreendido entre 0,500 e 0,799, Cabo Verde aparece em 105ª posição. Relativamente a alguns outros grupos de países, Cabo Verde posiciona-se da seguinte forma:

Quadro V – IDH de Cabo Verde em Comparação com alguns Estados e Grupos de Estados

Estados e Grupos de Estados	IDH
Cabo Verde	0,677
Países Menos Avançados	0,430
África Sub - Sahariana	0,463
Sahel (países do CILSS)	0,406
Micro-Estados Insulares	0,736
PALOP	0,474

Fonte: PNUD-Rapport Mondial sur le Développement Humain (1999/2003)

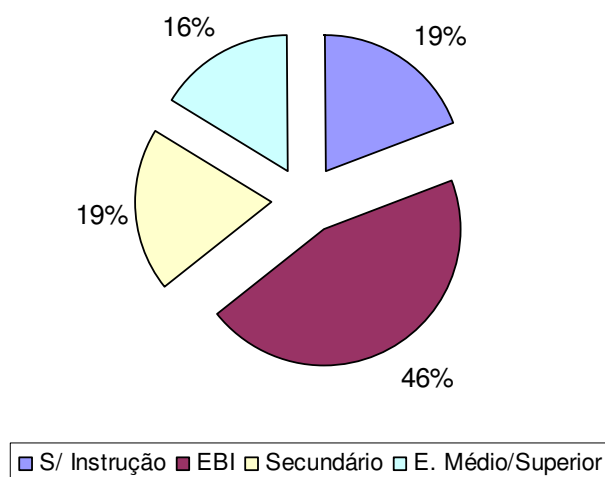
Verifica-se que Cabo Verde aparece em situação média, mais confortável que os países menos avançados, a África Sub-sahariana, os PALOP e os países do Sahel em particular. No entanto, aparece em situação menos vantajosa que a média dos micro-estados insulares. O Índice de Pobreza Humano (IPH) ronda os 16%.

A taxa de mortalidade é um importante indicador de desenvolvimento, designadamente no quadro de população com estruturas demográficas jovens. Ao longo dos tempos esse indicador tem sido caracterizado por uma significativa redução, o que tem contribuído para melhorias de condições de vida das populações, particularmente com o aumento da esperança média de vida dos Cabo-verdianos. A esperança média de vida⁶² é elevada, sendo maior nas mulheres do que nos homens.

⁶² Segundo o Relatório Anual da ONU de 2004, Cabo Verde é o país da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), com excepção de Portugal e Brasil, com maior esperança de vida à nascença, que era de 71 anos em 2004, com as Mulheres a apresentarem uma esperança de 73 anos e os Homens de 67. No fundo da escala aparece Angola, com 41 anos, esse valor médio subdivide em 42 para as Mulheres e 40 anos para os Homens.

São Tomé e Príncipe e Timor-Leste são os países com a segunda e terceira maior esperança de vida entre este grupo de países lusófonos. Os são-tomenses nascidos em 2004 apresentavam uma esperança de vida de 63 anos (Mulheres 64 anos e Homens 63),

Gráfico II- A População de Cabo Verde com 15 anos e + segundo o nível de instrução



Fonte: Elaboração própria com dados INE - Censo 2000

Da leitura do Gráfico II, verifica-se que mais de metade da população tem mais de 15 anos e (54,3%) possui o ensino básico integrado e cerca de 24% completou o ensino secundário. Por outro lado, cerca de 1 (um) em cada 5 (cinco) cabo-verdianos não possui nenhum nível de instrução. A taxa de alfabetização é de 78,9 % o que nos permite concluir que é um país com uma taxa de analfabetismo baixa, atingindo sobretudo os mais idosos, e que a população constitui um recurso fundamental, como já mencionamos.

enquanto a esperança de vida dos timorenses é de 56 anos em média, relativos a 57 anos no caso das Mulheres e 55 no dos Homens.

A Guiné-Bissau surge no quarto lugar, com uma esperança de vida de 45 anos (46 para as Mulheres; 43 para os Homens), seguida de Moçambique, onde a esperança de vida média é de 42 anos, número igual ao relativo ao sexo feminino e um ano superior ao do sexo masculino.

Esta classificação foi definida em função de três critérios, a saber, um de rendimento nacional bruto por habitante (inferior a 750 dólares), outro de fraqueza dos activos humanos e um terceiro de vulnerabilidade económica.

3.1.3 – CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DE CABO VERDE

O desenvolvimento económico de Cabo Verde depara-se com enormes dificuldades, devido, essencialmente, à escassez de recursos naturais, ocorrência regular de secas prolongadas (desfavoráveis a uma agricultura sustentável) e aos constrangimentos decorrentes de um limitado mercado interno, agravado pela dispersão geográfica.

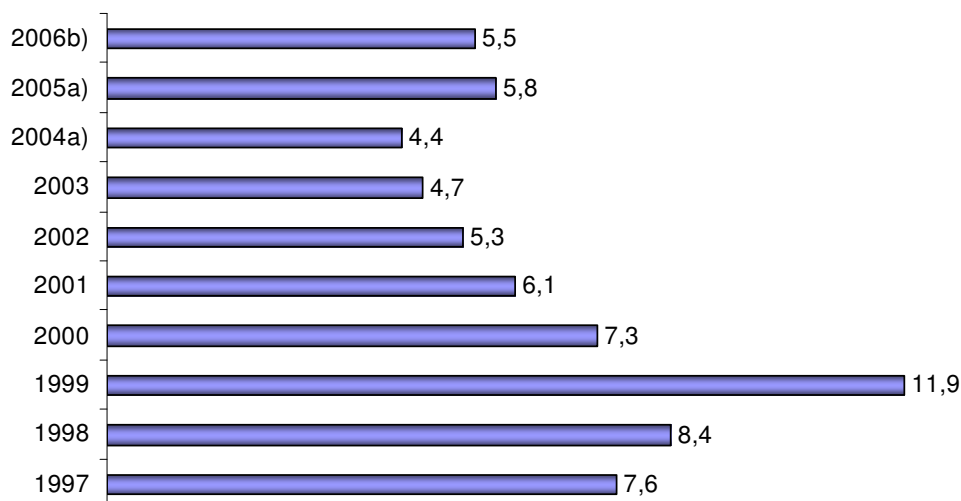
Apesar dessas condições naturais adversas, Cabo Verde tem sabido tirar partido de outras situações, nomeadamente, a sua situação geográfica favorável, no cruzamento entre três continentes⁶³, permitindo assim a venda de serviços aos seus parceiros comerciais.

Independente desde 1975, Cabo Verde vive uma estabilidade política, com uma gestão económica séria, e tem revelado uma capacidade suficiente para se juntar à corrente democrática internacional.

As estimativas mais recentes para a economia cabo-verdiana apontam para uma aceleração da actividade económica em 2005, com um crescimento real do produto na ordem dos 5,8% (superior em 1,4 pontos percentuais ao valor de 2004), invertendo a tendência de abrandamento que se registava desde 1999. Em termos sectoriais, este bom comportamento terá resultado principalmente de alguma recuperação do sector agrícola (em comparação com as dificuldades sentidas em 2004) e da actividade dos sectores da construção e dos serviços (Relatório Anual do Banco de Cabo Verde, 2006).

⁶³ Cabo Verde localiza-se entre três continentes: África, Europa e América.

Gráfico III- PIB* REAL (1997 - 2006)
Taxa de Variação anual em percentagem



Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI (1997-2006)

Nota: * PIB- Produto Interno Bruto; a) Estimativas; b) Projeções

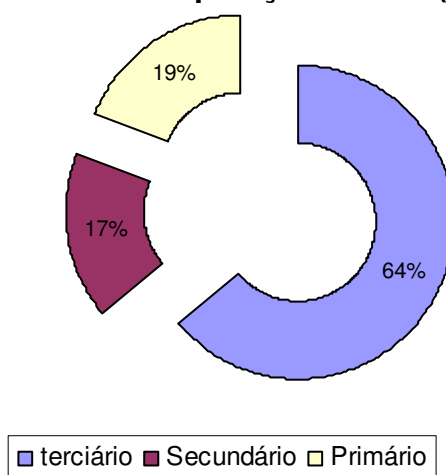
O Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) de Cabo Verde⁶⁴ foi, em 2006, de 2 463,3USD.

Comportando-se de uma forma diferente em relação à maioria dos países menos desenvolvidos, em que se verifica uma profunda crise nos domínios social, económico e político, a economia Cabo-verdiana, em termos comparativos, não é típica do que normalmente acontece nos países em

⁶⁴ “Cabo Verde é o país lusófono, com excepção do Brasil e Portugal, com maior PIB por habitante, indica o relatório anual da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) sobre os países menos avançados. O PIB por habitante cabo-verdiano, de os 1.991,7 dólares referentes ao ano 2004, excede mesmo em 48 por cento o angolano, que aparece em segundo lugar, com 1.298 dólares. A posição cimeira das ilhas atlânticas neste indicador é tão mais relevante quando implicou ultrapassar Angola, que liderava em 1990, com 1.304 dólares, acima dos 1.263 de Cabo Verde. No fundo da tabela aparece a Guiné-Bissau, com um PIB por habitante de 182 dólares, em baixa dos 244 dólares exibidos em 1990. A evolução contrária de Moçambique permitiu-lhe sair da última posição deste ranking, ao passar de 172 dólares em 1990 para 286 em 2004. Timor-Leste já aparece na listagem, com um PIB por habitante de 382 dólares, que o coloca imediatamente a seguir a São Tomé e Príncipe, que subiu o seu, de 1990 para 2004, em 8,5 por cento para 407 dólares”
<http://www.agenciabissau.com/porta.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1160>, 11/08/07, 15:00.

vias de desenvolvimento: um elevado peso do sector primário em relação ao secundário e terciário na constituição do PIB. Esta particularidade deve-se à aleatoriedade climática e à elevada escassez dos recursos naturais, entre outros, fazendo com que a economia de Cabo Verde⁶⁵ tenha vocação para o desenvolvimento de serviços, que, nos últimos anos, registaram dinâmicas muito interessantes.

Gráfico IV- A Repartição do PIB (2000)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE- Contas Nacionais 2000

A repartição do PIB pelos três sectores mostra claramente a dominância do sector terciário (64%), relativamente ao secundário (17%) e ao primário (19%). Apesar da forte contribuição dos serviços na composição do PIB, a agricultura e a pesca continuam a ter relevância na economia

⁶⁵ A trajetória de Cabo Verde é deveras marcante, nomeadamente, se atendermos ao facto de que em 32 anos de independência, e numa situação de inexistência de recursos naturais clássicos, o País já está classificado para deixar o grupo dos Países Menos Avançados (PMA), passando a pertencer ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM) a partir de 1 de Janeiro de 2008. De frisar também a entrada em 2008, do arquipélago na Organização Mundial do Comércio (OMC) e do estatuto especial com a União Europeia.

Cabo-verdiana, tanto ao nível do emprego, como da subsistência da população, no quadro das actividades complementares à profissão principal.

O potencial produtivo do país, apesar dos esforços feitos, ainda é muito fraco. A importação é de longe superior às exportações, isso por razões óbvias, consequentemente o país apresenta uma balança comercial sempre negativa (Quadro VI).

Quadro VI- A Balança comercial de Cabo Verde (1996- 2003)

Anos	Importação	Exportação	Balança Comercial
1996	7 445	463	-6982
1997	19 355	1 046	-18309
1998	21 764	1 295	-20468
1999	22 598	1 016	-21581
2000	26 916	1 170	-25764
2001	27 519	1 261	-2658
2002	30 519	1 202	-29317
2003	34 238	1 237	-33001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados ONU, 2006

A economia sustenta-se numa forte dependência da importação dos bens de consumo e de produção, apresentando uma taxa de cobertura das importações sobre as exportações muito fraca.

A taxa de desemprego, em 2006, foi de 21%⁶⁶. De acordo com o B CV, 30% da população Cabo-verdiana são consideradas pobres e 14% muito pobre, sendo que 70% dos pobres e 85% dos muito pobres vivem no meio rural. Estas condições de pobreza aparecem, nitidamente, ligadas ao

66 Dados do QUIBB-CV 2006 (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de Cabo Verde), segundo essa mesma fonte em 10 dos 22 concelhos de Cabo Verde, a Taxa de Desemprego é superior à média nacional com realce para os concelhos de São Miguel (35,1%), do Porto Novo (33%) e de Tarrafal de Santiago (30%), que apresentam os maiores níveis de desemprego.

desemprego e ao género do chefe de família. De entre as famílias Cabo-verdianas considerados pobres, 34 % são chefiadas por mulheres.

A agricultura desenvolve bastante difíceis, devido à escassez de água e solo (somente 10% do solo do país é arável)⁶⁷. Para o Ministério de Ambiente e Pescas de Cabo Verde (MAAP- CV), a exploração agrícola permanece em grande parte uma actividade de subsistência, caracterizada por ter uma base arcaica, assente em pequenas unidades familiares, de características tradicionais, pouco optimizadas. A tecnologia utilizada, em boa parte é rudimentar e a exploração é realizada sem ter em conta a capacidade de sustentação e renovação da base de recursos⁶⁸. Existem duas formas de exploração agrícola: a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada. É na agricultura de sequeiro que se produzem os principais produtos agrícolas, nomeadamente o milho⁶⁹ e o feijão (principal base de alimentação da população), a mandioca, a batata-doce, as frutas locais⁷⁰ (a manga, os citrinos e o abacate) a cana sacarina.

Em contrapartida a pecuária⁷¹ satisfaz cerca de 95% da procura interna de carne, registando-se no sector avícolas o recurso à importação. A

⁶⁷ De acordo com os dados provisórios do Recenseamento Agrícola de 2004, as terras cultiváveis continuam estimadas em 450.178m² (10%), sendo a maioria da superfície, 354.951 m² (95%) ocupada pela agricultura de sequeiro.

⁶⁸ Todavia com a introdução de novas tecnologias (sementes melhoradas, sistemas de rega eficientes – por exemplo a rega gota a gota, adubos e pesticidas adequados), aliada a uma política de apoio ao sector hortícola vem permitindo um aumento considerável nos rendimentos e na produção em geral, bem como uma melhoria nítida na qualidade dos produtos e na sua disponibilização ao longo do ano. É de salientar também a produção através da hidroponia, nos últimos anos, principalmente na ilha do Sal, registando uma evolução muito significativa na produção agrícola.

⁶⁹ A cultura mais importante é o milho, alimento básico do Cabo-verdiano.

⁷⁰ À excepção da banana e da papaia, a produção de frutas é realizada essencialmente em regime de sequeiro, pelo que os rendimentos estão ainda muito aquém do seu potencial. Apesar destes constrangimentos, a introdução de variedades melhor adaptadas das várias espécies e a instalação de viveiros modernos têm permitido empreender uma certa dinâmica a este sector. Convém salientar que em zonas de microclima especial se pratica a produção de certas espécies de frutas, nomeadamente a uva na ilha do Fogo, com a qual se produz o famoso vinho do Fogo. Aliado a esse aumento da produção local de frutas, assiste-se a um aumento considerável da importação de frutas a partir de países de clima temperado. A produção de banana biológica para o mercado europeu (Alemanha), que tinha sido objecto de um programa visando a organização de uma cooperativa de produtores/exportadores e o melhoramento da sua produção, não teve sucesso e foi interrompida logo no início da operação.

⁷¹ Os caprinos e os bovinos são os animais que melhor se adaptam à secura das ilhas.

produção de ovos cobre as necessidades do consumo. No caso do leite, a taxa de cobertura é de apenas 25% (www.africainfomarket.org, 16/12/07). A Pecuária contribui para cerca de 16% do PIB⁷². No entanto, segundo o Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (MAAP), esta actividade continua a enfrentar enormes constrangimentos relacionados com um excedente do efectivo, insuficientes lugares de abeberamento e raças pouco produtivas.

O sector da pesca⁷³ constitui uma das maiores potencialidades do país, tirando partido de uma zona de exclusividade económica de cerca de 700000 km² e contribuindo apenas para 4% na formação do PIB total. Trata-se, pois, de um sector pouco explorado⁷⁴ existindo apenas uma empresa de pesca industrial e 55 empresas de pesca artesanal. As empresas de congelação localizam-se essencialmente nas ilhas de São Vicente (2), Boa Vista e Sal e as de conserva de peixe em São Nicolau (2), Boa Vista e Sal (MAP:2004).

O estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica, realizado pela Sociedade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico de Portugal, em Maio de 2006, revela-nos que a indústria Cabo-verdiana⁷⁵ é ainda incipiente em termos de competitividade, embora, em grande parte, as empresas exportadoras beneficiem do estatuto de zona franca, enfrentando uma forte concorrência nos mercados externos da China e do Brasil, no caso da confecção e calçado, por exemplo, até então os principais produtos de exportação. É de destacar ainda a presença de indústrias alimentares e de bebidas, que se destinam quer ao mercado interno quer externo. Os materiais de construção (cimento e, em curso, o relançamento do barro

⁷² Segundo o “Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde – 2004” (2004: 52), a pecuária é um sector importante na economia doméstica rural, representando cerca de 25% dos rendimentos da população rural. Estima-se que cerca de 35% do território nacional tenha vocação pastoril e silvo-pastoril.

⁷³ O peixe é a principal fonte energética da população.

⁷⁴ “Dada a morfologia do país (...). A pesca é uma actividade enraizada e com grandes possibilidades de desenvolvimento, embora apenas se utilize 20% desta actividade” (Modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, 1998:4).

⁷⁵ O potencial industrial centra-se principalmente nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, onde se localizam mais de 90 % das unidades industriais.

vermelho - telhas) visam sobretudo a substituição de importações. Na indústria do mobiliário de madeira (marcenaria e carpintaria), onde se assinalam competências técnicas locais, verifica-se um elevado custo da matéria-prima (compram a intermediários que se abastecem na Costa do Marfim), dispondo de uma fraca organização empresarial e deficiente equipamento que torna difícil a concorrência com o mobiliário originário da UE. Em geral os custos dos factores são elevados para a indústria (água, energia, *inputs* importados devido ao elevados custo dos transportes, telecomunicações, etc.), o que, obviamente, não facilita a sua competitividade. Dados do Relatório Anual do BCV, de 2004, revela-nos que 17,2% do PIB é formado pela Indústria transformadora, electricidade e construção.

O sector terciário constituiu o principal impulsionador da economia cabo-verdiana. O comércio grossista e retalhista, a utilização dos portos e aeroportos, revelam actividades de grande importância para o desenvolvimento do país.

Sendo um país arquipelágico, a actividade dos transportes desempenha um papel preponderante para a integração do espaço interno e para viabilizar o país no sistema económico mundial. O sistema de transporte rodoviário⁷⁶ assegura as ligações dentro das ilhas e a navegação marítima e aérea permitem as conexões inter ilhas e a abertura do arquipélago ao exterior. Todas as ilhas estão servidas de portos⁷⁷, sendo a gestão das infra-estruturas asseguradas pela ENAPOR, empresa pública que, para além de desempenhar funções de administração portuária, é também o único operador dos portos nacionais. Cabo Verde dispõe de sete aeroportos⁷⁸. Destes, dois são internacionais⁷⁹, situados na ilha do Sal

⁷⁶ Cabo Verde dispõe de uma densidade viária satisfatória, pelo menos nos principais centros urbanos.

⁷⁷ O país dispõe de dois portos de águas profundas: Porto Grande em São Vicente e o Porto da Praia, na capital, vocacionadas para o tráfico internacional e nacional, a partir dos quais é feita a distribuição dos produtos importados pelas restantes ilhas.

⁷⁸ Até o ano de 1999, Cabo Verde dispunha de oito aeroportos distribuídos por todas as ilhas com a excepção da ilha da Brava. Mas com o trágico acidente que ocorreu no verão de

(Aeroporto Internacional Amílcar Cabral) e na ilha de Santiago (Aeroporto Internacional da Praia).

No campo dos serviços, o principal motor do desenvolvimento económico de Cabo Verde é, actualmente, o turismo que apresenta um acentuado crescimento. De 2000 a 2004, o número de entradas nos hotéis e pensões cresceu a um ritmo de 25% ao ano, passando de 67.000 para 178.000, ou seja, deu-se um aumento de mais de duas vezes e meio. A contribuição do sector do turismo para o PIB passou de 7% em 2000 para 12% em 2004. Deste modo, o turismo, que representava 25% das exportações em 2002, passou para 74% em 2004 (Relatório Anual do BCV). Apesar das grandes potencialidades turísticas das Ilhas, só recentemente se deixou de apostar no binómio sol/praias, que apresentava uma reduzida diversidade e qualidade de serviços, apresentando algumas fragilidades face à concorrência internacionais. No entanto, investimentos qualificantes têm sido aplicados um pouco em todas as ilhas na indústria hoteleira, com maior concentração no Sal, Santiago e São Vicente e mais recentemente na Boa Vista. O turismo é, pois, um dos sectores prioritários, encontrando-se ainda em fase de desenvolvimento.

A taxa de cobertura eléctrica nacional é, hoje, muito elevada (cerca de 60%, segundo informações da Electra). Porém, a taxa de cobertura a nível rural continua ainda reduzida, particularmente nas ilhas de Santiago e do Fogo. A produção e distribuição de energia eléctrica e água dessalinizada (actividade grande consumidora de energia) a nível nacional é assegurada pela Electra S.A., empresa privatizada através da venda de 51% dos activos afectos à produção a um parceiro estratégico, e à qual, por força de um contrato de concessão, foi atribuído o direito de distribuição de electricidade em todo o território nacional e de água na Praia, Mindelo, Sal e Boavista.

1999, na ilha de Santo Antão o aeroporto foi encerrado, e recentemente (Agosto de 2007), devido à má qualidade da pista, foi encerrado o aeroporto da ilha do Maio. Neste momento existem no arquipélago seis aeroportos activos.

⁷⁹ É de salientar que obras estão em curso, nos aeroportos de São Vicente e da Boa Vista, para transformá-los em aeroportos internacionais em 2008, totalizando assim 4 aeroportos internacionais no país.

A importação, o armazenamento e a distribuição de combustíveis, em todo o território nacional, são asseguradas por duas sociedades privadas: a Shell e a Enacol.

O sistema de telecomunicações e o parque telefónico Cabo-verdiano têm crescido e conhecido importantes avanços tecnológicos. A densidade telefónica é de 73 telefones por 100 habitantes (dados da Cabo Verde TELECOM, 2003), a que se devem acrescentar os telemóveis, que conheceram forte expansão em todas as ilhas. Com o programa de telecomunicações rurais, levaram-se postos telefónicas às aldeias mais isoladas do interior, o que em conjunto com as comunicações móveis e o serviço de Internet, vêm contribuindo para reduzir o isolamento.

3.1.3.1- ACTIVIDADES COMERCIAIS EM CABO VERDE

O comércio representava, em 2003, 19,1% do PIB pm (Produto Interno Bruto a preços do mercado) e 28,3% da produção do sector terciário (INE-Contas Nacionais). Devido aos fracos recursos que o país apresenta, as importações ultrapassam de longe as exportações.

De 1975, ano da independência nacional, até 1990, Cabo Verde foi governado por um regime de partido único assente numa economia de base estatal. A política comercial praticada durante este período era voltada essencialmente para o mercado interno, as operações de importação e exportação estavam sujeitas a autorização prévia da administração comercial e predominava o sistema de *plafond* (contingente monetário). O abastecimento e distribuição dos principais produtos básicos eram garantidos por empresas públicas, a EMPA -Empresa Pública de Abastecimento e a MOAVE - Moagem de Cabo Verde, em regime de monopólio.

A abertura política de 1990 e as eleições livres de 1991⁸⁰ trouxeram um grande dinamismo ao sector comercial⁸¹, permitindo a entrada de novos operadores. Cabo Verde conheceu então uma grande expansão da actividade privada comercial, com o aparecimento de novos operadores e a reestruturação das actividades existentes, provocando o encerramento de algumas casas tradicionais e o aparecimento de novas empresas, mais modernas e competitivas. Surgiram então unidades de comércio por grosso e a retalho, tendo-se igualmente vulgarizado os supermercados e sobretudo os mini mercados.

“A insularidade obrigou a uma pulverização da distribuição com a concentração dos maiores comerciantes, quase sempre importadores e distribuidores não especializados, em simultâneo retalhistas e grossistas, e cooperativas, nas principais cidades: Praia e Assomada na ilha de Santiago, Mindelo na ilha de São Vicente, Espargos na ilha do Sal. Nos dois patamares seguintes, os médios comerciantes do Tarrafal (Santiago), Porto Novo e Ribeira Grande (Santo Antão), da ilha do Fogo, Maio, São Nicolau e os mais pequenos na Boavista e Brava abastecem-se junto dos que lhe são mais próximos e superiores em dimensão comercial e capacidade financeira.

A entrada de mercadorias em Cabo Verde faz-se essencialmente pelos três principais Portos: Praia (Santiago), Porto Grande (São Vicente) e Palmeira (Sal). Daí, através de transportes marítimos inter-ilhas, nem sempre com a frequência e pontualidade desejada, atingem, numa matriz

⁸⁰ “Com a mudança do regime a partir de 1991 e a adopção de uma nova Constituição em 1992, o país enveredou pelo sistema de economia de mercado de base privada. Nesse período, privatizaram-se a maioria e as mais rentáveis empresas públicas e deu-se início à criação de condições propícias ao desenvolvimento da iniciativa e do sector privado. Foram realizados fortes investimentos na infra-estruturação económica bem como na promoção do ambiente empresarial. Este sector conheceu uma dinâmica marcante e, sobretudo, o país tornou-se num destino de investimento externo, em especial no domínio do turismo.” www.portugalcaboverde.com, 06 /12/07).

⁸¹ No sector do comércio, um programa de reformas foi concebido e implementado visando a liberalização progressiva do sistema de *plafond*, através da publicação de sucessivas listas isentas do sistema de quotas anual de importação ou *plafond*. As importações foram totalmente liberalizadas, incluindo os produtos básicos. Estes, devido à sua importância no abastecimento público, foram submetidos a condições especiais de licenciamento (Direcção Geral da Economia - DGE, actual Ministério da Economia Crescimento e Competitividade - MECC).

cruzada, as outras 6 ilhas habitadas. Os comerciantes de Santiago abastecem Fogo, Maio e Brava, as ilhas que lhes estão próximas. No entanto, pela sua dimensão de maior centro importador são também solicitados a fornecer São Vicente ou Sal; os de São Vicente distribuem para Santo Antão e São Nicolau, por vezes Boavista e, quando necessário, também o Sal. Esta ilha, cuja importância enquanto importadora se deve essencialmente ao desenvolvimento turístico que vem conhecendo e ao facto de nela se situar o mais antigo Aeroporto Internacional, conhece também uma componente de abastecimento por via aérea, vinda da África do Sul. Basta-se a si própria, mas não enjeita o envio de mercadorias para a ilha da Boa Vista nem a sua importação a partir de Santiago ou de São Vicente” (www.portugalcaboverde.com, 16/12/07,15:00).

A liberalização comercial foi acompanhada de importantes reformas nos domínios económico, fiscal e legislativo, visando a criação de um ambiente institucional e económico favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada. O Estado passa a ter o papel de facilitador e regulador.

A política de preços em vigor em Cabo Verde rege-se pelo Decreto-Lei nº 1/99 (B.O. nº 1, I Série, de 1 de Fevereiro), que define o regime de preços de bens e serviços na base duma política de transparência e verdade na sua formação. A maioria dos preços de bens e serviços estão liberalizados. Porém, por razões de abastecimento público, mantém-se o regime de preços máximos para arroz, milho, açúcar, trigo, farinha de trigo, batata e cebola e o regime de preços fixos para combustíveis, pão e medicamentos.

Todavia, o sector tradicional continua a ter um peso muito importante. Abundam pequenos comerciantes (*rabidantes*⁸² de grande mobilidade), que asseguram uma parte importante da distribuição interna de produtos básicos, em especial pelo interior das ilhas. Para além deles, existe o

⁸² “*Rabidantes* são assim chamados em Cabo Verde as mulheres e os homens que fazem negócios no espaço do mercado em que a ciência económica chama de sector informal. Na língua crioula de Cabo Verde, *rabidantes* significa “dar a volta”, “desenrascar-se”, e é utilizado para indicar alguém que é muito hábil a convencer os outros (*Rábida bô*, o que “engana” o outro)” Grassi (2003: 23-24).

comércio fixo também tradicional constituído por lojas polivalentes que desempenham um papel importante na distribuição de produtos nas zonas rurais e centros urbanos.

Nos principais centros urbanos, como foi referido, alguns empreendimentos inovadores como, por exemplo, grandes superfícies comerciais (tendo em conta a realidade do país) têm vindo a afirmar-se cada vez mais. O surgimento destas superfícies, fortemente competitivas, tem vindo a assegurar a introdução da concorrência no comércio o que, conjugado com a diversificação das importações, vem contribuindo para uma diminuição dos preços de mercado de diversos produtos.

Em 2000, segundo dados da Direcção Geral da Economia (DGE- CV), estavam registadas 3413 empresas, das quais 11,3% no sector grossista, que se dedicavam, na sua maioria, também ao comércio externo.

Quadro VII – A percentagem da distribuição das empresas comerciais em Cabo Verde (2000)

ILHAS	Retalhistas	Grossistas
Santiago	42%	51%
São Vicente	29%	31%
Santo Antão	11%	6%
São Nicolau	4%	2%
Sal	3%	5%
Fogo	7%	2%
Outras	4%	3%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Direcção
Geral da Economia – Cabo Verde (DGE- CV), 2000

A distribuição dessas empresas por ilhas, segundo nos mostra o quadro VII, evidencia uma forte concentração em Santiago (capital do país) e São Vicente (onde se situa a segunda cidade do país), quer em termos do

sector grossista quer do retalhista. Assim sendo, as empresas comerciais têm mais peso nos locais que asseguram maior potencial de ligação ao exterior e maior redistribuição interna: Santiago, S. Vicente e, em menor grau, Sal.

A balança comercial de Cabo Verde tem sido deficitária ao longo dos tempos, com um peso mais significativo das importações em relação às exportações. Ao nível do comércio externo, Portugal aparece como o principal parceiro comercial de Cabo Verde, seguindo-se a Holanda e a Espanha. A origem das importações demonstra a preferência comercial pelos países europeus: 78,6% das importações provêm da União Europeia e 68,7% destas dos três países atrás mencionados. As importações provenientes do Resto do Mundo significam, por sua vez 21,4%, contribuindo os países do espaço CEDEAO, somente com 1,9% (Quadro VIII).

Quadro VIII- ORIGEM IMPORTAÇÕES- 2005

PAÍSES	Valor das Mercadorias	Valores Percentuais
União Europeia - totalidade	30 603 724 266	78,6%
Portugal	17 717 902 813	45,5%
Holanda	6 095 464 194	15,6%
Espanha	2 953 702 3 41	7,5%
Resto do Mundo - totalidade	8 319 309 192	20,2%
Países CEDEAO	758 365 146	1,2%
TOTAL	38 923 033 458	100%

Fonte: Elaboração própria a partir da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quanto às exportações, apresentam-se dois quadros (IX e XX) que evidenciam, respectivamente os países de destino e o tipo de mercadorias:

Quadro IX- Exportação por país de destino – 2005

Destino Países	Valor (ECV)	%	Peso (Kg)	%
Alemanha	1.041.453	0,07%	1.498	0,02%
Brasil	769.005	0,05%	1.000	0,01%
Espanha	335.396.517	21,4%	5.721.545	58,1%
Estados-Unidos	193.813.014	12,4%	150.328	2,1%
França	3.090.452	0,2%	5.757	0,1%
Gambia	528.237	0,3%	15.197	0,2%
Guiné-Bissau	3.631.027	0,2%	74.548	1%
Itália	5.545.833	0,4%	4.019	0,04%
Marrocos	202.108.786	13%	3.125.256	31%
Moçambique	2.935.629	0,25	5.429	1%
Países Baixos	8.768.766	0,1%	34.282	0,34
Portugal	810.087.914	52%	645.948	6%
Reino Unido	528.237	0,03%	15.177	0,2%
Total Geral	1.568.244.870	100%	9.799.984	100%

Fonte : Elaboração própria a partir de dados da DGA

Quadro X- Exportação por tipo de produtos – 2005

Produtos	Valor (ECV)	%	Peso (Kg)	%
Confecções	614.261.853	39,1%	328.652	3,4%
Peixes frescos e refrigerados	595.584.881	38%	9.082.537	93%
Partes de calçado	255.671.868	10%	56.575	0,6%
Aguardentes e licores	40.482.679	3%	123.908	1,3%
Lagostas frescas ou congeladas	34.400.469	3,2%	12.371	0,1
Café	10.830.551	2%	19.820	0,2%
Conservas de peixe	4.878.093	3,2%	29.079	0,3%
Medicamentos	2.935.629	0,4%	5.429	0,2%
Refrigerantes	2.780.425	0,3%	75.552	1%
Biscoitos e bolachas	2.701.876	0,3%	28.364	0,3%
Peles e couros	1.234.058	0,1%	21.100	0,2%
Preparados alimentares n/e*	946.405	0,1%	3.220	0,03%
Matérias corantes	769.005	0,04%	1.000	0,01%
Águas	371.086	0,02%	10.800	0,01%
Confeitarias	263.081	0,01%	1.015	0,01%
Mobiliários	100.000	0,006%	130	0,001%
Farinha de cereais	28.500	0,02%	300	0,003%
Carimbos	4.411	0,004%	132	0,001
Total	1.568.244.870	100%	9.799.984	100%

Fonte : Elaboração própria a partir de dados da DGA

* n/e – não especificado

Da análise dos quadros (IX e X), permitiram-nos tirar as seguintes inalações:

- Os principais países de exportação são a semelhança do que acontece com as importações, Portugal continua a ser o principal parceiro de Cabo Verde. Seguido de Espanha Marrocos e Estados Unidos;
- No que se refere a percentagem pelo peso (kg), a Espanha está em primeiro lugar, seguido de Marrocos, Estados Unidos e Portugal;
- As exportações por tipo de produtos revelam a importância enorme dos peixes frescos e refrigerados com 38% do valor em escudos e 93% do peso.

Para além do fluxo de comércio com parceiros habituais de trocas, como é o caso de Portugal, Espanha, Holanda e França, as exportações cabo-verdianas encontram mercado em alguns países de África, nomeadamente Marrocos, Guiné-Bissau, Gambia e Moçambique destacando-se ainda os Estados-Unidos, certamente em resultado do tratamento preferencial concedido pelo *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e da influência nos negócios do grande número de emigrantes radicados naquele país.

As mercadorias mais exportadas em valor são, basicamente, de dois tipos: resultado da pequena indústria conserveira, de confecções, calçado, bebidas brancas e peles e associadas a recursos naturais piscícolas, como é o caso do peixe e da lagosta.

A adopção em 2004 da nova Pauta Aduaneira surgiu na sequência da reforma fiscal, no mesmo ano em que o IVA substituiu o Imposto de Consumo.

“As taxas de direitos aduaneiros permanecem entre 5% e 50%, apresentando ainda um tecto muito elevado, comparativamente ao espectro pautal da Pauta Exterior Comum (PEC) dos países da União Económica e

Monetária da África Ocidental (UEMOA), tendencialmente a ser adoptada pelos restantes membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Tal facto constitui uma desvantagem para Cabo Verde em matéria de desarme de direitos, principalmente quanto a mercadorias que são fonte essencial de receita, ou mesmo, em razão de medidas proteccionistas. Por outro lado, é uma vantagem não existir direitos de exportação ou de reexportação como acontece em outros países da região” (Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica, 2006: 51).

No sector do comércio existem serviços governamentais, as associações de classe, os operadores comerciais (importadores, grossistas, retalhistas, vendedores ambulantes, etc.) e os consumidores. A Direcção Geral do Comércio (DGC) é a entidade responsável pela apresentação de proposta e execução da política nacional ligada ao comércio (comércio interno e externo), concorrência, organismos internacionais ligados ao comércio, como por exemplo a Organização Mundial do Comércio (OMC). A DGC está subdividida em Direcção do Comércio Interno e Concorrência e Direcção do Comércio Externo (Orgânica do MECC - BOº n.º 15, IS, de 19 de Maio de 2003).

As Câmaras Municipais exercem o licenciamento de comércio a retalho e a fiscalização do mesmo e as Câmara de Comércio a parte de comércio por grosso (DL 5/99), no quadro de protocolos assinados com a Direcção Geral de Comércio. A Inspecção-geral das Actividades Económicas (IGAE) exerce a fiscalização e desenvolve acções correctivas à actividades de comércio grossista.

MINDELO⁸³

*Tu és a cidade do Porto Grande
és a cidade das águas calmas
que um dia se tornarão bravias
és a cidade que dorme
sem dar conta do tempo
mas um dia participarás
do destino do mundo
és a cidade dos barcos fantasmas
dos barcos que saem
dos barcos que entram
na calma que precede
os grandes estores
és a cidade que nunca chove
és a cidade onde choverá
és a cidade dos vagabundos
do porto
és a cidade dos poetas do mar
és a cidade da ponta – de - praia
és a cidade das meninas – de – vida
que desde os 13 anos
estão na vida
és a cidade onde embarcam
os serviçais para S. Tomé
és a cidade de onde partem
os serviçais para a Angola
és a cidade que espera
o regresso dos que foram
obrigados a partir*

*Tu és a cidade do Porto Grande
A cidade do meu amor
Da minha luta
Da minha esperança*

O. Martins⁸⁴

⁸³ Extraído de Linhas Gerais da Historia do Desenvolvimento Urbano da cidade do Mindelo (1994:73)

⁸⁴ Ovídeo Martins foi um poeta e escritor Cabo-verdiano (1928- 1999).

3.2.1- ELEMENTOS DE NATUREZA GEORÁFICA E FÍSICA DA ILHA DE SÃO VICENTE

A ilha de São Vicente situa-se entre as latitudes de 16°55'19" e 16°46'21" Norte e os meridianos 24°51'53" e 25°05'40" Oeste, fazendo parte das 6 ilhas que integram o grupo de Barlavento, juntamente com Santo Antão, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista.

Entre a data da sua descoberta e meados do sec. XIX, S. Vicente esteve praticamente desabitada. É uma ilha bastante pequena em termos de superfície (227 km²), sendo o seu comprimento máximo de 24 250 metros (sentido Este - Oeste) e a largura máxima de 16 250 metros, (Quadro IX) entre a ponta de João de Évora e a ponta do Sul (sentido Norte - Sul).

Quadro XI – Dimensão máxima das ilhas				
Ilhas	Superfície Km ²	Dimensões máximas (m)		
		Comprimento	Largura	Altura
Santo Antão	779	42750	23970	1979
São Vicente	227	24250	16250	725
Santa Luzia	35	12370	5320	395
Ilhéu Branco	3	3975	1270	327
Ilhéu Raso	7	3600	2770	164
São Nicolau	343	44500	22000	1304
Sal	216	29700	11800	406
Boa Vista	620	28900	30800	387
Maio	269	24100	16300	436
Santiago	991	54900	28800	1394
Fogo	476	26300	23900	2829
Brava	64	10500	9310	976

Fonte: Elaboração própria, a partir de Semedo (1998: 30)

Quanto à sua topografia, não tão acidentada como em outras ilhas do arquipélago, pode ser considerada semi-plana, sendo o Monte Verde, situado na parte oriental, com os seus 774m, a superfície de maior altitude.

São Vicente, como as restantes ilhas do país, tem origem vulcânica e um clima árido e semi-árido, que, no entanto, é amenizado pela influência marítima. É na ilha que encontramos a segunda cidade de Cabo Verde, Mindelo. Esta é a capital do único concelho, São Vicente e, também, da única freguesia, Nossa Senhora da Luz.

O principal porto de Cabo Verde encontra-se nesta ilha: o Porto Grande. Neste sentido, a ilha desenvolveu-se através da actividade comercial e portuária, tornando-se o ponto de encontro de gentes de origem diversas (nomeadamente Europeus, Africanos, e mesmo Cabo-verdianos provenientes de outras ilhas), convertendo-se na cidade mais cosmopolita do país.

Tendo por base esta força motora, não é de estranhar que a cidade se tenha desenvolvido, numa primeira fase, junto ao litoral tendo-se, progressivamente, expandido para o interior, devido à necessidade de novos espaços para os diversos tipos de actividade relacionadas com o porto e à construção de habitações para a população que ali trabalhava.

A cidade organiza-se a partir de um eixo maior, ligado paralelamente ao litoral, onde se destaca o centro histórico⁸⁵ que exerce as funções administrativas, comerciais e residenciais. A partir do centro, a cidade estende-se segundo uma malha ortogonal rectangular, que representa o traçado urbanístico seguido actualmente.

⁸⁵ O centro histórico de São Vicente é vulgarmente conhecido na ilha por “Morada” e a rua principal é denominada de “rua de Lisboa”.

3.2.2- DEMOGRAFIA

No intuito de percebermos a evolução da população da ilha de São Vicente, achamos imprescindível, recuar no tempo e fazer um pequeno historial da evolução da população, desde de 1870⁸⁶.

Esses dados são fornecidos pela estatística populacional oficial, publicada com regularidade nos Boletins Oficiais (BO), apesar de ser naturalmente impossível ter confiança absoluta nesta informação. Contudo, os dados estatísticos, mesmo com os seus erros e defeitos, são os únicos que possuímos que podem dar algum conhecimento acerca do crescimento do Mindelo e que são passíveis de utilização para estudar as tendências crescentes ou decrescentes.

De 1879-1910, a população de São Vicente viria a crescer de quase 4 000 habitantes em 1879, para cerca de 10 000. Esse crescimento é explicado por dois factores principais:

- As variações positivas dos movimentos de navios anteriores à Primeira Grande Guerra⁸⁷.
- Outro factor, embora dissimulado, corresponde à situação económica em geral nas ilhas, caracterizada por fomes cada vez mais graves, que forçavam a emigração para a cidade e para o estrangeiro.

Em quase toda a década de 1880, houve fome nas ilhas do arquipélago (Boletim Oficial da década de 80:114). Nesse mesmo período houve um crescimento do tráfico marítimo para São Vicente. Consequentemente, há um crescimento populacional de 3 717 pessoas em

⁸⁶ As informações sobre a evolução da população de São Vicente desde 1870 até 1940, são facultadas pelo livro intitulado *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo* (1984)

⁸⁷ Isto porque a evolução da população mindelense estava muito dependente do desenvolvimento do Porto Grande

1879 para 6 561 em 1889, o que significa um aumento de cerca de 75% em dez anos. O ano de 1889 foi marcado pela fome coincidindo, no entanto, com um período de navegação no Porto Grande bastante positivo.

Em 1890, verificou-se no Porto Grande o primeiro grande decréscimo significativo de navegação, o que consequentemente irá afectar não só a dinâmica populacional, mas também e principalmente a dinâmica socio-económica. Tendo em conta o grande fluxo de entrada de pessoas de outras ilhas que trabalhavam no porto e áreas afins, começou a verificar-se um excesso de trabalhadores. No intuito de solucionar este problema de excesso de mão-de-obra, o governo irá criar trabalhos alternativos⁸⁸. Até 1891, continua a verificar-se a diminuição do tráfego marítimo e com essa situação a ilha depara-se com vários problemas, começando os produtos alimentícios a escassear.

A partir de 1894, reanima-se a chegada de navios a São Vicente, consequentemente vai haver um aumento populacional, passando a população de 5 694 pessoas, neste ano, para 6 666 em 1896. De 1896 a 1897 houve uma nova diminuição da população.

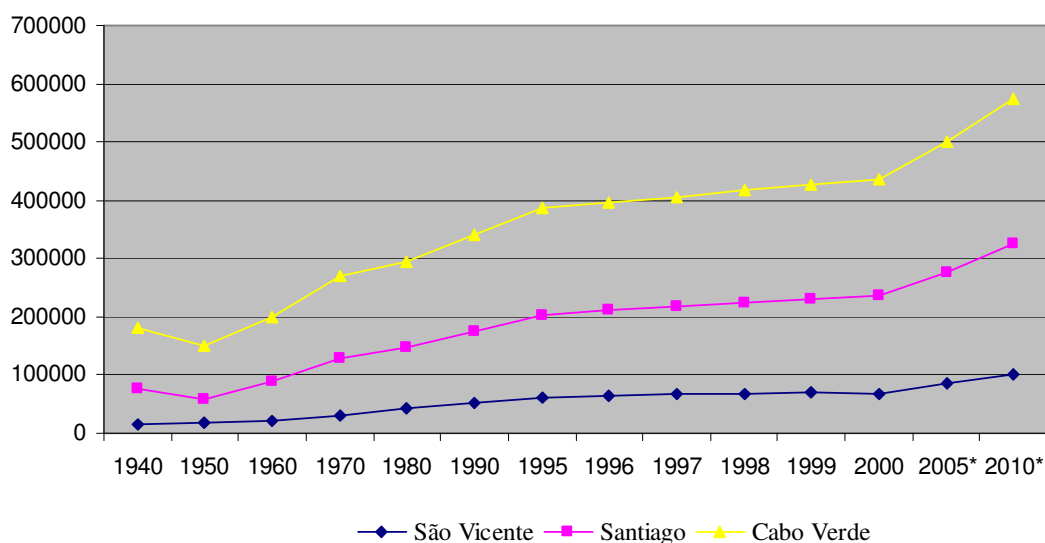
Entre 1897 e 1900, ocorreu um aumento das actividades do porto, com um ponto culminante em 1900, ano em que o número de habitantes atingiu os 8 780. Em 1904, Cabo Verde sofreu as piores fomes conhecidas na história das ilhas (BO 49/1924, Notícias dos concelhos; BO 34/1926, Boletim Sanitário; BO 13/1927, Diploma Legislativo de 24 de Março de 1927; BO 13/1928, Boletim Sanitário; BO 35/1028, Transferência de Fundos) que durou quatro anos. Esta catástrofe coincidia com uma redução muito significativa da navegação para o Porto Grande. Neste contexto, a economia do Mindelo não teve capacidade de oferecer trabalhos suficientes à população da ilha que diminuiu substancialmente. Mas, em 1910, a população recuperou, atingindo os 10 000 habitantes, e em contrapartida a navegação continuou sem grandes variações.

⁸⁸ “Foi necessário organizar “trabalhos de socorro”, que continuavam todo o ano e consistiam no calçamento de ruas”, BO 27/1890, Notícias do concelho.

A análise da evolução da população mindelense até essa época evidencia uma especificidade demográfica da cidade - porto, segundo a qual a variação populacional varia não só à custa dos seus próprios saldos fisiológicos, mas principalmente através da imigração de homens⁸⁹ vindos da periferia rural ou de espaços exteriores para trabalhar nas actividades ligadas ao porto.

Contudo, actualmente, a evolução da população São Vicentina varia essencialmente em função do seu saldo fisiológico. O Gráfico V mostra-nos essa evolução da população de São Vicente a partir de 1940.

**Gráfico V- Evolução da População na ilha de São Vicente
(1940- 2010*)**



Fonte: Elaboração própria a partir do censo de 90 e Censo 2000
* Perspectivas Demográficas de Cabo Verde Horizonte 2020

Da análise do gráfico V, concluímos que de 1940 à 1970, a população na ilha mantém-se sensivelmente constante, enquanto que no arquipélago, nota-se algumas oscilações. A partir de 1970, esse cenário muda e, a

⁸⁹ O Porto Grande atraiu uma maior percentagem de homens, devido não só, às possibilidades de emprego que o porto oferece, mas também às dificuldades que naquela época as mulheres tinham em emigrar.

semelhança do que se passa em todo o país, há uma evolução da população. Denota-se ainda que a evolução da população na ilha apesar de seguir a tendência nacional, é relativamente pequena do que se passa ao nível da ilha de Santiago, o que poderá ser justificado por esta se tratar da ilha onde se encontra a capital do país, e por ser uma ilha com maiores dimensões.

A população residente em São Vicente, em 2000, segundo os dados do censo, era de 67.163 habitantes (representando 15,4% da população total do país), sendo que a população rural se fica pelas 4.174 pessoas. A ilha de São Vicente é, pois, a ilha mais urbana de Cabo Verde, sendo a taxa de urbanização de 93%, bem superior à média nacional que é de 53,4% (ver o Quadro XII e o Anexo IV). Este facto deve-se principalmente ao facto da ilha não ter muitas zonas consideradas rurais. Comparativamente às outras ilhas, Sal é a única com uma taxa de urbanização que se aproxima da de S. Vicente, com 89,7%. Segue-se a ilha de Santiago com cerca de 52%, portanto ligeiramente abaixo da média nacional. A densidade populacional é de 294 habitantes por quilómetro quadrado, uma das mais elevadas depois da capital do arquipélago.

Quadro XII- Estrutura da População e Indicadores Demográficos

Indicadores	Cabo Verde	São Vicente
População Total	434 625	67 163
População Residente nas famílias	431 989	66 671
População feminina	223 995	33 851
População masculina	207 994	32 820
Sex-ratio (H/M*100)*	92,8	96,9
População de 0 - 14 anos	181 993	23 601
% População 0-14 anos*	39,2%	35,1%
População > 65 anos	27 122	4055
Idade mediana da População (anos)	17	20
População urbana	232 147	62 497
População rural	199 842	4 174
Taxa de população urbana*	53,4%	93,0%
Densidade populacional	107 hab/km ²	294 hab/km ²
Nº de agregados familiares	93 975	15 639
Nº médio de pessoas por agregados familiares	5	4

Fonte: Censo de 2000

* Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000

A taxa anual de crescimento demográfico da ilha é de cerca de 2,7%, superior também à nacional (2,4%). A esperança de vida é de 62 anos para os homens e de 65 anos para as mulheres, em evidente contraste com a esmagadora maioria dos outros países africanos, onde a esperança média de vida não vai além dos 56 anos (<http://www.agenciabissau.com/porta.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1160>, 12/07/07: 15:00). A taxa de mortalidade infantil é também relativamente baixa: 46 por cada 1000 nascidos.

A população da ilha de São Vicente é maioritariamente jovem, pois 66% dos indivíduos têm menos de 30 anos, enquanto a população com 60 anos ou mais perfaz apenas 8,6%.

Existem perto de 16 mil agregados familiares residentes em São Vicente, com uma média de 4 pessoas por agregado, ligeiramente abaixo da média nacional que é de 5 pessoas; 56% das famílias vivem em casa própria e 30% em casas arrendadas (QUIBB, 2006).

Segundo o QUIBB (2006), São Vicente é a segunda ilha com maior proporção de agregados familiares com nível de conforto médio, alto ou muito alto (58%): 7,7% têm um nível de conforto muito alto, praticamente o dobro da média nacional que é de 4%, mas aquém da ilha do Sal (8,8%).

Ainda segundo o QUIBB (2006), em termos de acesso a bens infra estruturais e de bem-estar, as famílias de São Vicente apresentam índices superiores aos nacionais. A começar pela água, ela vai ter às casas de 44,6% das famílias desta ilha através da rede pública, proporção essa muito superior à média nacional que é de 24,9% , o que coloca a ilha em terceiro lugar a nível nacional. Com efeito, Maio é a ilha com maior proporção de agregados familiares com água canalizada de rede pública (53,8%) seguida da ilha do Sal com 47,7%. No outro extremo está Santiago com apenas 17,3%. De realçar que São Vicente é a ilha onde os chafarizes são menos utilizados como a principal fonte de obtenção de água potável (12,9% contra os 45% a nível nacional), e onde o abastecimento por auto-tanques é mais expressivo (15,1% contra 8,6% a nível nacional). O modo de evacuação das águas residuais contribui fortemente para a saúde pública. São Vicente é a ilha com maior cobertura em matéria de rede de esgotos de que já beneficia 45,7% dos agregados familiares contra 3,6% na ilha de Santiago onde a rede de esgotos, por enquanto, confina-se à cidade da Praia.

A nível da educação, apesar de se situar em proporção abaixo da média nacional, o analfabetismo é ainda elevado em São Vicente. De cada 100 indivíduos de idade igual ou superior a quinze anos, 19 não sabem ler nem escrever (contra 25,2% a nível nacional). Seguindo a tendência a nível

nacional, nesta ilha também o analfabetismo afecta mais as mulheres (24,9%) do que os homens (12,7%), muito embora em proporção inferior à média nacional (16,5% para os homens e 32,8% para as mulheres). S. Vicente é a ilha onde se encontra a maior proporção de indivíduos com nível superior (1,7% contra 1,1% a nível nacional), sendo de realçar que a proporção de mulheres com nível superior é de 1,3% contra 0,8% a nível nacional e a dos homens de 2,0% contra 1,4% a nível nacional. Seguem-se as ilhas de Sal com 1,4% e Santiago com 1,3% da população com nível de instrução superior (QUIBB, 2006).

3.2.3 – CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DA ILHA DE SÃO VICENTE

O desenvolvimento económico de São Vicente, à semelhança do que se passa com o resto do Arquipélago, depara-se com enormes dificuldades, devido essencialmente à posição geográfica, destacando-se o clima pouco favorável e a escassez de recursos naturais.

Apesar disso, a especialidade atribuída ao comércio e sobretudo às actividades portuárias no desenvolvimento económico da ilha, permitiu um rápido desenvolvimento urbano, o que fez com que a ilha passasse a ser a segunda do arquipélago, em termos demográficos e económicos.

Contudo, segundo os dados do Censo de 2000, a taxa de desemprego na ilha, continua elevada ultrapassando a média nacional, com 23,3 % contra os 17,4%, sendo a taxa de desemprego das mulheres superior à dos homens. São Vicente é o concelho onde é mais expressiva a presença de pessoas com nível superior entre os desempregados (7,2%) seguindo-se-lhe o concelho da Praia (6%).

A proporção de empregados nos três sectores chaves, revela-nos o pouco peso que o sector primário detém, em oposição ao sector terciário.

**Quadro XIII – Proporção de empregados nos três sectores em
São Vicente**

Sectores de Actividades	Cabo Verde	São Vicente
Proporção de Empregados no Sector Primário (%)	24,7	6,2
Proporção de Empregados no Sector Secundário (%)	18,8	29,7
Proporção de Empregados no Sector Terciário (%)	56,5	64,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000

Significativa é a “mancha” do sector primário que apresenta em alguns anos crescimentos negativos, reflexo do peso considerável da agricultura neste sector, demasiado dependente das condições pluviométricas. Essa irregularidade reflecte assim, também, a instabilidade do rendimento agrícola, já por si só baixo, consequência da fraca produtividade do sector.

A agricultura contribui de forma insignificante para a formação do VAB⁹⁰ (Valor Acrescentado Bruto) da ilha mesmo a nível nacional. As condicionantes atrás referidas são mais marcantes na ilha o que leva a concluir que São Vicente não tem aptidão para o sector agrícola.

O contributo da silvicultura e da pecuária, embora mais significativo do que o da agricultura para a formação do VAB, é ainda reduzido.

A pesca é a que mais contribui para a formação do VAB, dentro do sector primário, isso porque a ilha tem uma enorme aptidão para as pescas em resultados de recursos haliêuticos, da capacidade de captura e de infra estruturas.

O sector industrial é bastante desenvolvido, embora se depare com enormes dificuldades. Existem na ilha, segundo dados da Direcção Geral da Industria e Energia (DGI), 100 unidades industriais (dados de 2000). A existência dos 2 parques industriais (Lazareto e Ribeira de Julião) e dos

⁹⁰ Em todas as ilhas há uma grande carência de recursos naturais, nomeadamente água e solos.

incentivos de investimento são alguns dos motivos que contribuem para o desenvolvimento do sector.

A construção civil desempenha uma função importante, contribuindo para mais de 50% do VAB total do país, isso devido essencialmente à abundância da mão-de-obra (INE, 2002).

O Turismo é um forte potencial de desenvolvimento não só da ilha como também para o país, ocorrendo investimentos importantes neste subsector, nomeadamente na indústria hoteleira e na restauração. Existem na ilha lotes de infra-estruturas turísticas e condições excepcionais para a prática de vários desportos náuticos, entre outras potencialidades o que contribui para o desenvolvimento do sector.

O sector terciário, como foi frisado atrás, desempenha uma função relevante para a criação do Valor Acrescentado Bruto (VAB), sendo de destacar o subsector do comércio que contribui com 26% da formação do VAB (INE, 2002).

Dentro do sector terciário é de destacar também o Porto Grande, os Estaleiros Navais, a Saúde (centros de Saúde espalhados pela ilha e um hospital Central – Hospital Batista de Sousa) e a Educação (escolas primárias que cobrem todas as regiões da ilha, escolas secundárias, de formação profissional e actualmente vários Institutos Superiores e uma Faculdade), o que se espelha na natureza dos serviços com maior peso na formação do VAB.

No que se refere às Telecomunicações, avanços substanciais foram conseguidos com a instalação da fibra óptica submarina inter-ilhas, constituindo assim o principal veículo de comunicação que liga o norte e o sul do arquipélago, e este com o exterior. Na ilha, as telecomunicações são asseguradas por duas centrais telefónicas, sendo uma digital e outra analógica. Existem serviços de fax, telefax, cabines telefónicas espalhadas por toda a ilha, o serviço móvel, comunicação rádio marítima e ligações à Internet.

Os transportes desempenham uma função importante. Ao nível da ilha, existe uma rede de transportes públicos, os autocarros e os Hiace, que asseguram as ligações dentro e fora da cidade. O maior porto de Cabo Verde, encontra-se na ilha - o Porto Grande - existindo ainda um Aeroporto⁹¹, o Aeroporto de São Pedro.

No sector da electricidade a empresa Electra, é o maior produtor nacional de energia e água dessalinizada. No dos petróleos existem dois operadores: A Shell e a Enacol.

3.2.3.1- ACTIVIDADES COMERCIAIS DA ILHA DE SÃO VICENTE

Como já foi supracitado a ilha de São Vicente desenvolveu-se graças ao seu porto, o Porto Grande. Este constitui um factor de extrema importância na viabilização das trocas comerciais entre São Vicente e as outras ilhas. Todas as mercadorias, desde a pequena mercearia às grandes lojas do Mindelo são importadas do estrangeiro. É através do porto que entram todos os produtos consumidos pela população Mindelense, desde os alimentares, materiais de construção, bebidas alcoólicas, produtos de higiene pessoal, entre outros que podemos encontrar nas casas comerciais.

Neste sentido, o desenvolvimento da ilha de São Vicente passa essencialmente pelo peso da actividade comercial, que por si só contribui com 31% da formação do VAB da ilha e 26 % do VAB nacional (INE- 2002). Apesar de São Vicente registar uma sensível diminuição da sua dinâmica comercial, mantém todavia uma posição respeitável, pelo seu passado comercial, pelo "*savoir-faire*" uma certa diversidade de oferta, por um poder de compra satisfatório e por todo o ambiente favorável que nos é confirmado pelo VAB, o que coloca a ilha no segundo lugar, em termos nacionais, a seguir de Santiago.

⁹¹ Estão em curso obras para que brevemente seja um aeroporto internacional, totalizando assim quatro aeroportos internacionais no arquipélago, juntamente com o da Ilha de Boa Vista e os das ilhas do Sal e de Santiago.

Segundo os dados do INE (2002), existem espalhados pela ilha de São Vicente, legalmente⁹², 1231 estabelecimentos comerciais, com 8825 pessoas ao serviço. Esses apresentam um volume de negócios de 34.013.053 contos. Esse número de estabelecimentos comerciais passou, em 2008, para 2214, segundo dados da Câmara Municipal de São Vicente (CMSV), distribuídos do seguinte modo:

Quadro XIV- Distribuição dos Estabelecimentos Comerciais por ramos de actividades em São Vicente (2008)

Estabelecimentos comerciais	Números	Percentagem
Bar Restauração	294	13%
Boutiques	73	3%
Mercearias	589	27%
Importador Ambulante	545	24%
Vendedor Ambulante	572	26%
Vendedeiras de Mercado	38	2%
Comércio diversos	103	5%
Total	2214	100%

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados da CMSV (2008)

Existem na ilha vários estabelecimentos comerciais antigos, como por exemplo a Sociedade Luso-Africana (1938), a Casa Miranda (1901), a casa Feijó (1937), a Casa do Leão (1941), a JBC (1941) e a casa Serradas (1882), que conseguiram manter-se até hoje, permanecendo activos.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais e dos mais importantes (em termos de volume e de pessoal ao serviço) encontram-se localizados na cidade.

⁹² Quando falamos em estabelecimentos comerciais legais estamos a referenciar os estabelecimentos que se encontram inscritos na Câmara Municipal, que pagam os impostos, e que têm um alvará, uma vez que se considerarmos todos os estabelecimentos comerciais existentes na ilha, esse número poderia ser até triplicado, uma vez que na periferia proliferam muitos estabelecimentos ilegais.

O comércio informal vem aumentando dia após dia, o que deverá constituir como uma das preocupações por parte das entidades competentes. É difícil contabilizar o número exacto de comerciantes informais, mas o que mais chama a atenção são os vendedores ambulantes e os comércios de rua⁹³.

Existem centenas de vendedores ambulantes espalhados na ilha de São Vicente, oriundos da CEDEAO e do Senegal. Associa-se a isso o comércio “na rua”, que estão em franco crescimento, tornando-se num fenómeno muito marcante na ilha, onde se detectam, aqui e ali, várias vendedeiras oriundas principalmente das ilhas de Sotavento (na grande maioria de Santiago), e que, embora contribuam para negligenciar o ambiente da cidade, diversificam os produtos e estabilizam os preços, uma vez que a ilha não tem vocação agrícola.

O comércio mais recente é dominado pelos orientais, existindo na ilha 85 lojas chinesas espalhadas por vários pontos. Todavia, ao contrário dos comerciantes oriundos da CEDEAO, o comércio praticado pelos chineses não é um comércio informal.

⁹³ Fizemos uma distinção entre comércio na rua e o comércio ambulante, em que o comércio na rua corresponde às pessoas que expõem os seus produtos frescos e hortícolas nas ruas da cidade, muitos com um lugar fixo. Já o comerciante ambulante é aquele que anda pelas ruas a vender as suas mercadorias (roupa e acessórios), como é o caso de muitos cidadãos da CEDEAO.

IV – CABO VERDE, DA EMIGRAÇÃO À IMIGRAÇÃO

A questão migratória em Cabo Verde atrai cada vez mais a atenção de observadores pelos contornos e dimensões que o fenómeno vai assumindo, numa altura em que o processo da globalização se vai impondo um pouco por todo o lado. Considerado tradicionalmente país de forte emigração⁹⁴ e inserido num sistema migratório internacional dinâmico, Cabo Verde assume hoje em dia, por paradoxal que pareça, também o papel de país de imigração.

Assim sendo, neste quarto capítulo, investigaremos o fenómeno imigratório Cabo-verdiano. Analisaremos as políticas da imigração e o seu impacto na integração das comunidades migrantes e discutiremos as alterações observadas nas últimas décadas, com especial destaque para a comunidade chinesa na ilha de São Vicente.

4.1- A POSIÇÃO DE CABO VERDE PERANTE O FENÓMENO MIGRATÓRIO

A história de Cabo Verde é marcada pelo fenómeno migratório, funcionando como alternativa, na busca de melhores condições de vida. A comunidade Cabo-verdiana no exterior ultrapassa, de longe, a população residente no país. Todavia, gradualmente, o país tem vindo a registar, sobretudo a partir dos anos 90, intensos fluxos imigratórios originários de

⁹⁴ Segundo Malheiros (2001:159), o total geral de Cabo-verdianos nos países e cidades de acolhimento, atinge cerca de 500.000. Todavia, se tivermos em conta a grande mobilidade geográfica dos Cabo-verdianos, actualmente esse número é de longe superior, atingindo os 714 360 pessoas de acordo com o Instituto das Comunidades de Cabo Verde, (<http://www.ic.cv/Word/DiasporaNumeros.doc>, 16/12/07, 17:00), um número bastante superior aos residentes no arquipélago, que é de 434 625 (Censo de 2000).

alguns países do Continente Africano, principalmente da CEDEAO⁹⁵, devido ao Protocolo assinado entre eles (a este propósito ver a introdução).

Qualquer cidadão da Comunidade que pretenda entrar no território de qualquer dos Estados Membros deverá possuir documento de viagem (passaporte ou qualquer outro documento válido, emitido pelo Estado Membro de que é cidadão).

No âmbito deste protocolo, vieram Africanos oriundos maioritariamente da Nigéria, Guiné Bissau e Senegal, que se instalaram particularmente na periferia das duas cidades principais de Cabo Verde, a cidade da Praia e a cidade do Mindelo, e ligados exclusivamente ao pequeno comércio “*sucupiriano*”⁹⁶. Esses imigrantes são chamados pelos Cabo-verdianos de “*Mandjacos*”⁹⁷,

Em 1997, ao abrigo da Lei n.º 36/V, que define o Estatuto do Cidadão Lusófono no país, têm-se registado também fluxos migratórios originários dos Estados membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). De facto, desde então, reconhece-se a esses indivíduos, com residência em Cabo Verde, a capacidade eleitoral activa e passiva nas

⁹⁵ Em Agosto de 2006, segundo o jornal “*Asemanaonline*”, o governo cabo-verdiano solicitou à CEDEAO a suspensão da cláusula do Tratado de Abuja, que regula a livre circulação de pessoas e bens nessa comunidade sub-regional da África Ocidental, da qual Cabo Verde é membro. “*Asemanaonline*” apurou que iniciativas diplomáticas já estavam a ser dadas nesse sentido. Actualmente, basta o passaporte ou o bilhete de identidade para que os naturais dos países que integram essa comunidade possam entrar em Cabo Verde, podendo ali permanecer durante noventa dias. Com base nisso, residem hoje no arquipélago, a maioria em situação irregular, vários milhares de imigrantes da Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Gana e Guiné-Conakry. Preocupado com esta vaga humana, agravada nos últimos dois anos com o surto da imigração clandestina com destino à Europa, o governo Cabo-verdiano decidiu tomar “medidas de contenção”. Assim, de acordo com dados recolhidos por este jornal, o governo está a sensibilizar os responsáveis da CEDEAO no sentido de desobrigar Cabo Verde da cláusula desse tratado. Isso com base no “tratamento especial” para os países pequenos/insulares previstos pelo mesmo tratado.

⁹⁶ No início, associava-se o *sucupiriano* apenas às pessoas que vendiam no mercado do *sucupira* (uma espécie de “centro comercial” ao ar livre onde se vende de tudo). O nome de *sucupira* deve-se a uma novela brasileira – O Bem Amado - que passou na Televisão Nacional de Cabo Verde - TNCV, na década de 80. Na ilha de Santiago, com o aumento crescente do número de imigrantes da CEDEAO a praticar o comércio informal, os Cabo-verdianos generalizaram o termo e começaram a designá-los de comerciantes *sucupirianos* (por venderem de tudo um pouco).

⁹⁷ São chamados assim muitas vezes de forma pejorativa para os distinguir dos outros imigrantes, o que assume um carácter discriminatório, baseado na cor da pele e no tipo de comércio por eles praticado.

eleições autárquicas, o direito de investir nas mesmas condições que o investidor nacional, o de receber e transferir rendimentos para qualquer estado da CPLP e o de possuir Cartão Especial de Identificação. Reconhece-se ainda, aos filhos de pai ou mãe lusófonos nascidos em Cabo Verde, o direito à nacionalidade cabo-verdiana sem exigência de perda da sua anterior nacionalidade.

Actualmente, a situação jurídica do estrangeiro no território nacional é regulamentada pelo Decreto-Legislativo nº6/97, de 5 de Maio, publicado no Boletim Oficial nº17, I Série, em substituição da Lei nº93/III/90, de 27 de Outubro, que visa regular a circulação de pessoas e o controlo eficaz das fronteiras e do acesso ao território nacional, sendo também consentâneo com as disposições constitucionais e as convenções internacionais em matéria de estrangeiros.

4.2- IMIGRANTES EM CABO VERDE- A LEI DA IMIGRAÇÃO

Este sub capítulo espelha a forma legal como o Governo Cabo-verdiano se posiciona perante o fenómeno migratório. Analisaremos, de uma forma geral, quais têm sido os mecanismos de protecção legais e institucionais que o governo cabo-verdiano tem criado em prol da defesa do imigrante e da sua eficaz integração. O estabelecimento ou a simples entrada num dado país de um cidadão de um outro país implica a existência de normas que regulamentem a instalação e a vida do estrangeiro nessa nação. A condição de estrangeiro estará sujeita a certo tipo de exigências que evidentemente não se aplicam aos nacionais, ao mesmo tempo que lhe são restringidos alguns direitos ou regalias de que beneficia o nacional.

Assim, o migrante ou o turista regem-se por certos direitos e deveres dentro da sociedade em que se movimentam, não necessariamente iguais ou coincidentes aos destinados aos nacionais. Mas, é necessário que essas exigências, esses direitos e deveres, sejam conhecidos e explicados e que,

além disso, tenham a concordância dos Governos do país de acolhimento e do país de origem, de modo a tornar-se possível a defesa e a protecção do cidadão nacional em país estrangeiro. Claro que algumas dessas normas pertencem ao património jurídico internacional, mas muitas delas são consagradas através de acordos bilaterais entre os dois governos interessados.

A defesa do imigrante, por exemplo, pressupõe a existência de acordos diversos, regulamentando as condições de trabalho, seus direitos e deveres civis e sociais, o regime dos seus bens entre outros. Porém, implica também a existência de estruturas de representação diplomática que apoiem os imigrantes no cumprimento das formalidades que lhes são exigidas, os oriente e os informe dos seus direitos e deveres, os represente e defenda junto das autoridades do país de acolhimento, sempre que as circunstâncias o justifiquem.

Em Cabo Verde, desde 1975⁹⁸, existem os cartões de embarque e desembarque, preenchidos pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, com o objectivo de controlar as entradas e saídas nos aeroportos internacionais do Sal e da Praia. Todavia, alguns anos depois, essa exigência foi anulada, numa tentativa de se tornar mais expedito o processo de entradas e saídas das pessoas no território nacional, através do Decreto-Lei nº 74/95, de 21 de Novembro em que o Governo aprovou um novo modelo de boletim destinado à recolha de dados relacionados com o controle de entradas e saídas no território nacional. Assim, os cidadãos nacionais ficaram dispensados do preenchimento do boletim acima referido, fazendo-se a sua passagem pelos serviços de fronteira mediante apresentação do passaporte emitido pela autoridade cabo-verdiana legalmente competente.

A situação jurídica do estrangeiro em território Cabo-verdiano era regulada pela Lei nº93/III/90, de 27 de Outubro, tendo sido revista pelo Decreto- Legislativo nº 6/87, de 5 de Maio de 1997.

⁹⁸ Ano da Independência de Cabo Verde.

O presente diploma adequa-se às disposições constitucionais e às convenções internacionais em matéria de estrangeiros e introduz mecanismos necessários e úteis para a defesa da comunidade residente, quando estão em causas problemas de criminalidade e defesa da saúde pública, da ordem pública e da segurança nacional. Além disso, efectua o aperfeiçoamento formal de algumas das disposições consagradas no diploma anterior, esclarece dúvidas surgidas na execução da lei e regula aspectos novos impostos pela circulação de pessoas e pelas exigências de controlo eficaz das fronteiras e acesso ao território nacional.

Os estrangeiros apátridas residentes são equiparados aos cidadãos nacionais, sendo admitida a possibilidade de atribuição de direitos políticos, que a anterior lei fundamental não concedia. Neste âmbito, destaca-se a capacidade eleitoral activa e passiva para as autarquias locais, como forma de alargamento da cidadania e de participação na vida política e cívica em Cabo Verde dos estrangeiros residentes.

Em matéria dos vistos, o quadro legal foi revisto na perspectiva da clarificação do seu regime e na introdução de melhorias formais. Assume-se a noção do visto como sendo um acto soberano do Estado, necessário às relações internacionais, mas sempre na disponibilidade do Estado e na avaliação permanente dos seus interesses. No entanto, atende-se aos motivos e circunstâncias modernas que facilitam e estimulam a circulação de pessoas e à intensidade com que isso se verifica, para introduzir modos de concessão de vistos nos postos das fronteiras por onde se processa a entrada no país.

Tomam-se ainda em consideração aspectos relacionados ao turismo e intercâmbio juvenil para justificar a recusa de entrada de menores no país, quando existam motivos ligados à protecção da infância e ao combate a flagelos como a exploração sexual ou o abuso de menores

No intuito de reforçar as medidas de segurança interna e de controlo de acesso dos estrangeiros ao território nacional, reviram-se a concessão de vistos e a autorização de residência e adoptaram-se medidas para facilitar o

processo de recusa de entrada e de expulsão dos que pretendam entrar ou permanecer de forma irregular no país. Como exigência, impõe-se que os estrangeiros devem fazer prova de posse dos meios económicos e de subsistência, que evitem a dependência e a marginalidade, e garantir que os que permanecem no país tenham um meio lícito de vida.

Finalmente, reformula-se o processo de extradição prevendo um regime legal facilitador de cooperação judiciária em matéria penal, instituindo-se deste modo mecanismos de prevenção.

Convém frisar que os estrangeiros que legalmente residam ou se encontrem em Cabo Verde, gozam dos mesmos direitos e garantias e estão sujeitos aos mesmos deveres que o cidadão Cabo-verdiano, com excepção dos direitos e garantias políticos e dos demais direitos e deveres expressamente reservados por lei ao cidadão Cabo-verdiano. Dessas excepções destaque-se o exercício do poder de autoridade, ou seja, não podem exercer actividades de função pública, salvo acordo ou convenção internacional em contrário, com excepção das funções de carácter técnico, de docente ou de investigador.

Apesar de existir legislação sobre os imigrantes⁹⁹, o governo terá que ser mais sensível a esse fenómeno, que já é uma realidade no país, criando mecanismos de protecção e assegurando meios mais adequados, não só para combater a imigração clandestina¹⁰⁰, que assola constantemente o arquipélago a partir de alguns pontos do país (Sal, Boa Vista, Santo Antão, Fogo e São Vicente), mas também para garantir o repatriamento forçado de

⁹⁹ Em Cabo Verde já se justifica e exige uma concepção e adopção de uma política imigratória realista e pragmática, adequada à dimensão e às características do país, mas que discipline a presença de imigrantes no seu território.

¹⁰⁰ Segundo o site http://dn.sapo.pt/2006/07/25/internacional/imigracao_vigiada_cabo_verde.html, 12 /12/07 18:00, "Cabo Verde tem sido utilizado nos últimos tempos como país de trânsito para fluxos de emigração ilegal" garantiu o representante da Comissão Europeia Rob Rozenburg. Acrescenta ainda que "Cabo Verde está numa situação específica de país de trânsito entre países da África Ocidental e a Europa e o nosso objectivo é procurar possibilidades de cooperação para a resolução deste problema". Frequentemente, chegam às águas de Cabo Verde, barcos com imigrantes ilegais vindos de países da África Ocidental e que procuram chegar ao território europeu. Entre os anos de 2006 e 2007, foram encontrados à deriva nos mares do arquipélago cerca de 500 imigrantes ilegais provenientes desses países.

cabo-verdianos (provenientes, designadamente da Europa e dos Estados Unidos da América). Adicionalmente torna-se também imprescindível a implementação de modelos de integração¹⁰¹ das comunidades imigrantes.

4.3 - IMIGRANTES EM CABO VERDE

Quando se pretende quantificar as populações imigrantes a residir no território Cabo-verdiano, deparamo-nos com inúmeras dificuldades, que se prendem por um lado, com a escassez de dados e, por outro, pelo facto de as estatísticas oficiais, considerarem unicamente o número de estrangeiros legalizados em Cabo Verde, não tendo em linha de análise a real dimensão do fenómeno¹⁰².

Essa quantificação torna-se muito mais difícil quando se pretende fazer uma distribuição por ilhas, devido à forte mobilização inter-ilhas e ao fraco ou nulo controlo por parte das entidades competentes.

Neste quarto capítulo, que pretende efectuar uma breve caracterização geral da imigração para Cabo Verde, resolvemos levar em conta os dados do Instituto Nacional de Estatística¹⁰³ (INE), em que os anos em análise são 1990 e 2000, que coincidem com os anos do Recenseamento Geral da População.

¹⁰¹ Modelos estes que facilitem, ao mesmo tempo, a sua inserção no mercado de trabalho, já saturado, e num tecido sócio-cultural frágil e vulnerável, evitando assim futuros conflitos.

¹⁰² É necessário um controlo muito mais rigoroso por parte das entidades competentes com as pessoas que entram no país, porque, Cabo Verde com a sua localização geográfica estratégica, tanto por via área como marítima constitui uma porta de entrada de muitos imigrantes “clandestinos”. Por exemplo, nos últimos meses, Cabo Verde tem sido constantemente “invadido” por uma onda de imigrantes “clandestinos”, e muitos acabam por lá ficar, aumentando o número de imigrantes estatisticamente não contabilizados, o que faz com que o número de imigrantes reais seja bastante superiores aos dados oficiais (http://dn.sapo.pt/2006/07/25/internacional/imigracao_vigiada_cabo_verde.html, 12 /12/07 18:00).

¹⁰³ Uma vez que o sistema vigente nos Serviços de Emigração e Fronteiras, de preenchimento dos cartões de embarque e desembarque nos aeroportos do Sal e da Praia não constitui uma fonte de recolha fiável, por outro lado, dada a dispersão do país em ilhas, torna-se difícil controlar as entradas e saídas pelo mar.

4.3.1- ORIGEM E EVOLUÇÃO

Em, 1990, segundo os dados do INE, no arquipélago de Cabo Verde, residiam 12035¹⁰⁴ imigrantes (Anexo V). Destes, 4261 eram não Cabo-verdianos, 4027 eram nascidos no estrangeiro e 3747 tinham a residência anterior no estrangeiro.

Nesse universo, 6090 eram do sexo masculino e 5495 do sexo feminino. A maior parte da população imigrante é de origem Africana (7112), o que poderá ser explicado, não só pela proximidade geográfica entre o Arquipélago e o próprio continente, como também porque Cabo Verde faz parte da CEDEAO. Desses imigrantes Africanos, quase 50% são provenientes de São Tomé e Príncipe, o que poderá ser explicado pela grande quantidade de Cabo-verdianos que anteriormente tinham emigrado para São Tomé e Príncipe, tendo alguns regressado acompanhados pelos seus descendentes, já nascidos no estrangeiro.

Segue o continente Europeu (3180) em que Portugal se destaca com um total de 2048 imigrantes. Isto prende-se com fortes relações entre Portugal e Cabo Verde, relações essas não só históricas, como também sócio-económicas¹⁰⁵. Do continente Americano, aparecem a América do Norte com 390 imigrantes e América do Sul com 145. A Ásia é representada neste censo, com 209 imigrantes¹⁰⁶.

Dos 12035 imigrantes em 1990, passa-se para 11127¹⁰⁷ em 2000 (Anexo VI). Estes representam cerca de 3% da população total residente no

¹⁰⁴ O censo de 1990, revela-nos a repartição da população residente estrangeira, nascida no estrangeiro e com residência anterior no estrangeiro segundo o país ou continente, todavia não nos fornece uma noção de imigrante. O censo de 2000 (Migrações) define não o conceito de Imigrante mas sim de Migrante Internacional, como sendo uma pessoa nascida no estrangeiro ou com residência anterior no estrangeiro e recenseada num concelho/ilha em Cabo Verde. Assim um migrante internacional pode ser um estrangeiro ou cabo-verdiano que realizou uma migração de retorno.

¹⁰⁵ A nível económico Portugal é principal país da Europa parceiro de Cabo Verde.

¹⁰⁶ A presença desses imigrantes no país tem muito a ver com a actividade comercial que eles exercem.

¹⁰⁷ O jornal a *Semanaonline* de 24-10-2006 aponta para um número bastante superior “segundo uma fonte das Nações Unidas, os imigrantes em Cabo Verde, são à volta de 15

país, proporção idêntica à do recenseamento de 1990. Quanto ao país de nascimento, o cenário é idêntico ao de 1990, em que a maioria desses indivíduos nasceram em África, seguindo-se a Europa e a América.

Quadro XV- Repartição da População Imigrante segundo o sexo e por nacionalidade (2000)

Nacionalidade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	11027	100	5735	100	5274	100
Cabo-Verdiana	3990	36,2	1898	33,0	2092	39,7
Dupla	2376	21,5	1189	20,7	1187	22,5
Estrangeira	4661	42,3	2666	46,3	1995	37,8

Fonte: Migrações - INE(2000)

Do Quadro XV, nota-se que dos 11.027 imigrantes, mais de metade são cabo-verdianos nascidos no estrangeiro (58%), e destes, mais de um terço (36%) possuem somente nacionalidade cabo-verdiana e 22% dupla nacionalidade. Os residentes que declararam ter nacionalidade estrangeira representam também uma proporção significativa, sendo constituídos por 4.661 indivíduos, o que corresponde a cerca de 42% do total (ver mais detalhe o Anexo VIII). Este facto confirma a forte atracção dos imigrantes estrangeiros em direcção a Cabo Verde verificada nos últimos anos.

Os imigrantes em Cabo Verde tanto do sexo feminino como do sexo masculino apresentam uma estrutura relativamente jovem situando-se entre a faixa etária dos 30-39 anos, com um total de 3262 indivíduos, o que

mil, e oriundos sobretudo de países continentais de África Ocidental, sendo que a maior parte deles está a residir de forma ilegal em diversas ilhas do país.

equivale a 29,6% do total. Entretanto, a quantidade de mulheres imigrantes é relativamente mais baixa do que a dos homens.

Segundo o INE - Migrações 2000, (Anexo VI a IX), quanto ao país de nascimento, verifica-se que a maioria desses indivíduos nasceram em África (77%), seguindo-se-lhes os que nasceram na Europa (17%) e na América (5%). Os restantes 1% nasceram em outros continentes não especificados. Tendo em conta a nacionalidade verifica-se que:

- De entre os de *dupla nacionalidade*, a maioria nasceu em África (77%) e Europa (17%). Cerca de um terço (34%) nasceram em São Tomé e Príncipe, um pouco mais de um quarto (27%) em Angola, 10% em Portugal, 9% na Guiné-Bissau, 5% no Senegal, e os restantes 15% em outros países da África, Europa, América e Ásia;
- Quanto aos de *nacionalidade estrangeira*, também a maioria nasceu em África (68%) e na Europa (21%). A nível dos países verifica-se a mesma tendência que os de dupla nacionalidade, tendo a maioria nascido em São Tomé e Príncipe (21%), Guiné-Bissau (15%), Angola (14%) e Portugal (10%);
- Metade dos de *nacionalidade cabo-verdiana* nasceu em São Tomé e Príncipe, 23% em Angola, 7% na Guiné-Bissau, 6% em Portugal, 4% de Senegal, e os restantes 10% em outros países não especificados. Estes imigrantes podem ser cabo-verdianos de segunda geração que não adquiriram nacionalidade estrangeira.

4.3.2- GRAU DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA

Os imigrantes em Cabo Verde apresentam um nível de qualificação diversificado, qualquer que seja a nacionalidade. A Alfabetização e o Ensino Básico Integrado (EBI) são os níveis máximos atingidos pela maioria dos imigrantes (47,9%). Segue-se o Ensino secundário com 27%. Quase um terço dos imigrantes (12,2%) não possui qualquer nível de instrução (12,2%) e uma proporção pouco significativa possui o curso superior (10,1%).

Quadro XVI- A repartição da População Imigrante de Quatro anos ou mais segundo a nacionalidade por nível de instrução - 2000

Nível de Instrução	Total	
	Efectivos	%
Total	10547	100
Sem nível	1289	12,2
Alfabetização/EBI	5048	47,9
Secundário	2852	27,0
Curso Médio	288	2,7
Curso Superior	1069	10,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE – 2000

As informações referentes à ocupação dos imigrantes são bastante escassas e pouco trabalhadas pelas entidades competentes. Por exemplo, o INE na sua publicação sobre a imigração não faz referência a esse aspecto, e o SEF, apesar de ter essas informações, não lhes dá um tratamento adequado. Todavia, são essas informações que estão disponíveis e que iremos analisar.

Segundo as informações do SEF de Cabo Verde, a posição dos estrangeiros nos mercados laborais do país mostra que a população imigrada apresenta uma diversidade de situações que importa considerar. Porém, o nível de ocupação nem sempre é pouco qualificado, como se

poderia pensar a partir do que ficou exposto anteriormente, que aponta para um nível de escolaridade não muito elevado. A diversidade é muito mais marcante entre os imigrantes provenientes do continente Europeu, que apresentam níveis de instrução e ocupações mais qualificadas, destacando-se os empresários (mais de 50%), engenheiros, gerentes, professores, comerciantes e médicos.

Quanto aos imigrantes provenientes do continente Africano, existe uma certa diversidade, mas já o nível de qualificação é muito menor. Mais de 50% ocupam-se no comércio, seguindo-se as actividades de pedreiro e professor. Comerciantes e empregados de estabelecimentos comerciais são as ocupações dos imigrantes do continente Asiático.

No cômputo geral, as ocupações dominantes da população imigrante em Cabo Verde são comerciantes, professores e gerentes.

4.3.3- DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO IMIGRADA

A distribuição geográfica dos estrangeiros em Cabo Verde, segundo os dados do INE (2000), está claramente relacionada com os grandes centros urbanos. Praia, com 43% do total, e São Vicente com 18%, concentram a maioria dos imigrantes, encontrando-se os restantes 39 % distribuídos pelos outros concelhos do País.

De notar que no arquipélago, a percentagem da população total nas ilhas de Santiago e de São Vicente é de 68,9%, registando-se, portanto, alguma correspondência entre os níveis de concentração geográfica de nacionais e imigrantes. A elevada proporção de imigrantes residentes no concelho da Praia (na ilha de Santiago) deve-se naturalmente ao facto de ser o concelho onde se encontra a cidade capital e o principal pólo de desenvolvimento de Cabo Verde, quer pelo seu peso na estrutura económica, quer pela sua dinâmica em termos de oferta de oportunidades de negócios, de emprego e de formação.

No concelho de São Vicente (ilha com o mesmo nome), a concentração é justificada por ser o segundo maior e mais desenvolvido concelho do país, com elevado nível de desenvolvimento urbano e onde se encontra o principal porto.

Nesse sentido, nos concelhos da Praia e S. Vicente, há uma elevada proporção de imigrantes residentes, por serem os concelhos mais desenvolvidos e com melhores oportunidades de negócios, de emprego e de realização sócio-profissional.

Dos restantes concelhos, destacam-se Santa Catarina (8%), Sal (6%) e Tarrafal (4%). Convém salientar que os concelhos de Santa Catarina e Tarrafal são pertencentes à ilha de Santiago, o que justifica as percentagens de concentração de imigrantes. No concelho do Sal (ilha com o mesmo nome), a atracção assenta na sua oferta turística (a maior do país) e no facto de até há pouco tempo ser praticamente a única porta de entrada e saída do país¹⁰⁸.

4.4 – A IMIGRAÇÃO CHINESA PARA CABO VERDE : Contexto e Características básicas

A permanência e as condições de fixação de estrangeiros em qualquer país são regulamentadas por legislação específica, como tivemos oportunidade de ver, e, em diversos casos, por acordos de emigração. Neste momento, Cabo Verde possui acordos assinados com diversos países, nomeadamente com a República Popular da China (RPC), num quadro de negociações que remonta a 1976. Apesar disso, só a partir da década de 90 é que os chineses começaram a ter Cabo Verde na mira da residência

¹⁰⁸ Até 2006, o aeroporto da ilha do Sal era o único aeroporto internacional do arquipélago.

(informação confirmada pelo SEF e por uma fonte segura¹⁰⁹ da Embaixada da China sediada em Cabo Verde). Com a mudança do regime a partir de 1991 e a adaptação da nova constituição de 1992, o país enveredou pelo sistema de economia de mercado de base privada. O sector empresarial conheceu uma dinâmica marcante e Cabo Verde tornou-se num mercado mais atractivo para o investimento externo.

A isso acresce o facto do país, relativamente a outros, possuir um leque de factores intangíveis que parecem torná-lo mais apetecível para a aplicação de investimento estrangeiro. Iremos de uma forma sumária apresentar esses factores. Uma vantagem relevante é o facto de estar situado em posição favorável ao acesso aos principais mercados a nível Mundial, não estar sujeito a restrições específicas em nenhum dos mercados, beneficiando mesmo do tratamento favorável concedido pela União Europeia aos países da África Caraíbas e Pacífico (ACP), CEDEAO e pela generalidade dos países desenvolvidos, no âmbito do Sistema Generalizado de Preferência (SGP). Assim, por via dos acordos internacionais de que é signatário, Cabo Verde possibilita às empresas nele instaladas o acesso preferencial aos mercados consumidores.

A esta vantagem está aliada a estabilidade económica e social do país - que assenta num sistema político parlamentar com eleições livres, ausência de conflitos políticos, étnicos ou religiosos - e indicadores económicos e sociais estáveis e em franco crescimento.

“Cabo Verde é membro de várias organizações internacionais: Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD); Organização da Unidade Africana (OUA) e Organização das Nações Unidas (ONU). Integrado no quadro desta última é também membro das seguintes organizações: AID (Associação Internacional de Desenvolvimento; BIRD (Banco Mundial); FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação); FMI (Fundo Monetário Internacional); IFAD (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola);

¹⁰⁹ Essa nossa fonte quis ficar no anonimato, uma vez que essa entrevista foi dada após o Secretário da referida Embaixada ter desligado o telefone durante uma entrevista que ele mesmo tinha marcado.

MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais); OIT (Organização Internacional do Trabalho); OMC (Organização Mundial do Comércio) com o estatuto de observador; OMS (Organização Mundial de Saúde); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e UNDO (Organização para o Desenvolvimento Industrial). A nível regional integra a Comunidade CEDEAO e a CPLP” (informações obtidas através do Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica, 2006).

A própria tranquilidade do país, ao nível de salários, o clima, a inexistência de doenças tropicais transmissíveis endémicas e a própria estabilidade e qualidade administrativa, são outras vantagens. Acresce ainda a elevada disponibilidade de mão-de-obra (30 a 40% do total), com salários competitivos.

Os dados do QUIBB (2006) de Cabo Verde revelam-nos as seguintes taxas de alfabetização: maiores de 15 anos com 78,9%, adultos (15-49 anos) com 89,7% e Juvenil (15-24 anos) com 96,9%. Apesar disso, o nível de instrução do povo Cabo-verdiano situa-se entre o básico e o secundário (62,6%). Assim, a força laboral Cabo-verdiana é formada por quadros profissionais com bacharelato (1,0%) ou licenciados (2,4%) em Universidades de todo o mundo, assim como trabalhadores não especializados muito habilitados e com alta produtividade após a formação.

No domínio das infra-estruturas modernas, Cabo Verde dispõe de transportes aéreos com voos frequentes ligando quase todas as ilhas, e o arquipélago ao resto do mundo, através de voos internacionais regulares para a Europa, África e América. Os transportes marítimos desempenham um papel importante no desenvolvimento da estratégia económica de Cabo Verde, devido à dispersão geográfica do país e às suas potencialidades. O país está dotado de tecnologias de comunicação e informação eficientes, possuindo ligações telefónicas directas com todo o mundo, bem como serviços de telefax e internet.

É neste panorama que, a partir de 1993 (dados do SEF), os chineses viram que era possível instalar e praticar o seu comércio (uma vez que, como referimos anteriormente, a maior parte dos chineses residentes em Cabo Verde apresentam o comércio como sendo a sua principal actividade), oferecendo maior variedade de produtos e preços competitivos e acessíveis.

No início essa imigração foi muito esporádica para, a partir de 2000, passar a ser muito mais intensa, o que poderá ser explicado pela abertura económica da China. Para isso, torna-se necessário ver as datas importantes que marcaram esse processo recente da República Popular da China (www.minedu.cv/index_php?options?com_doc, 15/12/07: 15:00):

- **12 de Dezembro de 2001** - Adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC);
- **Entre 2001 e 2004** - Abertura progressiva do mercado chinês à economia internacional. A indústria chinesa torna-se uma das mais competitivas do mundo;
- **Até 31 de Dezembro de 2004** - Eliminação das quotas alfandegárias ainda existentes sobre os têxteis e o vestuário fabricados na China;
- **Durante o ano 2005** - Conclusão do porto de águas profundas de Xangai (terceiro maior porto do mundo em capacidade).

O nosso entrevistado da Embaixada da China em Cabo Verde, adiantou-nos que podemos considerar duas vagas imigratórias dos chineses para Cabo Verde. A primeira, e mais antiga provem da Europa (sobretudo Portugal e Espanha) e das Ilhas Canárias (Las Palmas).

A segunda vaga, mais recente, é oriunda da China, sendo mais de 90% originária da província de *Zhe Jiang* e da cidade de *Wen Zhou*. Esta última vaga, deve-se essencialmente à necessidade de uma união familiar, padrão igual ao que acontece noutros países.

O que fez com que os chineses cruzassem o Atlântico e chegassem a essas pequeníssimas ilhas prende-se essencialmente com razões económicas (informações dadas pelo nosso entrevistado da Embaixada e colhidas no terreno). Os mais exagerados recorrem ao estereótipo e dizem que “Onde há terra vai chinês com o seu comércio”. No entanto, beneficiando do contexto de abertura da própria China e dando-se conta de que em Cabo Verde havia pouca diversidade de produtos, rupturas de stocks e os preços eram elevados, os chineses viram que seria relativamente fácil colocar no arquipélago os seus produtos e melhorar as suas condições de vida.

Uma pergunta aberta feita à comunidade chinesa local prende-se com o porquê da eleição da ilha de São Vicente como destino. Eles foram unânimes em responder que era por se tratar de uma ilha dedicada ao comércio, onde a concorrência ainda não é tão forte (fazendo a comparação com a capital). De resto, consideram-na mais divertida e com muita animação ao nível cultural, indo mesmo mais longe e afirmando que a estadia na ilha tem correspondido às suas expectativas.

V – A COMUNIDADE CHINESA EM SÃO VICENTE E A SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO

Este capítulo tem como objectivo identificar o contributo da comunidade chinesa para o desenvolvimento do comércio na ilha de São Vicente. Os resultados obtidos baseiam-se nos inquéritos e entrevistas feitas aos chineses residentes nesta ilha, bem como em informações provenientes do SEF e da Câmara Municipal de São Vicente (CMSV).

Os inquéritos foram de carácter individual, para caracterizar não só os chineses da ilha, em geral, mas também os proprietários chineses, para qualificar o comércio étnico. Aplicámos 90 inquéritos à comunidade chinesa e 27 a membros da mesma comunidade, proprietários de estabelecimentos comerciais existentes na ilha.

Abordar a temática do comércio chinês na ilha de São Vicente é uma tarefa cuja abrangência requer uma definição prévia e cuidada dos pontos a focar, existindo plena consciência de que inevitavelmente acabarão por ficar de fora alguns tópicos susceptíveis de contribuir não só para a desejada caracterização, mas também para sustentar, de forma adequada, as propostas apresentadas e a identificação das tendências de evolução.

Sendo assim, num primeiro momento, iremos fazer uma análise centrada na população chinesa visando a sua caracterização sócio-demográfica (estrutura etária e de sexo, estado civil, número de filhos e nível de escolaridade) e económica (profissão e situação perante o trabalho). Posteriormente, caracterizaremos o comércio chinês na ilha em termos de número de estabelecimentos, número de empregados, localização das lojas, tipos de produtos importados, países de importação e identificação de eventuais vantagens aduaneiras.

5.1- ANÁLISE SÓCIO-DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA

A quantificação do número de chineses residentes em Cabo Verde, pelas entidades competentes, tem sido objecto de uma autêntica controvérsia. A embaixada da China, radicada em Cabo Verde, afirma que existem cerca de 2000¹¹⁰ chineses no território. Em contrapartida, o SEF aponta para um total de apenas 409¹¹¹. Já os dados do INE ficam muito mais aquém, registando apenas 51 cidadãos chineses. Contudo, esse valor corresponde ao apurado no Censo de 2000.

Essa controvérsia torna-se muito mais acentuada quando queremos saber a distribuição dos chineses pelas ilhas. Efectivamente, os dados estatísticos disponíveis sobre a população estrangeira com autorização de residência referem-se apenas à situação dos indivíduos no momento de entrada no país (que pode ser através dos aeroportos internacionais da Praia ou do Sal). Não é, por isso, possível analisar eventuais alterações decorrentes da mobilidade geográfica e/ou profissional dos estrangeiros dentro do arquipélago, ocorridos em momentos posteriores à sua chegada.

Todavia, ao longo da nossa investigação, iremos trabalhar com os dados do SEF, por serem os únicos e os mais actualizados que, para além de possuírem informações melhor trabalhadas, disponibilizam também dados sobre a distribuição geográfica, de sexo e profissão.

Contudo, o processo de recolha directa de dados e informações diversas recolhidas em conversas informais com vários informantes privilegiados, ao longo do trabalho de terreno, parece confirmar que o número de chineses em Cabo Verde está muito mais próximo do que nos foi adiantado pela Embaixada de China. Sendo assim, quando estivermos a quantificar somente a comunidade chinesa em São Vicente, iremos utilizar dados provenientes do nosso inquérito, uma vez que são dados credíveis,

¹¹⁰ Número indicado pelo nosso entrevistado, no dia 11 de Dezembro de 2007.

¹¹¹ Informações concedidas pelo SEF sensivelmente dois dias antes das informações da Embaixada de China em Cabo Verde.

obtidos através de uma tarefa minuciosa e exaustiva de inquirição no terreno (Outubro de 2007 a Março de 2008).

Com os inquéritos ficamos a conhecer melhor a comunidade em estudo, tendo levantado várias questões complementares à caracterização sócio-demográfica, como quais as maiores dificuldades sentidas em São Vicente, se têm amigos Cabo-verdianos e como passam os tempos livres.

Interrogados os chineses acerca da maior dificuldade encontrada quando chegaram a Cabo Verde e que persiste até agora, eles foram unânimes em responder “a língua”, tanto crioula como portuguesa. Apesar disso, no cômputo geral, o domínio da língua crioula é médio, em oposição ao da língua portuguesa que é fraco, sendo isso justificado pelo contacto diário que eles têm com a população local que fala o crioulo. A falta de diversões e a nostalgia por estarem longe dos familiares, constituem as outras dificuldades referenciadas após a questão da língua.

Também colocámos uma questão de resposta múltipla acerca das formas de contacto dos chineses com o país natal, tendo todos os inquiridos referido as três opções: através da Internet, do telefone e de notícias directas transmitidas por amigos/familiares.

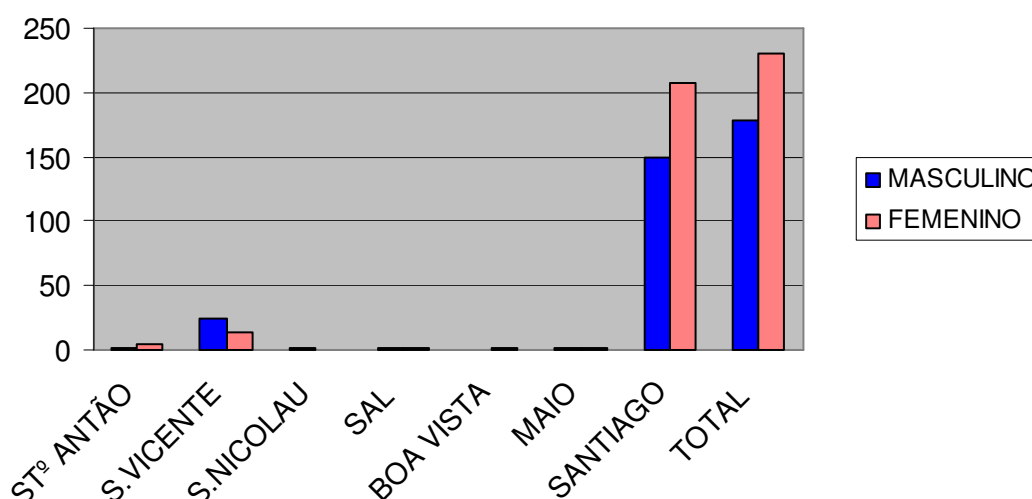
No geral todos possuem amigos Cabo-verdianos, que lhes ensinam o crioulo, apesar da pouca convivência que existe entre eles e que, frequentemente, se restringe à esfera profissional.

Os tempos livres são passados a ver televisão, indo à praia ou em convívio com amigos. Os chineses que estão na ilha há mais tempo vão à China uma vez por ano para visitar os familiares e amigos ou para adquirirem novos produtos para comercialização.

5.1.1-ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO

Segundo os dados do SEF, em Cabo Verde¹¹², desde 1993 até Dezembro de 2007, instalaram-se e residem legalmente no arquipélago um total de 409 chineses, distribuídos da seguinte forma: 88% na ilha de Santiago, 9,4% na ilha de São Vicente, 1,4% na ilha de Santo Antão, 1 % no Maio, 0,74% na ilha do Sal e 0,4% distribuídos equitativamente nas ilhas de São Nicolau e Boa Vista (gráfico VI).

Gráfico VI- A distribuição dos Chineses nas ilhas de Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria com dados do SEF (1993-2007)

Santiago e São Vicente são as ilhas onde se concentra a comunidade chinesa, com claro destaque para a primeira.

A elevada percentagem de imigrantes Chineses nessas duas ilhas justifica-se pelo facto de serem detentoras de melhores oportunidades de negócios e de emprego. Com efeito, Santiago e S. Vicente são as duas ilhas

¹¹² Nunca é demais frisar que devido à forte mobilidade inter-ilhas torna-se difícil contabilizar o número de imigrantes por ilhas. Isso serve para afirmar que a comunidade chinesa se encontra dispersa por todas as ilhas do arquipélago.

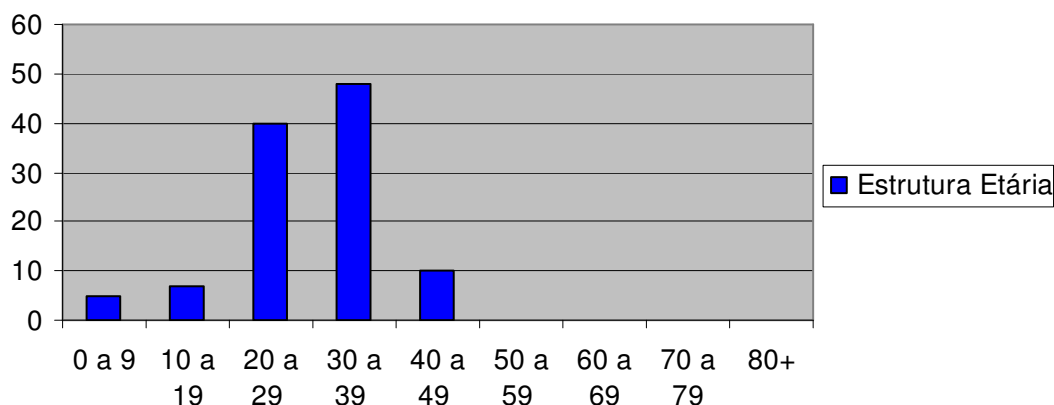
mais desenvolvidas do país, que concentram a maioria da população residente (234940 e 66671, respectivamente) e que registam grande desenvolvimento comercial (tendo em conta a realidade do país), e melhores oportunidades de negócios, de emprego e de realização sócio-profissional. Beneficiam também de serviços sociais, culturais e de lazer mais acessíveis. Assim, a distribuição geográfica da comunidade chinesa no arquipélago está relacionada com as ilhas de maior dinâmica económica e mais actividade do sector do comércio.

Com base nos nossos inquéritos (Fevereiro de 2008) vivem em São Vicente 110 Chineses, um número que é quase o triplo do apontado pelo SEF¹¹³ (Dezembro de 2007). Esta discrepância poderá ser justificada, a nosso ver, pela grande mobilidade inter-ilhas, pela desactualização dos registos oficiais ou ainda porque alguns chineses estão em situação irregular e não são contabilizados pelo SEF.

O perfil da comunidade chinesa em São Vicente não difere dos restantes grupos imigrantes da ilha como também do arquipélago, registando uma percentagem de mulheres relativamente baixa. Segundo os nossos inquéritos, 64% são do sexo Masculino contra 36% do sexo Feminino.

¹¹³ Segundo o SEF, em Dezembro de 2007, residiam em São Vicente 38 chineses, destes 25 eram do sexo Masculino e 13 do sexo Feminino.

Gráfico VII- A Estrutura Etária da Comunidade Chinesa em São Vicente



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos nossos inquéritos (2008)

Do gráfico, extraímos que o grupo com idades de 30 a 39 anos é o mais numeroso, como seria de esperar, uma vez que se trata de uma imigração com forte motivação económica. Se somarmos a essa faixa etária os indivíduos de 20 a 29 anos, verificamos que o grupo em idade economicamente activa representa uma proporção de 80%, o que também revela que se trata de uma população globalmente jovem. Esta circunstância é confirmada pela ausência de registos de chineses com idade superior a 49 anos, na ilha de São Vicente.

5.1.2-ESTADO CÍVIL

Mais de 50 % da população imigrada inquirida é solteira. Os indivíduos casados possuem uma idade superior a 25 anos, verificando-se que alguns dos cônjuges se encontram na China. Dos casais residentes em São Vicente, verificamos que ambos os cônjuges chegaram ao mesmo tempo.

Os chineses em São Vicente vivem em casa arrendada, e nenhum deles vive sozinho. Ou seja, o agregado familiar é bastante grande, sendo, no mínimo, constituído por 5 pessoas e muito diversificado, formado pelo

pai, mãe, filhos, primos, tios e amigos, diferente do tradicional¹¹⁴ de Cabo Verde.

Trata-se de uma comunidade relativamente fechada, e isso é notado pela pouca relação e convivência com os São vicentinos. Em termos afectivos não encontramos nenhum casal em que um dos membros seja de nacionalidade Cabo-verdiana, pelo menos assumidamente.

5.1.3-NÚMERO DE FILHOS

O número de filhos de chineses nascidos na ilha é muito diminuto, facto este comprovado por existirem poucos chineses na faixa etária dos 0 aos 9 anos. De realçar também que nesta faixa etária a maioria não tem mais do que 4 anos.

Segundo o nosso entrevistado da embaixada da RPC em Santiago, as crianças nascidas no arquipélago, são frequentemente levadas para a China ainda bebés, pelos pais, para ficarem com os avós, ou outro familiar próximo, e ali irem para a escola e apreenderem melhor a língua e a cultura chinesas.

5.1.4-NÍVEL DE ESCOLARIDADE

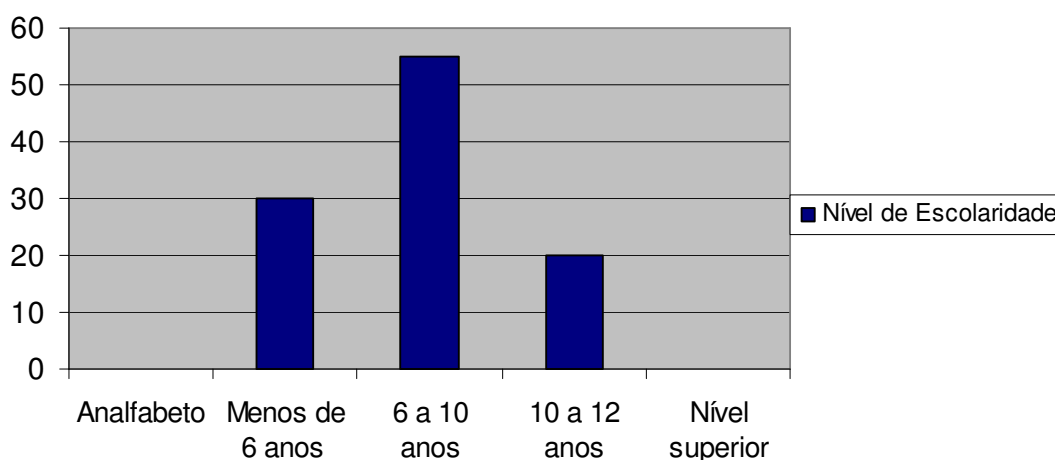
Dos nossos inquéritos concluímos que esta população possui um nível de escolaridade relativamente baixo.

Se compararmos a estrutura de habilitações dos São vicentinos, com o da comunidade em estudo, encontramos um ponto em comum entre eles, que é apresentarem o maior nível de escolaridade entre os 6 a 10 anos, o que em Cabo Verde corresponde ao nível secundário. Todavia notam-se

¹¹⁴ O agregado familiar tradicional Cabo-verdiano é constituído pela mãe, pai e filhos, o que configura uma aproximação ao modelo da família mononuclear.

duas diferenças marcantes: Enquanto na ilha 20,7 % da população residente é analfabeta e se verifica uma taxa de instrução ao nível superior de 3,3 % (QUIBB- CV 2006), na comunidade chinesa não há analfabetos e o nível de instrução superior não tem qualquer expressão.

Gráfico VIII- Nível de Escolaridade da Comunidade Chinesa em São Vicente



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos nossos inquéritos (2008)

A evidência de qualificação pouco elevada da comunidade, nota-se sobretudo no facto de não ter sido identificado nenhum chinês com um curso superior. A maioria dos chineses apresenta um nível de escolaridade entre 6 e 10 anos, seguido dos que têm menos de 6 anos, para em último lugar encontrarmos o nível entre os 10 e 12 anos de escolaridade (gráfico VIII).

5.1.5-PROFISSÃO E SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO

A profissão, ou mais concretamente, o trabalho e mundo profissional ocupam um lugar de grande destaque no seio da comunidade migrante, não sendo a comunidade chinesa excepção.

Como podemos constatar através dos dados do SEF (Anexo X) e do trabalho de terreno, os chineses em São Vicente, ao contrário das outras comunidades, apresentam o comércio como única ocupação.

Dos 98 indivíduos chineses (dados do inquérito) com idade activa, 40 são proprietários dos estabelecimentos comerciais ou seja são patrões e os restantes 58 são empregados (nas lojas chinesas).

Ao longo dos nossos inquéritos, e com as conversas informais tidas com os chineses, constatámos que estes empregados ou são familiares muito próximos dos patrões (filhos ou sobrinhos), ou então são muito amigos. São eles que ocupam uma posição de maior responsabilidade na loja, são caixeiros, ou caso o patrão tenha mais do que uma loja, cabe-lhes a responsabilidade da loja filial. Trata-se sempre de alguém de muita confiança. Ficámos também a saber que todos os chineses que trabalham juntos (patrões ou funcionários) vivem nas mesmas casas.

Questionados sobre os salários dos funcionários chineses, ficamos a perceber a relação existente entre o patrão e o empregado chinês. Efectivamente, “entre o eu (patrão) e o ele (empregado chinês), não existe um contrato formal de trabalho, ou seja um salário fixo mensal”, o que joga ali é um tipo de inter-ajuda, isto é, “a saúde, alimentação e habitação é assegurada pelo eu (patrão), como retribuição de pelo menos três anos de trabalho vinculado à mesma entidade; em troca, o empregado (chinês) passado esse tempo, se quiser abrir o seu próprio negócio recebe apoio do patrão”. Em alternativa, se por acaso, ao fim desse período, o empregado chinês quiser regressar à China, é-lhe paga a viagem, acrescida de um montante em dinheiro”.

Durante a entrevista com a presidente da Câmara Municipal de São Vicente, ela ressaltou o facto dos comerciantes chineses nunca terem problemas, ao contrário de outras comunidades que exercem a mesma actividade. Estão bem, porque eles cumprem, pagam impostos, não vendem na rua e não estão clandestinos, o que confere estabilidade a estas iniciativas empresariais.

5.2- CARACTERIZAÇÃO GERAL DO COMERCIO CHINÊS NA ILHA DE SÃO VICENTE

A ilha de São Vicente desenvolveu-se, sobretudo, pela actividade comercial e portuária da cidade do Mindelo, onde actualmente se concentra 58% (num total de 75.995, dados do QUIBB 2006) da população da ilha.

O comércio é um elemento fundamental da vitalidade e dinâmica da cidade. Assim, ao percorrer as ruas do centro da cidade do Mindelo, o quadro que se depara é de uma intensa actividade comercial. Essa situação poderá ser considerada normal, considerando o que se observa em outras cidades portuárias e de média dimensão, prevalecendo no centro funções integradas no agrupamento dos artigos pessoais, com destaque para o pronto-a-vestir. Todavia, esta concentração comercial é marcada por aquilo que em termos aparentes se poderia considerar um excessivo número de estabelecimentos, tendo em conta a reduzida dimensão da ilha com destaque para os estabelecimentos comerciais chineses.

De notar que as primeiras lojas de chineses em São Vicente, eram lojas com produtos de pouca qualidade e diversidade, situação que gradualmente foi mudando, começando a aparecer uma oferta de produtos de maior qualidade e com preços variados. Todas as lojas chinesas na ilha têm carácter legal, ao contrário do que se passa com outras lojas (de comerciantes nacionais ou não), e digamos de passagem que estas últimas não são poucas.

5.2.1- NÚMERO DE LOJAS

O comércio chinês em São Vicente, à semelhança do que passa na ilha de Santiago, é caracterizado por um número aparentemente excessivo de lojas. Essa sobre representação destes estabelecimentos na ilha é evidenciada pelo facto de, no total das 103 lojas classificadas como sendo “comércio diversos” (DGI-SV, 2008), 85 serem chinesas.

A relação das lojas chinesas Licenciadas pela CMSV (Anexo XI), desde 1999 até 2007, indica um total de 85 estabelecimentos. Através dessa relação, podemos concluir que muitos são os titulares que possuem mais de um estabelecimento; por exemplo, *Yang Chong Ping* (com 3 estabelecimentos); *Wang Yong Ping* (com 4 estabelecimentos) e *Lin Senjie* (com 8 estabelecimentos). Estas informações foram confirmadas pelo trabalho de campo, acrescentando-se ainda o facto de serem titulares com maior poder económico, com estabelecimentos mais bem apetrechados, com uma melhor localização e detentores de outras lojas em outras ilhas.

Cada estabelecimento alberga uma oferta diversificada, com predominância em pronto-a-vestir de criança, homem e senhora, sapatos, uma variedade de acessórios, materiais escolares, de escritório e materiais decorativos. Trata-se, no fundo, de lojas do tipo “bazares”. Apenas uma loja, a Metal China, é do tipo “drogaria”, onde se pode adquirir de tudo um pouco, desde materiais de construção a fechaduras, da torneira ao puxador da porta, do cimento a ferramentas, bem como materiais decorativos, luzes, fichas eléctricas e mesmo filmes em DVD.

Tratando-se na maioria de estabelecimentos com uma vertente basicamente retalhista, há muitos que também praticam a venda a grosso. Os estabelecimentos de maior dimensão vendem outros tipos de mercadorias, nomeadamente electrodomésticos e mobiliário.



Foto1- Uma das grandes lojas chinesas no coração da cidade, na Avenida Baltazar Lopes da Silva (onde na montra superior se encontram expostas ventoinhas, confirmando que os estabelecimentos comerciais de maior dimensão comercializam outros tipos de produtos). De referir que o proprietário dessa loja pensa em investir em outras áreas nomeadamente na indústria imobiliária.

A maior parte das lojas possuem vitrinas, notando-se uma preocupação na sua decoração de forma criativa e convidativa com motivos adequados a cada ocasião ou à época do ano (por exemplo Carnaval, dia da mãe, do pai, dos namorados, Natal, Verão, entre outros). Deste modo, constrói-se o cartão de visita da loja, usado para atrair clientes e, muitas vezes, para divulgar os melhores produtos.



Foto 2, 3 e 4- Vitrinas de três lojas Chinesas em duas épocas distintas:

- à direita dia dos namorados
- em baixo no Verão



Um conjunto de condicionalismos favorece a entrada e permanência do cliente nas lojas chinesas da ilha. Todos os estabelecimentos comerciais, dos diferentes sectores, apresentam as adequadas condições de higiene, nomeadamente, não é visível pó nas prateleiras, lixo no chão, as paredes encontram-se limpas e devidamente pintadas, não existem insectos. As superfícies em vidro apresentam-se em óptimas condições e os artigos arrumados e expostos de um modo visível e de fácil acesso aos clientes.

Nota-se que grande parte dos proprietários dá nome ao seu estabelecimento comercial em crioulo ou em português e raramente em chinês, existindo também a preocupação em aprender o crioulo. Uma vez que a língua foi a principal dificuldade apontada pelos comerciantes chineses no exercício da sua actividade, para contornar essa situação eles aprendem o crioulo com os funcionários e amigos nacionais, processo que, na nossa opinião, constitui uma estratégia comercial, porque permite o estabelecimento de uma relação mais próxima com o cliente, facilitando a identificação das suas necessidades e proporcionando um maior à vontade deste, o que potencia o seu retorno.

O surgimento das lojas trouxe muitas inovações, destacando-se a maneira como expor os produtos, podendo os clientes tocar neles, desaparecendo o aspecto tradicional com uma pessoa atrás do balcão e o cliente à frente, em que o acesso aos produtos dependia dos pedidos efectuados aos empregados. No fundo, os chineses contribuíram para afirmar o livre serviço em Cabo Verde e, em particular, na ilha de São Vicente.



Foto 5 e 6
A exposição dos
produtos e o
livre serviço.



Outras inovações têm a ver com o maior número de funcionários por estabelecimento, câmaras de vídeo vigilância, espelhos reflectores e música ambiente (música *no top* e na maior parte das vezes de cantores cabo-verdianos e cantada em crioulo). Verifica-se ainda a existência de vários *souvenirs* como por exemplo *t-shirt's*, blusas e malas para senhora, sapatos e bonés, entre outros, com reclames de Cabo Verde, o que é ideal para turistas ou para oferecer aos emigrantes Cabo-verdianos que estão de visita.



Foto 7 – Os *souvenirs* com reclames de Cabo Verde (malas, *T-shirt's* e panos de praia com os reclames da bandeira de Cabo Verde)

Nota-se a preocupação dos comerciantes chineses em colocar *spots* publicitários na fachada das lojas, em papel colorido, anunciando as novidades dos produtos ou as promoções, com o intuito de atrair os clientes.

Porém é necessário investir mais e ser mais ousado, por exemplo apostar nas novas tecnologias, nomeadamente com novas formas de pagamento (em toda a ilha apenas pouquíssimas lojas utilizam, por exemplo, o Multibanco como forma de pagamento) e a utilização de equipamento informático, tanto na caixa como também para gerir os stocks.

As lojas praticam descontos, promoções, saldos e oferecem brindes quando a compra é significativa. Apesar disso, não dão facturas ou recibos e não aceitam com facilidade as devoluções, existindo em muitos estabelecimentos placares escritos em letras bastante grandes, esclarecendo que não se aceitam devoluções. As trocas dos produtos têm que ser efectuadas no mesmo dia, com um produto do mesmo preço ou mais caro, dando a respectiva diferença e nunca por um produto mais barato.

Em termos da clientela, as lojas abrangem todas as faixas etárias e todos os estatutos sociais, pois nenhuma loja se reviu em nenhuma área específica. A “não especificidade” de nenhuma das lojas, segundo um dos nossos inquiridos, prende-se com o facto de desejarem ter uma maior abrangência em termos de público-alvo, como forma de equilíbrio nas vendas.

A origem do capital investido nos estabelecimentos comerciais (uma das questões do nosso inquérito) é de três categorias: próprio, familiar ou de amigos chineses, sendo a primeira opção a mais importante.

5.2.2- NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Apesar da relação das lojas chineses licenciadas pela CMSV referir que cada uma possui um total de 3 funcionários, o nosso trabalho de campo aponta para um número superior. Existem de facto algumas lojas com apenas três funcionários, mas são relativamente poucas, já que a maioria possui mais do que esse número, como pudemos observar.

O número de funcionários é muito variável, registando-se flutuações ao longo do ano. Contudo, nunca diminuem, como disse um dos nossos entrevistados “Se o negócio vai bem, aumentamos os empregados, como acontece na época das festas, por exemplo no Natal”.

Os funcionários das lojas chinesas são de nacionalidade Chinesa e, também, Cabo-verdiana. O número de funcionários nacionais é de longe superior ao dos funcionários chineses. Num total de 350 funcionários, 58 são chineses e os restantes 292 Cabo-verdianos. Dos funcionários nacionais, há uma predominância do sexo feminino (70%) sobre o masculino (30%), e no que tange ao nível de escolaridade, este não é baixo, pois quase todos possuem mais do 9º ano de escolaridade. É notável em todas as lojas que os funcionários do sexo feminino sejam responsáveis pela arrumação dos produtos e pela decoração, ao passo que os do sexo masculino são responsáveis pelo controlo/segurança da loja, guardam os objectos dos clientes e transportam os produtos mais pesados.

Os proprietários apostam nos funcionários nacionais que sejam jovens com idade compreendida entre os 18 e os 25 anos. É de frisar que trabalham 54 horas por semana, com um salário mensal que ronda os 7 500¹¹⁵ a 9000\$00 cabo-verdianos¹¹⁶, o que pode ser considerado baixo, mesmo pelos padrões cabo-verdianos. Verdade seja dita, cabe às autoridades competentes tomarem medidas no intuito de travar esse grave problema de exploração que está aumentando dia após dia. Nota-se que, para além da exploração salarial, eles trabalham em condições bastante precárias, que incluem trabalho aos feriados (sem subsídio), a maior parte do tempo em pé, frequentemente sem casas de banho nos estabelecimentos, já que muitas destas são utilizadas como armazéns. Acrescenta-se ainda a falta de contrato de trabalho, de subsídio de férias e

¹¹⁵ Cento e dez escudos Cabo-verdianos equivalem a um euro.

¹¹⁶ Até hoje, Cabo Verde não possui uma tabela salarial, o que faz com que cada patrão pague ao seu empregado o salário que melhor lhe convém. Isto contribui para a persistência de situações de exploração perpetradas pelas entidades patronais.

de Natal e de inscrição no Instituto de Segurança e Previdência Social (ISPS).

No que diz respeito aos funcionários chineses, como já tínhamos referenciado, ou são amigos do patrão, ou familiares muito próximos. Repita-se que têm tudo pago pelo patrão, em termos de estadia, habitação, alimentação e saúde.

5.2.3- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O horário legal de funcionamento das lojas chinesas, conforme estipulado pela CMSV, é das 8:00 às 13:00 e das 15 às 19:00, de segunda a sábado. Todavia, as lojas localizadas fora da cidade (“fralda”) fecham depois das 19:00.

No nosso trabalho de terreno, constatámos que as lojas chinesas se encontram abertas de segunda a domingo (na maior parte das vezes são os próprios donos ou os empregados chineses que estão nessas lojas, uma vez que os funcionários nacionais têm folga nesse dia).

A mentalidade e o comportamento a que os chineses estão habituados também ajudam a explicar o êxito no mundo do comércio. Como referiu a presidente da Câmara Municipal de São Vicente “... eles vivem para o trabalho”. Estão abertos sete dias por semana, com um horário capaz de esmagar o comércio tradicional São vicentino. “Não podemos fechar as portas quando as pessoas ainda estão no trabalho, nem deixar de abrir ao fim-de-semana, quando os clientes estão mais disponíveis para comprar”, afirma o dono de uma das lojas na ilha.

Os estabelecimentos comerciais chineses praticam, regra geral, um horário de funcionamento alargado de forma a se adaptarem ao estilo de vida dos São vicentinos, que preferem efectuar as suas compras depois do horário normal de expediente e aos fins-de-semana. O horário alargado é sem dúvida um factor decisivo, na medida em que facilita as compras, uma

vez que o cliente se encontra mais disponível, facto que o satisfaz. E a essa hora não têm a forte concorrência dos comerciantes locais.

5.2.4- LOCALIZAÇÃO DAS LOJAS

O predomínio do arrendamento é quase total, pois das 85 lojas, apenas um estabelecimento¹¹⁷ é propriedade do comerciante. Este cariz é marcado pelas características do tecido urbano do centro, com edifícios antigos, que com uma pequena remodelação da parte interior e exterior confere um ambiente agradável. Enquanto que um comerciante nacional, para abrir um estabelecimento tem que fazer avultadas despesas em obras, o comerciante chinês faz pequenas obras com materiais mais baratos e como já muitos dizem “um chinês abre uma loja da noite para dia”.

Os valores fundiários mais elevados são característicos de qualquer área central de uma cidade e assumem, no Mindelo, uma relevância particular, resultante das limitações do espaço urbanizável. A isso adicionam-se os valores de arrendamento, muito elevados, o que constitui, sem dúvida, um elemento condicionante quer para instalação quer para a aquisição de instalações próprias.

Parecendo contraditório, 95% dos estabelecimentos comerciais chineses (Quadro XVII e Anexo XI), encontram-se localizados em pleno centro da cidade do Mindelo¹¹⁸; em quase todas as ruas da cidade há uma loja chinesa e há ruas com mais de cinco estabelecimentos, com clara evidência para a Avenida Baltazar Lopes da Silva (8 lojas), Rua Fernando Ferreira Fortes (8 lojas), Avenida 12 de Setembro (6 lojas) e Rua do Coco (6 lojas)

¹¹⁷ Consideramos ser este o maior estabelecimento comercial da ilha, composto por dois pisos, sendo um com artigos diversos e o outro (cave) com materiais imobiliários (casa e escritório). Para além disso está bem localizado.

¹¹⁸ Privilegiando o acesso mais próximo do grande porto de Cabo Verde.

Quadro XVII- Ruas e Avenidas na cidade do Mindelo com três ou mais Estabelecimentos comerciais chinesas

Ruas e Avenidas	Número de Estabelecimentos comerciais Chinesas
Rua Jaime Mota	3
Travessa da Praia	3
Rua 19 de Setembro	3
Rua Moçambique	4
Rua da Luz	4
Avenida 5 de Julho	5
Rua Senador Vera Cruz	5
Avenida 12 de Setembro	6
Rua do Coco	6
Rua Fernando Ferreira Fortes	8
Avenida Baltazar Lopes da Silva	9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CMSV (2008)

Os 5% restantes estabelecimentos encontram-se na periferia da cidade, distribuídos da seguinte forma: 3 em Monte Sossego, 2 na zona de Fonte Inês, 1 em Alto Santana.

É de acentuar que todos os estabelecimentos comerciais chineses têm uma localização privilegiada, em locais bastante acessíveis, mesmo os localizados na periferia. Estas lojas que, na sua maioria, iniciaram a sua actividade em finais de 2007 permitem descongestionar o centro e aproximam-se dos clientes, que já não necessitam de se deslocar para adquirir os mesmos produtos, podendo agora fazê-lo perto de casa e ao mesmo preço.

A presidente da CMSV, questionada sobre o porquê desse grande fluxo de concentração no centro, apesar de recentemente se estarem a expandir para a periferia, respondeu-nos que tem a ver com a grande capacidade de investimento dos comerciantes chineses, podendo eventualmente pagar 10 vezes mais do que os nacionais. Por isso e porque têm sofrido “muitos calotes” por parte dos nacionais, os proprietários São

vicentinos preferem arrendar aos chineses, que pagam bem e muitas vezes adiantado. No fundo, os chineses apenas tiram partido do funcionamento das leis gerais de mercado, beneficiando da sua maior capacidade de investimento para arrendar os estabelecimentos comerciais aí colocados.

Na sua maioria estes espaços funcionavam já como lojas de nacionais que acabaram por ser encerradas (ou porque os donos faleceram e são de herdeiros, ou porque não conseguiram acompanhar a evolução), ou eram garagens que foram transformadas. É de notar que muitos são os comerciantes chineses que possuem os seus próprios meios de transportes, muitas vezes *Hiace*, para o transporte das suas mercadorias, que é feito por eles próprios.

5.2.5- TIPOS DE PRODUTOS IMPORTADOS OU COMERCIALIZADOS

A análise dos principais agregados macro-económicos do financiamento da economia põe em evidência a fragilidade da economia cabo-verdiana, caracterizada essencialmente pela forte dependência relativamente ao exterior. Assim, quase 90 % do que é consumido em Cabo Verde corresponde a produtos derivados da importação.

O Quadro XVIII, representa uma relação dos 15 produtos mais importados em 2007, pelos chineses instalados na ilha.

Quadro XVIII – Produtos mais importados pelos chineses em São Vicente, 2007

	Cód igo	Designação das mercadorias
3	33.0	Perfumes e águas-de-colónia.
4	33.0	Produtos de beleza ou de maquilhagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele (excepto medicamentos), incluídas as preparações anti - solares e os bronzeadores; preparações para manicuros e pedicuros.
5	33.0	Preparação Capilar
6	33.0	Preparações para higiene bucal ou dentária, incluindo os pós e cremes para facilitar a aderência de dentaduras; fios utilizados para limpar os espaços inter dentais (fios dentais), em embalagens individuais para venda a retalho.
5	34.0	Pomadas e cremes para calçado, preparações para dar brilho a pinturas de carroçarias, vidros ou metais, pastas e pós para arear e preparações semelhantes (mesmo apresentados em papel, pastas ("ouates"), feltros, falsos tecidos, plástico ou borracha alveolares, impregnados, revestidos ou recobertos daquelas preparações), com exclusão das ceras da posição 3404.
4	39.2	Serviços de mesa e outros artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plásticos
2	42.0	Malas e maletas, incluídas as de toucador e as maletas e pastas para documentos e de estudantes, os estojos para óculos, binóculos, máquinas fotográficas e de filmar, instrumentos musicais, armas, e artefactos semelhantes; couro natural ou reconstituído, de folhas de plástico, de matérias têxteis, de fibra vulcanizada ou de cartão, ou recobertos, no todo ou na maior parte, dessas mesmas matérias.
6	61.0	Camiseiros, blusas, blusas -camiseiros, de uso feminino.
7	61.0	Camisolas interiores, cuecas, ceroulas, camisas de noite, pijamas, roupões de banho, robes e semelhantes, de uso masculino
4	62.0	Fatos de saia – casaco, conjuntos, casacos, vestidos, saias, saias - calças, calças, jardineiras, bermudas e calções ("shorts") (excepto de banho), de uso feminino
2	63.0	Roupas de cama, mesa, toucador ou de cozinha.
2/ 03/04	64.0	Calçados
5	91.0	Despertadores com pêndulos ou outros relógios e aparelhos semelhantes.
3	94.0	Outros móveis e suas partes - Móveis de metal, do tipo utilizado em escritórios

94.0	Aparelhos de iluminação (incluídos os projectores) e suas partes, não especificados nem
5	compreendidos em outras posições; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes.

Fonte: Elaboração própria a partir de Dados da DGA- SV

Não é pois de estranhar que todos os produtos que se encontram nos estabelecimentos comerciais sejam produtos importados. Das 85 lojas existentes na ilha, 11 são importadores/grossistas (Dados da Direcção Geral das Alfândegas na ilha de São Vicente, 2007). É de salientar que em todo o arquipélago existem 25 importadores chineses, sendo a concentração em São Vicente justificada pela função do Mindelo e do seu porto, enquanto principais entrepostos comerciais do Arquipélago.

Nota-se que os produtos importados pelos chineses são muito diversificados, à semelhança do que se passa com os outros importadores da ilha.

5.2.6- PAÍSES DE IMPORTAÇÃO

Cabo Verde aplica a definição de valor de Bruxelas¹¹⁹. Os Direitos de Importação em Cabo Verde regem-se pela Lei nº 14/VI/02, de 19 de Setembro.

Os Direitos de Importação são geralmente aplicados numa base *ad-valorem* (percentagem sobre o valor das mercadorias de 0, 5, 10, 20, 30, 40 ou 50%). Além dos direitos atrás referidos, os produtos importados estão sujeitos ao Imposto sobre Valor Acrescentado (15% ou isentos) e ao Imposto

¹¹⁹ “Cabo Verde aplica a definição de valor de Bruxelas. Outrossim, Cabo Verde não é membro nem observador na Comissão do Valor Aduaneiro da Organização Mundial das Alfândegas. Os litígios surgidos na avaliação de mercadorias são resolvidos pelo Conselho Técnico Aduaneiro, órgão administrativo que integra representantes da Administração Pública e do sector privado.

Das decisões do Conselho Técnico Aduaneiro sobre litígios acerca do valor aduaneiro cabe recurso para o Tribunal Fiscal e Aduaneiro. Das decisões deste último cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça” www.portugalcaboverde.com, 12/12/07, 15:30.

sobre Consumos Especiais (10, 40, 100 ou 150%), que incide sobre determinadas mercadorias (por exemplo o álcool ou o tabaco).

A adopção em 2004 da nova Pauta Aduaneira, surgiu na senda da reforma fiscal, no mesmo ano em que o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado – Lei nº21/VI/2003 de 15/07/03) substituiu o Imposto de Consumo.

Os dados da DGA-SV, revelaram que o país de importação dos comerciantes chineses é a China. Efectivamente, 100% das importações dos comerciantes chineses residentes na ilha são provenientes da China.

Os chineses residentes na ilha demonstraram duas vantagens para a origem dos produtos serem provenientes do seu próprio país. Uma delas prende-se com o facto dos comerciantes chineses aproveitarem os conhecimentos que têm no seu país e estabelecerem contactos, muitas vezes com familiares ou amigos, para que estes forneçam as suas lojas a preços especiais. A outra vantagem tem a ver com a eliminação das quotas alfandegárias (quotas de exportação de produtos chineses) sobre os têxteis e o vestuário fabricados na China (essa eliminação aconteceu em finais de 2004).

É de realçar, contudo, que gradualmente os comerciantes nacionais (com maior poder económico) têm utilizado a China para adquirir os seus produtos como estratégia para travar a concorrência; apesar disso, como salientou um comerciante chinês, "Um chinês consegue negociar preços baixos com mais facilidade do que um estrangeiro". Não é só de importação de produtos "*made in*" China que vivem esses comerciantes imigrantes; eles também importam de outros países, nomeadamente do Brasil, mas é uma importação que não é feita em nome próprio, mas sim no de nacionais, com o objectivo de terem produtos mais diversificados e a bons preços. Sendo assim, não é de estranhar que nos dados da DGA-S.V apareçam os chineses como sendo apenas importadores de produtos da própria China.

Os Regimes Aduaneiros correspondem às diferentes situações em que podem ser colocadas, em relação ao direito aduaneiro, as mercadorias que

são objecto das trocas internacionais. Em geral, costuma-se falar de “Regime Comum ou Geral” e “Regime Especial”. Nas importações chinesas é aplicado o Regime Comum ou Geral, uma vez que o Regime Especial se destina aos países membros da CEDEAO.

VI- O COMÉRCIO CHINÊS E O COMÉRCIO LOCAL: Contributos dos empresários Chineses no desenvolvimento comercial da ilha de São Vicente

Procura-se esboçar aqui um quadro do papel que estão a desempenhar os comerciantes chineses no desenvolvimento comercial da ilha, nos seus diferentes aspectos. A partir de fontes variadas e de níveis diferentes de análise, tais como Internet, reportagens de imprensa, relatórios de organismos de Estado, entrevistas a pessoas singulares e aos próprios comerciantes chineses, a quem também foi aplicado um inquérito¹²⁰, procurou-se perceber qual o impacto das actividades económicas por eles desenvolvidas e de que modo estas são percebidas pelos vários actores considerados. Concorrendo para o mesmo desiderato, foram ainda auscultadas algumas instituições, nomeadamente a Câmara Municipal de São Vicente e a Direcção Geral das Alfândegas.

Complementarmente a essa análise, iremos, em linhas mestres, retratar as perspectivas de investimento da China em Cabo Verde, para seguidamente traçar um panorama apenas na ilha de São Vicente. Será nosso propósito, em grandes traços, fornecer um suporte para uma possível análise de conjuntura sobre o “fenómeno”.

Torna-se ainda necessário esclarecer que os comerciantes chineses, ao contrário do que popularmente se afirma, não auferem nenhuma regalias sendo-lhes aplicado um quadro regulatório idêntico ao dos outros comerciantes, o que, no dizer da presidente da Câmara

¹²⁰ Aplicámos 21 inquéritos, com o objectivo de tentar abarcar todos os proprietários dos estabelecimentos.

Municipal de São Vicente, os leva a estar em pé de igualdade com os comerciantes locais.

6.1- SIGNIFICADO DOS ESTABELECIMENTOS CHINESES NO COMÉRCIO LOCAL

Sem sombra de dúvida, os estabelecimentos comerciais chineses revestem-se de uma grande importância no comércio local, no peso do emprego, no número de estabelecimentos e no efeito nos preços.

Assim sendo, neste sub capítulo, iremos fazer uma análise do impacto dos estabelecimentos chineses no comércio local (ao nível do emprego, número de estabelecimentos, volume de vendas e efeitos nos preços), para seguidamente desvendar o “duelo” entre o comerciante local e o comerciante chinês e verificar se existe ou não compatibilidade entre eles. Por último, vamos apresentar as perspectivas de investimento chinês em Cabo Verde/São Vicente.

6.1.1- PESO NO EMPREGO

À semelhança de outras sociedades, em Cabo verde existe um mercado de trabalho caracterizado, fundamentalmente, pelo enorme desfasamento entre a procura e a oferta de emprego, e por conseguinte, pela presença do chamado desemprego estrutural¹²¹, resultante do facto da economia não absorver o excedente mão-de-obra.

Segundo os dados do QUIBB de 2006, em Cabo Verde, os

¹²¹ Os dados do Censo 2000 indicam que a taxa de desemprego em Cabo Verde foi de 17,3%, ano em que a estimativa para a taxa de crescimento do PIB aponta um valor de 6%. Estes dados evidenciam ainda que a taxa de desemprego é mais elevada no meio urbano comparativamente ao meio rural.

desempregados tem principalmente o nível secundário (47%), cerca de 0,7% tem nível médio e 4% tem nível superior, ou seja a maioria (51%) dos desempregados tem nível secundário ou pós-secundário. A ilha de São Vicente não foge à regra, sendo uma das ilhas com menor percentagem de pessoas empregadas (67,8%), atingindo principalmente a camada jovem (18 aos 30 anos) e do sexo feminino. De notar que no país a taxa de emprego é de 79%, um número bastante superior ao da ilha.

Um dos grandes problemas que assola não só a ilha como também o arquipélago é pois, sem margem para dúvidas, o desemprego. É nesse ambiente que as lojas chinesas implementadas na ilha irão actuar em três vertentes, na criação de mais postos de trabalho¹²², no combate ao desemprego na camada jovem e no desemprego feminino, uma vez que os chineses recrutam funcionários dos 18 aos 25 anos e com maior incidência no sexo feminino¹²³.

Não será nosso propósito agora falar do tipo e das condições de trabalho deste sector, mas sim do contributo que os imigrantes chineses dão na redução do desemprego.

As 85 lojas abertas na ilha a partir de 1999 contribuem para a criação de 292 postos de trabalho para os nacionais. Destes, 205 são do sexo feminino (70%) e os restantes do sexo masculino (30%). No que se refere ao total de emprego na ilha participam com 1,4% e relativamente ao sector do comércio, contribuem com 2,5% do emprego.

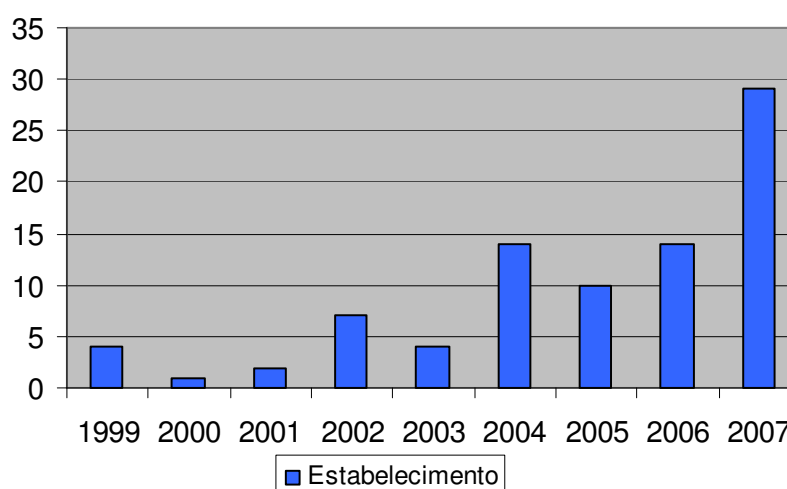
6.1.2- PESO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

¹²² Apesar de muitas reclamações por parte dos funcionários, por ser um trabalho precário e pouco remunerado.

¹²³ O Comércio é o terceiro maior empregador do país, representando 16.0% do emprego. Este é ainda o principal empregador de mulheres (23.9%) e o quarto empregador de homens (9.3%).

Os estabelecimentos comerciais chineses na ilha têm tido um aumento positivo, não só em número como também na qualidade dos produtos, apesar de algumas oscilações nos pedidos de licenciamento (gráfico XI).

Gráfico IX- Evolução da abertura de lojas chinesas licenciadas pela CMSV (1999- 2007)



Fonte : Elaboração própria a partir de dados da CMSV

Nos últimos 4 anos, o número anual de estabelecimentos comerciais chineses licenciados pela CMSV tem ultrapassado a dezena. Os grandes picos de licenciamentos das lojas chinesas na ilha de São Vicente aconteceram nos anos de 2004, 2006 e 2007, que totalizaram 57 estabelecimentos. 2007 foi o ano de destaque com a abertura de 29 lojas (Anexo XI).

Os estabelecimentos comerciais chineses têm um peso de 4% em relação ao total de estabelecimentos da ilha. Existem 2214 estabelecimentos comerciais licenciados (dados da CMSV, 2008), destes 86 são pertencentes à comunidade chinesa.

Segundo a DGI - SV, o total de lojas existentes na ilha, que praticam o mesmo comércio dos chineses, classificados como “comércio diversos”, é de 103, o que significa que o peso das lojas chinesas no “comércio diverso” é

de 85%. Isto demonstra a grande vitalidade e dinâmica do comércio chinês na ilha de São Vicente.

6.1.3- PESO NO VOLUME DE VENDAS

Relativamente ao peso no volume de vendas, este prevalece como uma grande incógnita, existindo grandes expectativas relativamente à sua determinação. Era nosso propósito apresentar aqui os montantes das vendas das lojas chinesas mas tal não nos foi possível devido à falta de dados discriminados referentes apenas às lojas chinesas destes proprietários.

Interrogados os comerciantes chineses sobre as tendências de evolução do volume de vendas no exercício da actividade comercial, a opinião dividiu-se em dois grandes grupos. Por um lado, temos aqueles que assumiram uma perspectiva mais optimista e que até já se começaram a expandir para fora da cidade. Como referiu um dos proprietários que possui uma filial na periferia da cidade “abri a primeira loja em 2004 e desde então o negócio vai bem, inclusive neste momento possuo mais 3 lojas com uma variedade enorme, encontrando-se uma dessas lojas fora da cidade”.

Todavia, há aqueles que destacam as dificuldades, pois segundo um dos nossos inquiridos “o negócio vai muito mal”. Contudo, mesmo estes comerciantes, apesar das dificuldades, revelaram uma postura optimista perante o futuro, uma vez que fazem afirmações como “não penso em fechar as portas, isto de certeza irá melhorar, vou diversificar o negócio e, quem sabe, abrir outra loja noutro local”.

Apesar disso, e tendo também em consideração as opiniões dos funcionários nacionais, todos foram unânimes em afirmar que o negócio chinês vai bem e que o volume de vendas tem aumentando. Partilhamos da mesma opinião indo mesmo um pouco mais longe, para acrescentar que se o negócio não estivesse a correr bem, não haveria a abertura de mais estabelecimentos comerciais em tão curto espaço de tempo. Claro que há os

altos e os baixos correspondentes a ciclos de conjuntura económica e aos próprios ciclos específicos de cada actividade comercial, mas a tendência mais forte é, de momento, a expansão da actividade. No que tange ao valor dos impostos liquidados em Julho de 2007, na ilha, referentes ao “comércio diversos”¹²⁴, 67%, são provenientes do comércio chinês. No total de 1 673 100 \$00, 1 125 000 \$00 (DGI-SV) correspondem aos estabelecimentos chineses. Esses valores evidenciam bem o peso do comércio chinês para o estado de Cabo Verde e, sobretudo, o seu significado na economia comercial da ilha. Segundo a Câmara do Comércio Indústria Agricultura e Serviços de Barlavento (CCIASB), dos 21 importadores/grossistas licenciados na ilha, em 2007, 11 são chineses, o que nos mostra o grande dinamismo do comércio chinês na ilha.

A China gradualmente está-se a tornar o principal parceiro de importação para Cabo Verde, ficando em 2007 em 12º lugar, passando mesmo os países da CEDEAO (http://www.alfandegas.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=19&&Itemid=128, 12/02/08, 15.30), com quem Cabo Verde tem fortes relações comerciais. De notar que, em 2000, a China ocupava o 40º lugar nas lista dos países importadores, o que nos mostra que gradualmente se tem tornado um parceiro comercial cada vez mais importante de Cabo Verde, no domínio das importações.

No tocante aos comerciantes chineses na ilha, o total das importações, em 2007, segundo a DGA-SV foi de 16 250 964 Escudos Cabo-verdianos. Devido à falta de dados não nos foi possível saber o significado ao nível das importações totais da ilha, mas, a nosso ver, deverão contribuir bastante, tendo em conta tudo o que foi exposto.

¹²⁴ O “comércio diversos” inclui por exemplo as boutiques e as lojas do tipo bazar (como por exemplo as lojas chinesas).

6.1.4- EFEITO NOS PREÇOS

O efeito da prosperidade do Comércio chinês ramifica-se, aliás, como já foi demonstrado, em vários sentidos, designadamente no efeito nos preços.

É comumente aceite que a vinda dos comerciantes chineses para a ilha teve efeitos substanciais na diminuição dos preços de muitos produtos, nomeadamente em roupas, calçado, electrodomésticos, materiais escolares e produtos para o lar.

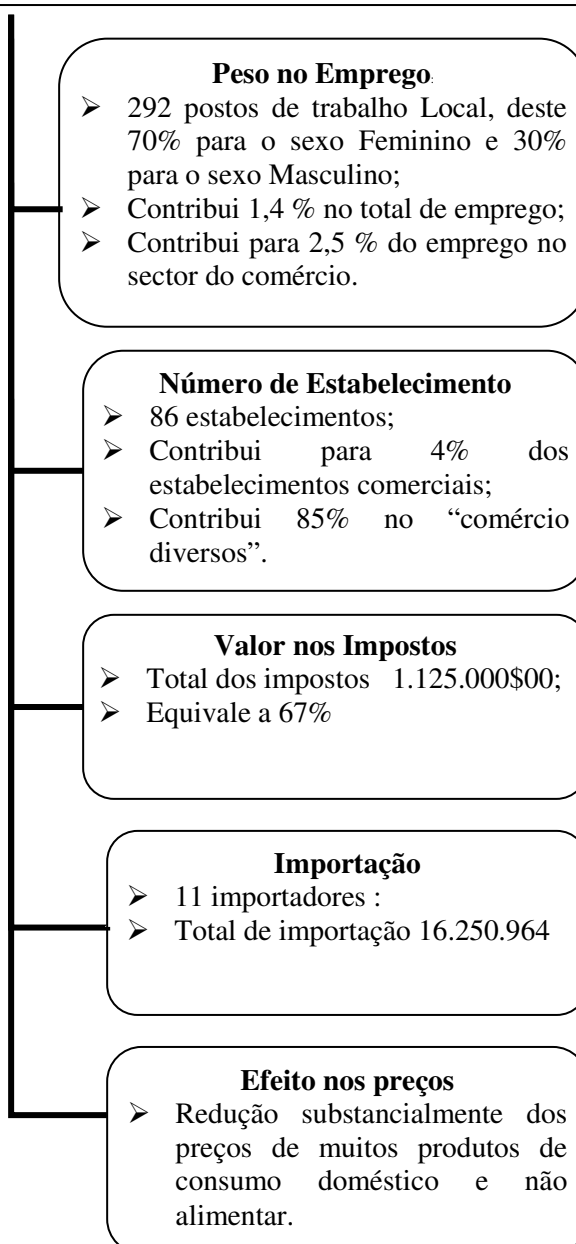
Em qualquer economia e em qualquer sector, quando há carência de produtos, isto significa preços mais elevados, o que tem efeitos sobre a redução dos compradores com a possibilidade de os adquirir. Caso se trate de bens da primeira necessidade, pode significar racionamento, provavelmente com longas filas de espera e com pouca variedade dos artigos que podem ser comprados. Aliás, como salientou o nosso entrevistado da Embaixada da RPC em Cabo Verde, “o grande objectivo da vinda dos chineses para o Arquipélago foi no intuito de estabilizar os preços e diversificar os produtos. Descobriram que o mercado tinha produtos a preços elevados e com muitas rupturas de stock, sabendo que a China tinha esses produtos e que podiam colocá-los cá a um preço baixo”. Acrescentou ainda “notava-se que era normal há mais ou menos 10 anos, encontrar filas de pessoas nas portas das lojas chinesas à espera para adquirir esses produtos, que muitas vezes eram posteriormente revendidos a preços ainda baixos. Ao descobrirem que no mercado Cabo-verdiano havia pouca competitividade e se praticavam preços muitas vezes exorbitantes, os comerciantes chineses aperceberam-se das oportunidades existentes, até porque o poder de compra local tem sofrido um crescimento paulatino, inclusivamente facilitado pelo processo de abertura iniciado em inícios da

década de 90. Tendo em consideração este quadro, apostaram no mercado cabo-verdiano, colocando os seus produtos a preços competitivos, no contexto de uma rede comercial que se foi tornando progressivamente mais densa e que se estendeu a todo o arquipélago, apesar da maior presença nas duas principais cidades – Praia e Mindelo. Ocorreu também uma diversificação do leque de produtos presentes no mercado, deixando de haver ruptura de stocks, como ocorria frequentemente no passado. Muitos preços baixaram e os produtos começaram a ficar mais acessíveis ao poder de compra da população Mindelense. Diversos são os exemplos práticos e concretos. É o caso de uma mochila que antes podia ser encontrada a 1.000\$00 e que agora é oferecida nos estabelecimentos chineses a preços que oscilam entre 200 e 300\$00; de uma televisão que antes custava 40.000\$00 e que passou a custar 20.000\$00 ou de um conjunto de toalhas de banho que custava 2.000\$00 e agora pode ser adquirido a metade do preço. Note-se que, para além dos preços mais elevados observados no passado, muitos destes produtos eram difíceis de encontrar em determinados períodos. Vários produtos que antes eram de difícil acesso, principalmente para as populações mais carenciadas (é de realçar que segundo o QUIBB de 2006, 82,2 % dos agregados familiares são considerados pobres), tidos como produtos raros e de luxo, designadamente televisão, rádio, mini - discos, DVDs, sofás, ventilador, entre outros passaram a ser mais acessíveis à generalidade da população. Conjugação preço/durabilidade/qualidade dos produtos chineses, reveste-se de uma grande dificuldade, porém não é impossível, uma vez que os chineses estão, dia após dia, a renovar os seus produtos tanto na qualidade como na diversidade.

Como disse uma São vicentina, agora “qualquer coitado pode dar um presente ao seu filho”, mesmo que esse presente dure pouco, acrescentando “a prenda em si não pode valer mas valerá para sempre o sorriso do nosso filho ao receber o presente, ao saber que a data ou o acontecimento não passou despercebido”.

A figura III, pretende demonstrar de forma sumária o que foi analisado neste sub capítulo referente às características, ao significado económico e aos efeitos do comércio chinês em São Vicente.

Figura III- Síntese Global das Características do Comercio chinês na Ilha



6.2 – PROPRIETÁRIOS CHINESES E EMPRESÁRIOS LOCAIS – PERSPECTIVAS RECÍPROCAS

Com a chegada dos comerciantes chineses mudou muito o tecido comercial Mindelense. Ao falar com os comerciantes locais sobre o que acham da vinda dos chineses para a cidade, a opinião diverge. A grande maioria é de opinião que eles constituem uma autêntica concorrência e uma pequena percentagem pensa que existe uma complementaridade.

Das afirmações obtidas através das entrevistas aos comerciantes locais nota-se, de uma maneira geral, que se sentem “atazanados” com a presença forte e crescente dos comerciantes chineses, verificando-se diversas falências que levam ao encerramento de portas. Posteriormente, estes espaços passam a ser ocupados por comerciantes chineses.

Há uma grande disputa entre os comerciantes locais e os chineses, no que se refere aos pontos estratégicos para abrir o negócio; os chineses acabam por pagar rendas avultadas, constituindo um autêntico "negócio de China" para os proprietários dos espaços comerciais. Muitos proprietários, já sabendo das rendas altas que são pagas por estes, reestruturam os seus espaços, muitas vezes pequenos, e alugam aos chineses, o que justifica a localização central das lojas chinesas no centro da cidade (Anexo XI).

A estratégia comercial dos chineses assenta na colocação dos produtos no mercado a baixos preços, sobrepondo-se este factor à qualidade. O importante para o comerciante chinês é ter capital sempre disponível para comprar novos produtos, mesmo com uma margem de lucro reduzida. Como nos adiantou um comerciante chinês “não me importo de ganhar um escudo num produto, desde que tenha um escudo de lucro”. A maneira como os comerciantes chineses encaram o lucro constitui uma diferença fundamental face aos seus concorrentes locais, sendo o preço (mais baixo) e não a qualidade, o principal factor da concorrência.

Outro aspecto relativo aos comerciantes chineses é que apresentam um horário mais ajustado à disponibilidade dos clientes¹²⁵.

Os comerciantes locais deverão ter uma visão mais abrangente e uma leitura muito mais pragmática sobre o mercado concorrencial. Foi o que sucedeu com os comerciantes chineses. Estes sabem que a população São vicentina gosta de novidades e se comporta consoante o produto, ora recuando, ora adquirindo, porque os clientes têm a noção de qualidade e, de algum modo, da relação desta com o preço. Embora não tenham valorizado este factor na fase inicial da sua instalação na ilha, os chineses actualmente primam não só pelo preço, mas também pela qualidade, o que não acontecia com as primeiras lojas que abriram.

É neste sentido que o comércio chinês tem conhecido um processo evolutivo que evidencia bem a sua importância para a economia da ilha que assenta, entre outros factores, no estabelecimento de uma relação estreita com o cliente e o grau de satisfação das necessidades por ele sentidas. A forma de actuação dos chineses no mercado está sujeita a constantes adaptações no sentido de se manter, no mínimo, ajustada. Presentemente, muitos Mindelenses vão a essas lojas porque há uma variedade enorme de produtos, conjugada com alguma qualidade e preços interessantes.

Os chineses tiveram que ser ousados, perceber e acompanhar as leis do mercado. Quando eles sentiram que estavam com a fama de que tinham produtos de pouca qualidade reagiram, quase que em simultâneo, começando a ter outros produtos, modernos e variados que podem ser encontrados nas *boutiques* locais e em outras lojas, como por exemplo roupas de senhora, homem e criança, artigos de beleza e decorativos. Estão atentos ao mercado no que tange às exigências do cliente e, é claro, à concorrência.

Durante a entrevista com a edil de São Vicente questionámos se o comércio chinês tem sido uma ameaça aos comerciantes locais. Ela

¹²⁵ Como já foi referido anteriormente os chineses fazem promoções, campanhas de saldos, oferecem brindes se o valor da compra o justifique e abrem os estabelecimentos fora das horas normais de expediente (aos fins-de-semana e feriados).

prontamente respondeu que tem sido uma concorrência, mas a vida sem concorrência não faz sentido. Acrescentou ainda que “ a concorrência tem sido leal”, uma vez que “se há quem paga os impostos são os chineses, por isso já existe legalidade total no processo, não são clandestinos, agora a concorrência é a concorrência! Compete aos locais, aos outros que estão cá, terem criatividade”.

E vai mais longe afirmando que “com a entrada de Cabo Verde na OMC como é que vai ser, uma vez que nos vamos reger com leis internacionais? Aí é que vai ser concorrência a 100%! Todos os operadores têm que estar preparados, as regras passarão a ser internacionais e em princípio não haverá proteccionismo nenhum do Estado e a concorrência não será só com os chineses, mas sim a nível mundial”. Agora, e segundo a edil, é “ cada um tem que *fincar canela*, cada um terá que ter criatividade”.

Todos os serviços do estado e das empresas terão que ser mais ligeiros, adiantou a presidente, e “esses desafios todos que nos põem, são desafios, que vão exigir de nós, porque senão, tudo isso que já ganhámos nesta diplomacia Cabo-verdiana, não será nada. Se nós não formos capazes ao nível da função pública de fazer uma reforma administrativa e ao nível da classe empresarial, ser ousado e não ter medo de correr risco”, tudo será uma perda de tempo.

Nota-se que, no entanto, muito recentemente, alguns importadores nacionais incluíram a China como país de importação (principalmente de brinquedos), visando “travar” a concorrência. No dizer de um comerciante local “não tenho medo da concorrência, uma vez que vou à China buscar algumas das mercadorias, beneficiando das reduções dos preços”.

Não é só de concorrência que vive o comércio chinês na ilha, há também a questão da complementaridade. Uma vez que os chineses, na mira de terem produtos de boa qualidade e a preços baixos, começaram a vender para além de produtos chineses, artigos provenientes de outras paragens, nomeadamente do Brasil, de Portugal e da CEDEAO (com destaque para o Senegal), como os cremes, as roupas íntimas, os

desodorizantes e os desfrizantes que são comprados nos comerciantes locais¹²⁶ e posteriormente revendidos. Os chineses também compram aos importadores (tanto nacionais como estrangeiros) de grande dimensão.

É de notar que, para os *rabidantes*, há também uma complementaridade relativamente aos chineses. Efectivamente, estes são "clientes práticos", que fazem grandes negócios a pronto pagamento. "Podem comprar-nos cinquenta contos de produtos e pagam na hora", precisa uma *rabidante*, "ao contrário do que acontece com muitos comerciantes locais que demoram muito tempo para pagar".

Seja como for, a forte presença dos chineses no mercado São vicentino, tem privilegiado particularmente o investimento no sector comercial e deve ser encarado como um facto normal, positivo e, pode-se mesmo dizer, necessário. Trata-se de um "facto social", que só é explicado pelas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, numa era de globalização económica de profundas e rápidas transformações, não obstante o medo de uns e de outros.

6.3 – PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO

Cabo Verde é um país insular, seco, de reduzida dimensão e com fracos recursos naturais. Apesar destes constrangimentos, regista um bom desempenho económico, que é assegurado em grande parte pela ajuda externa.

O bom desempenho económico de Cabo Verde é demonstrado pelos dados do FMI em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou de 0,717 em 2004 para 0,721 em 2005; a Esperança de Vida à Nascimento aumentou de 70 anos em 2004, para 70, 4 anos em 2005; o PIB *per capita*, expresso em termos de Paridade do Poder de Compra, aumentou

¹²⁶ Muitas vezes chamados de *rabidantes* (ver a definição na nota do rodapé número 91, da página 58).

de 5.000 para 5.214 dólares; a Taxa de Alfabetização de Adultos e a Taxa de Escolarização combinada mantiveram-se em níveis altos, entre os melhores em África. Com base nesses critérios, Cabo Verde classifica-se na categoria dos Países de Desenvolvimento Humano Médio, ocupando a 105ª posição em termos mundiais, posição já conseguida em 2004.

Cabo Verde tem sabido aproveitar e gerir os apoios que recebe de vários países. O exemplo disso é a cooperação estabelecida com a RPC¹²⁷.

Em termos jurídico-constitucionais, as relações de cooperação entre a China e Cabo Verde podem organizar-se em três blocos:

- Acordo de Cooperação Económica e Técnica, assinado em 1977;
- Acordo Cultural, assinado em 1982;
- Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em 1998.

Muito recentemente (Maio de 2007) foram assinados mais dois acordos ao nível da educação.

Como se pode ver, essa cooperação tem uma história de mais de três décadas, tendo-se iniciado a 25 de Abril de 1976, quase um ano após a independência do arquipélago, com o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Desde então, Cabo Verde tem recebido da China apoio económico e técnico, como a construção dos edifícios do Governo, nomeadamente o Palácio do Governo e a Biblioteca Nacional, habitações sociais em Palmarejo e Achada Grande (na cidade da Praia), ou a aquacultura no Mindelo.

A China construiu em 2005 a primeira barragem de Cabo Verde, na ilha de Santiago¹²⁸. Os dois governos estão a negociar a possibilidade de

¹²⁷ A República Popular da China tem sido um importante parceiro de desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em conta, não só, o número, mas também o impacto e a qualidade de acções de cooperação.

construção de outras barragens, infra-estruturas muito importantes para o arquipélago, uma vez que impedem que as grandes quantidades de água que correm nas ribeiras quando se registam precipitações significativas se percam no mar. Em análise está também a construção de um estádio de futebol, nos arredores da capital, uma unidade de cerâmica na ilha de Boa Vista e uma unidade de pesca industrial em São Miguel, no interior de Santiago.

Apesar de não ter exportado nada para o mercado chinês, Cabo Verde importou nos primeiros sete meses de 2005 bens chineses no valor de 1,6 milhões de euros (1,94 milhões de dólares), <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=259033&visual=26> 02 /02/08.

As relações entre a China e Cabo Verde parecem estar a atravessar o seu momento mais alto. A China¹²⁹ não só perdoou a Cabo Verde uma dívida de cerca de 4 milhões de euros, como também, em Janeiro de 2006, o Ministro de Negócios Estrangeiros Chinês, Li Zhaoxing, na visita efectuada a Cabo Verde, assinou um acordo de cooperação que inclui um empréstimo sem juros de dois milhões de dólares atribuído na área da Saúde¹³⁰ (http://www.vozdipovo-online.com/conteudos/cabo_verde/mne_chines: cabo_verde_e_exemplo_na_s_relacoes_com_africa/ 02 /02/08).

Várias perspectivas de investimento em carteira, a serem financiados pela China, incluem a governação electrónica, a construção de mais habitações sociais, bem como a introdução de máquinas para a inspecção aduaneira.

¹²⁸ É a primeira barragem construída no arquipélago, em Pilão Cão, no interior da ilha de Santiago, com o objectivo de reter as águas pluviais. É de salientar que esta barragem muito tem ajudado as populações dessa localidade em particular, uma vez que a agricultura é a principal actividade dessa população.

¹²⁹ Em 2000, foi criado o Fórum de Cooperação Sino Africano (FOCAC) que é um mecanismo de diálogo e cooperação do qual fazem parte a China e todos os países africanos com quem Pequim tem relações diplomáticas. Tem o lema “amizade, paz, cooperação e desenvolvimento”.

¹³⁰ Esse empréstimo era para completar o financiamento de dois projectos que neste momento já se encontram em funcionamento: a Central de Consultas e a Maternidade do Hospital Agostinho Neto, na capital.

A grande relação de amizade e cooperação entre os dois países, que vem de longa data, está a ficar mais abrangente, nomeadamente na área militar entre as duas forças armadas. Em Março de 2007, foi feita a primeira visita da delegação militar chinesa, com o objectivo de reforçar a cooperação técnico militar entre os dois países. Na visita, foi feita a actualização da assinatura de um Protocolo, que já existia, sobre a oferta de materiais militares gratuitos pela China, entre a Delegação do Ministério da Defesa Nacional (MDN) de Cabo Verde e a Delegação do Ministério da Defesa da China, ao qual foi atribuído um montante de 30 milhões de dólares (21,3 milhões de euros) <http://pagina-um.blogspot.com/2007/09/cabo-verde-e-china-intensificam-relaes.html>.

Em declaração à Agência Lusa (www.lusa.pt, 5/02/08, 15:30), o embaixador Cabo-verdiano na China, Júlio Morais, declara que Cabo Verde quer elevar a relação com a China a nível de parceiro estratégico, para aceder aos empréstimos comerciais da banca chinesa. Em Janeiro de 2006, o ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, Victor Borges, tinha já referido que Cabo Verde pretendia "sair da lógica da ajuda para uma parceria mais dinâmica" e manifestou o desejo de tornar o arquipélago "num destino interessante para o investimento chinês." Em termos de apoio ao desenvolvimento, Júlio Morais considerou que a cooperação chinesa é mais rápida que a de outros países, em especial no que toca aos grandes projectos de infra-estruturas.

Com o turismo a crescer a passos largos, Cabo Verde, não querendo ficar de fora, assinou em finais de 2007 um memorando¹³¹ de entendimento com a China que visa, precisamente, facilitar o intercâmbio turístico chinês com Cabo Verde¹³² (http://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2007/10/071022_cverdec

¹³¹ Até então, os principais turistas em Cabo Verde têm sido oriundos do continente Europeu. Porém, para o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, José Brito, com este gesto, Cabo Verde consegue diversificar o seu mercado.

¹³² Numa altura em que o turismo desponta actualmente como a principal actividade económica deste arquipélago.

[hinatourismofil.shtml](#), 08/02/08, 17 :00). Tal intercâmbio não deverá cingir-se apenas à ida de turistas chineses a este arquipélago, mas também incluir a construção de infra-estruturas turísticas. O turismo cabo-verdiano poderá passar a receber turistas da China, um mercado que, dada a sua potencialidade, se encontra actualmente na mira dos principais operadores turísticos mundiais.

No âmbito da última visita feita no ano passado à China, o Ministro da MECC, José Brito, destacou uma "nova etapa" de relacionamento que permitirá impulsionar as trocas comerciais hoje estimadas em 10 milhões de dólares, mas que são bastante superiores, já que Cabo Verde compra muitos produtos chineses através de países europeus, situação que poderá ser agora invertida através da importação directa, garantiu ao jornal *Liberal* de Cabo Verde, edição 67/2007. O ministro disse ainda que Cabo Verde está com um "ritmo elevado de crescimento não só da economia mas também de construção" e que os produtos chineses podem "responder" à dinâmica do desenvolvimento do país.

Difícil é quantificar o montante em investimento feito pela República Popular da China em Cabo Verde. No entanto, o site (www.mineduc.cv) do Ministério de Educação de Cabo Verde em 2006 apontou para uma média de 1,5 a 2 milhões de USD e acrescenta que há tendência para o aumento nos próximos anos.

No que diz respeito às perspectivas de investimento na ilha de São Vicente, há vários projectos através da cooperação central e municipal. Através da cooperação central há grandes projectos, sendo de destacar, nomeadamente, o que envolve a Cabnave, ligada às pescas. Assim, no decorrer do ano de 2007, o embaixador da China sediado no arquipélago, Wu Yuanshuan anunciou à agência Lusa que a sua embaixada e o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC)¹³³ estão a

¹³³ "A China tem também como estratégia a conquista dos mercados e não é segredo para ninguém que está interessada nos mercados Africano, Europeu e Americano", afirmou José Brito, acrescentando que "Cabo-Verde está no meio dos três continentes e poderá oferecer

trabalhar conjuntamente para que São Vicente se transforme numa das cinco zonas económicas especiais que o seu país quer criar em África. Acrescentou ainda que, enquadrado neste projecto, São Vicente deverá receber brevemente um centro de abastecimento de pesca, um dos principais projectos para a zona, que num primeiro momento se vai centrar na actividade piscatória. Esta cooperação entre os dois países está a intensificar-se cada dia e entre os projectos em carteira está a construção de zonas económicas especiais. “Estamos a trabalhar para converter São Vicente numa zona económica especial, mas num primeiro passo vamos realizar o projecto de construção de um centro de abastecimento de pesca”, referiu o embaixador.

Ao nível da cooperação local, durante a nossa entrevista com a presidente da Câmara Municipal de São Vicente, Dr.^a Isaura Gomes, questionámo-la sobre as perspectivas de investimento da China no município. A edil afirmou que “ao nível local já existe geminação e estão formados grupos para trabalhar nos dossiers de geminação para serem objectos de novos projectos de desenvolvimento da ilha”. A Câmara tem algumas áreas prioritárias para discutir no âmbito dessa geminação. Uma das áreas prioritárias é o ambiente, tendo um projecto de aterro sanitário que custa quase 200 mil contos cabo-verdianos, para desassorear todos os diques da ilha uma vez que estão totalmente assoreados o que, “ (...) quando chove, mesmo em pequenas quantidades, constitui um grande problema para os São vicentinos”. Outras áreas também são importantes nomeadamente as novas tecnologias, na área cultural, e a construção de alguns equipamentos desportivos, uma vez que “a China é um país com uma grande diversidade cultural e detentora de um *know-how* muito elevado neste domínio” acrescentou a edil.

à China uma base comercial e económico que vai ajudar o país a conquistar melhor este espaço”, adiantou, http://www.mundolusiada.com.br/ECONOMIA/econ254_dez07.htm 02/02/08

Ao nível do comércio, há também o projecto da construção de uma área exclusivamente destinada a essa actividade, como afirmou a presidente “prontifiquei em disponibilizar uma área bonita, fora da cidade, porque já não há espaço para fazer o comércio chinês”.

Os comerciantes chineses da ilha manifestaram, durante os inquéritos, o compromisso de expandir o comércio para outras zonas da mesma, de modernizar o tecido comercial e, para além disso, ponderam a possibilidade de enveredar por outras áreas nomeadamente a marcenaria, agências turísticas e informática (sendo essas duas últimas já uma realidade na capital do país).

Questionados sobre o porquê do não investimento em restauração, sendo este também uma das grandes especialidades deles, designadamente noutros países de destino, foram unânimes em afirmar que essa questão está fora de cogitação, pelo menos por enquanto, uma vez que para ter os produtos tinham que adquiri-los na China ou noutras paragens e quando chegassem à ilha já estariam danificados. Pensamos que os gostos alimentares dos Cabo-verdianos, os seus hábitos relativamente a comer fora e o seu poder de compra tenham pesado nesta decisão de não abrir restaurantes, que pode estar associada à percepção de uma procura frágil e ainda pouco consistente.

Completando este capítulo, podemos dizer que as relações económicas China Cabo Verde e, mais especificamente ao nível do comércio chinês, nos deparamos com três aspectos fulcrais:

- Uma Zona Franca/ Zonas Comerciais e ao nível da ilha de São Vicente a criação da *China Town*;
- Um interesse turístico;
- A facilitação da circulação de capitais.

VIII- NOTAS CONCLUSIVAS - Imigração, Comércio Chinês e Desenvolvimento Local em São Vicente

A concretização da nossa dissertação permitiu-nos tirar algumas ilações, mesmo que incompletas, sobre o fenómeno imigratório em Cabo Verde. Enquanto meros “aprendizes” de Desenvolvimento Regional e Local, tivemos a intenção de analisar a relação existente entre a Comunidade Imigrante em Cabo Verde e o comércio, dando ênfase à comunidade chinesa. Adicionalmente, procurámos perceber se a presença das actividades comerciais implementadas por estes comerciantes tinha algum impacto no processo de desenvolvimento de Cabo Verde e, em particular, de São Vicente.

O fenómeno imigratório Cabo-verdiano é bastante recente, uma vez que ao longo da História das ilhas, o seu grande marco tem sido a emigração. A imigração para Cabo Verde está ainda numa fase incipiente, mas tem conhecido algum crescimento no período mais recente, correspondendo os indivíduos provenientes do estrangeiro a uma proporção ainda pouco significativa da população residente no país - 2,5% da população total, segundo dados do Recenseamento da População de 2000 (INE).

Houve uma revisão da Lei nº93/III/90, de 27 de Outubro, que regulamentava a situação jurídica do estrangeiro no território nacional. Actualmente, esta situação é regulamentada pelo Decreto Legislativo nº6/97, de 5 de Maio, publicado no Boletim Oficial nº17, I Série.

Apesar de existir a lei que regulamenta a política imigratória no país, sobretudo no domínio da gestão de fluxos de entrada, concluímos que a política de imigração deverá ser integrada e abrangente, partindo de um consenso alargado sobre grandes princípios de imigração e promover a sensibilização, junto da opinião pública, de atitudes de abertura e tolerância face à diversidade. Só nesta medida será possível actuar, simultaneamente

e com maior eficácia, em articulação com outras políticas e, em particular, com a política de cooperação para o desenvolvimento.

Constatamos que a maioria dos estrangeiros residentes no arquipélago são provenientes dos países da CEDEAO, que é justificado pelo facto de Cabo Verde ser membro dessa Comunidade. Seguem-se os Cidadãos Lusófonos, em que Portugal se destaca com o maior número de imigrantes, isso devido às relações estabelecidas entre os dois países, não só económicas como também históricas.

No que se refere à distribuição geográfica dos imigrantes no arquipélago, denotamos que está claramente relacionada com os grandes centros urbanos. Praia, com 43% do total de imigrantes, e São Vicente com 18%, concentram a maioria da população estrangeira residente, encontrando-se os restantes 39 % distribuídos pelos outros concelhos do País. A Alfabetização e o Ensino Básico Integrado (EBI) é o nível máximo atingido pela maioria dos imigrantes (47,9%). Segue-se o Ensino secundário com 27%. Quase um terço dos imigrantes (12,2%) não possui qualquer nível de instrução, correspondendo a proporção dos que possuem ensino superior a 10,1%, valor não muito elevado, mas bastante mais significativo do que o observado entre a população cabo-verdiana residente.

Relativamente às principais ocupações dos imigrantes em Cabo Verde, conclui-se, de uma maneira geral, que as actividades comerciais, o ensino e a gestão de negócios (gerentes) assumem um certo destaque. Isto mostra que as actividades por conta própria têm um significado importante para a população estrangeira, tanto ao nível mais qualificado (ensino, gestão de empresas) e formal, que emprega bastantes europeus e asiáticos (chineses), como no domínio não contabilizado que inclui, por exemplo, os vendedores de rua provenientes da vizinha Costa Ocidental de África. Ao analisar a comunidade chinesa residente em Cabo Verde várias ilações foram retiradas. Trata-se de uma comunidade bastante recente (anos 90), que, de um modo geral, procura o arquipélago essencialmente por razões económicas.

Quantificar o número de chineses na ilha e no país é bastante difícil. Todavia, à semelhança do que se passa com os outros imigrantes em Cabo Verde, os chineses encontram-se concentrados nas ilhas de Santiago e São Vicente, ou seja nos dois principais centros urbanos do país.

Com base nos nossos inquéritos e no trabalho de campo, várias conclusões foram retiradas, no sentido de conhecer social e economicamente a comunidade instalada na ilha. Neste sentido, constatámos que se trata de uma comunidade pouco numerosa (110 chineses), jovem, com maior incidência do sexo masculino. O nível de escolaridade da nossa comunidade não é muito elevado, apresentando pouca diversidade/qualificação nos perfis profissionais e não existindo nenhum chinês com curso superior. Apesar disso, não encontrámos na ilha nenhum chinês analfabeto.

A actividade comercial é a ocupação dos chineses residentes em São Vicente. Dos 98 indivíduos chineses (dados do inquérito) com idade activa, 40 são proprietários dos estabelecimentos comerciais, ou seja, são patrões e os restantes 58 são empregados (nas lojas chinesas).

Constituiu-se nosso propósito analisar, em traços largos, se, de facto, o comércio chinês tem contribuído para o desenvolvimento local, entendendo o desenvolvimento para lá das questões meramente económicas. Assim, centrámo-nos em três pontos fulcrais: o emprego, o poder de compra e o nível cultural. Tomámos como referência a entrevista feita à presidente da Câmara Municipal de São Vicente e as ilações que resultaram do trabalho de terreno, analisado nos capítulos anteriores.

Ao interrogarmos se o comércio chinês tem contribuído para o desenvolvimento da ilha, estamos de acordo com a presidente da CMSV, que afirmou ser uma matéria bastante controversa. A presença dos chineses na ilha tem sido positiva. Em contrapartida, até então não têm contribuído para o desenvolvimento do país, salienta a edil, resposta com a qual estamos de acordo, se entendermos o desenvolvimento como um conceito integrado. Relembra-se que assumimos o desenvolvimento, não como um

conceito “confuso e de muitas conotações, com frequência repetido nos meios de comunicação social, nas conversas correntes, nos debates públicos, a ponto de ser tornado uma palavra-chave na opinião pública” (Esteva, 2000), mas sim um desenvolvimento abrangente e integrado.

Muitos são aqueles que associam o desenvolvimento a uma actividade que gera postos de trabalho. Se assim for, o comércio chinês tem contribuído para o desenvolvimento da ilha. Mas será que é destes postos de trabalho que a ilha e o país necessitam? Será que este é o preço que a ilha/país terá que pagar para o desenvolvimento? Não pretendemos responder a estas questões mas sim deixar pontos de reflexão para futuros debates.

De facto, os chineses têm gerado postos de trabalho, mas infelizmente mal pagos, em situações precárias e muito mal apoiados em termos legais (designadamente, o contrato de trabalho, inscrição no Instituto de Segurança e Providencia Social - ISPS). Segundo informações obtidas no trabalho de terreno, as exigências reivindicativas dos empregados dos estabelecimentos chineses são generalizadas e concordantes, uma vez que abrangem não só os funcionários na ilha de São Vicente, como também de outras ilhas (informações essas recolhidas ao longo do trabalho de campo em outras ilhas do arquipélago, nomeadamente Santo Antão e Santiago). Estes funcionários exigem a melhoria salarial, a regularização dos horários de trabalho, a proibição do trabalho nos dias feriados, a melhoria das condições de higiene, mais consideração por parte da entidade patronal e a inscrição no Sistema de Previdência Social.

Sabendo que não existe no país uma legislação sobre o salário mínimo, os patrões aplicam a remuneração que entendem. A esse respeito, a edil está de acordo que a situação desses empregados é preocupante, mas “quem de direito é que deve pôr a mão nessa matéria e quem é de direito é o governo e os sindicatos que estão nesta luta”, e remata que, de qualquer modo, são postos de trabalho, “eu prefiro que uma pessoa ganhe pouco do que não ganhem nada mas, todavia acho devem existir normas

que regulamentem o exercício da actividade laboral. Principalmente agora, que iremos ter o grau de autonomia de PDM, temos que ser mais exigentes”.

O desenvolvimento deve ser muito mais do que isso, deve associar-se não só ao aumento da eficácia ao nível económico, como também ao acréscimo de poder necessário para o exercício da cidadania. Apelando ao conceito de *empowerment*, considerado por Friedmann (1996:8), “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”, pode estabelecer uma ponte com o conceito de desenvolvimento local. Este, relembramos, deve ser entendido como um “processo para inclusão social e territorial, com uma dimensão de dinâmica endógena sustentada (não necessariamente exclusiva), a qual pode ser estimulada do exterior, implicando um percurso sentido (percebido) pela generalidade dos elementos de uma comunidade como melhoria intergeracional das condições de vida ” (Moreno, 2002:47).

Um aspecto mais positivo dos chineses na ilha, é o seu impacto no alargamento do poder de compra, ou seja, oferecem produtos mais consentâneos com a capacidade de aquisição da maior parte do povo São vicentino. “O comércio chinês permitiu que toda a população pudesse ter na sua casa um sofá que era caro antigamente, pudesse dar a cada filho uma *barbie* mesmo que fosse uma pseudo *barbie*, pudesse vestir-se, ter um par de sapatos. Havia pessoas que só começaram a usar sapatos com os chineses. Porque de facto são produtos acessíveis, não são produtos de grande qualidade, é claro, mas lá está a relação custo/benefício/preço/durabilidade, é uma relação que existe em todos os produtos”, afirmou a edil. Associado ao poder de compra, o comércio chinês alargou o poder de escolha dos Mindelenses. Com a variedade de produtos que agora foram colocados no mercado, é mais fácil escolher aquilo que melhor lhes convém. Associou duas coisas fundamentais, o gosto e o bolso, uma vez que, como já foi referido, na ilha 82,2 % dos agregados familiares são considerados pobres.

Aliás, a edil já se tinha prontificado com o anterior embaixador chinês em disponibilizar uma área bonita, fora da cidade, uma vez que esta já está saturada, só para instalar o comércio chinês, “não há nenhuma cidade do mundo em que não haja uma *China Town*”, declarou.

Para a edil, o comércio chinês trouxe outra vantagem que se prende com o alargamento dos contactos com uma nova comunidade. “Esta ilha nasceu do porto e todas as cidades que nascem do porto são cidades abertas. Nós já tivemos japoneses na pesca, tivemos coreanos e chineses para nós já não nos eram estranhos, pelo menos em matéria de fisionomia, são todos do continente asiático”. É sempre agradável ter uma comunidade diferente porque incentiva a diversidade e promove o intercâmbio cultural.

Mas os chineses residentes na ilha estão a transmitir essa cultura? Esta foi uma questão que levantámos à edil, uma vez que eles se caracterizam como uma comunidade fechada e silenciosa. A edil acabou por explicar que “já levantei essa questão para que os chineses residentes consigam transmitir um pouco mais da sua cultura, que é muito rica e avançada em vários aspectos”.

A nossa expectativa é que a geminação acabada de assinar entre São Vicente e *Zhe Jiang*, contribua, de facto, para uma inter-culturalidade entre esses dois povos. As relações entre a comunidade chinesa e os cabo-verdianos poderão sofrer uma outra evolução, outros estímulos, ou mesmo apoios para que possam manifestar-se as valências todas ao nível cultural e desportivo.

De um modo geral, a presença dos chineses tem sido positiva, como é positiva em qualquer parte do mundo. Porém, muito falta fazer para que de facto contribua para o desenvolvimento da ilha. Sabemos que é uma comunidade florescente mas a ilha não precisa de um desenvolvimento apenas centrado na esfera económica e negligente noutras dimensões, outrossim de um desenvolvimento que, no dizer de Abreu (1995:12), diz respeito a “todos os aspectos de vida das sociedades” no intuito de melhorar as “condições de vida” da população. Segundo esse mesmo autor, esse

processo só se concretiza quando simultaneamente ocorrem duas situações: O aumento do nível de vida da população, traduzido pelo crescimento do respectivo rendimento e consequentemente do acréscimo da acessibilidade aos bens e serviços e a qualificação do ambiente natural, social e cultural dos espaços de vida dessa população.

Sendo assim, só devemos assumir que os chineses instalados na ilha de São Vicente contribuem para o desenvolvimento local se, e só se, tiverem um impacto positivo nos vários domínios supracitados.

O Quadro (XIX), que se segue, pretende sinteticamente fazer um cenário do contributo do comércio chinês na ilha de São Vicente.

Quadro XIX - Comercio Chinês e o Desenvolvimento Local na Ilha de São Vicente			
Dimensão do Desenvolvimento Local		Contributos dos comerciantes chineses	
		Positiva	Negativa
Económica	Emprego	++ (volume)	- (condições de trabalho)
	Unidades comerciais	+	- (aumento das rendas)
	Preços	++	
	Consumo	++	
Cultural			--
Relações Sociais		+	-
Ambiente Natural		Não analisado	Não analisado

Assim, sintetizando, o comércio chinês tem contribuído de uma forma muito positiva na criação de emprego, nos preços e no consumo e de forma positiva nas unidades comerciais. Já ao nível das condições de trabalho, o contributo tem sido desfavorável (algum desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, falhas nos registos para e previdência social), sendo ainda mais negativo ao nível cultural, uma vez que, como já referimos, se trata de

uma comunidade muito fechada e a relação que até então eles têm estabelecido com a população local restringe-se a relações meramente comerciais. No que se refere ao ambiente natural, não podemos caracterizar nem pela positiva nem pela negativa, uma vez que esta dimensão não foi objecto de análise no nosso estudo, para além de não lhe terem sido feitas quaisquer referências durante as entrevistas que efectuámos.

Servindo de fecho à nossa investigação, podemos dizer que esta nossa dissertação deve ser entendida como uma introdução a outros estudos referentes esta temática. Ao longo da sua realização foram surgindo novas perguntas, bem como novos possíveis temas de investigação, como, por exemplo: as características do comércio informal praticado pelos imigrantes da CEDEAO e o seu peso na economia ou o estudo comparado dos vários grupos de imigrantes que se dedicam ao comércio. A par desses tópicos será interessante estudar os Acordos de Cooperação entre Cabo Verde e os outros países lusófonos, PALOP nomeadamente Portugal, uma vez que possuem ligações também históricas. Será igualmente pertinente estudar as dinâmicas organizativas dos imigrantes em Cabo Verde, especialmente os da CEDEAO, uma vez que se trata de uma comunidade relativamente numerosa, analisando as suas estruturas e dinâmicas organizacionais, bem como as suas reais participações sócio-políticas.

Em suma, existe uma infinidade de caminhos passíveis de serem trilhados e acreditamos que ficou a semente, uma semente que, na prática, levou algumas centenas de horas a confeccionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Diogo (1995) "*Padrões de desenvolvimento local - o Maciço Calcário Estremenho*"; in *Actas das 5as Jornadas Sobre Ambiente Cársico - Encontros Mediterrânicos do Caso*, Porto de Mós, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- ALBAGLI, S.(1999), "*Globalização e Especialidade*" In: Cassiolato, Eduardo et al (org.), *Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*.Brasília.IBICT/MCT.
- ALDRICH, H. e WALDINGER, R. (1990), "*Ethnicity and entrepreneurship*", in *Annual Review of Sociology*, volume 16.
- AMARO, R. R (1990) "*Desenvolvimento e injustiça estrutural*", in *Communio*, nº 5, Lisboa.
- AMARO, R. R (1991) "*Lógicas de especialização da economia portuguesa*", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 10, Lisboa.
- ANDER-EGG, Ezequiel (1982), "*Metodología y Práctica del desarrollo de la Comunidad*", México, El Ateneo.
- APTER, David E. (1987), "*Rethinking development: modernization, dependency and postmodern politics*", Beverly Hills, Sage Publications.
- BEBIANO, J. B. (1932), "*A geologia do Arquipélago de Cabo Verde*", Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. XVIII, Lisboa.
- BEINE, M., DOCQUIER, F. e RAPOPORT, H. (2002), "*Brain Drain and LDC's Growth: Winners and Losers*", Center for Research on Economic Development and Policy Reform, Working paper nº 129.
- BELL, Colin e NEWBY, Howard [1982 (1971)], "*Community Studies. An introduction to the sociology of the local community*", London, Georges Allen & Unwin.
- BENKO, G. (1999) "*A Ciência Regional*", Oeiras, Celta.
- BIROU, Alain (1982), "*Dicionário das Ciências Sociais*", Publicações Don Quixote, 5ª edição.
- BLACK, Jan Knippers (1991), "*Development in Theory & Practice*", Bridging The Gap, Westview Press, Boulder, San Francisco, and Oxford.

BURNS, C, HAMBLETON, R, HOGGET, P (1994), "*The Politics of Decentralisation*", Macmillan.

CAMPANI, G. Carchedi, F. e Tassinari, A. (a cura di), (1994), "*L'immigrazione silenziosa. Le comunità cinesi in Itália*", Edizioni della fondazione giovanni Agnelli, Torino.

CARREIRA, António, (1997), "*Migrações nas ilhas de Cabo Verde*", Lisboa, Universidade Nova.

CASTLES, S. (2000), "*International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century*". Global Trends and Issues, International Social Sciences Journal, UNESCO, no. 165, pp. 269-281.

CASTLES, Stephen e MILLER, MARK J. (2003), "*The age of Migration: International Population Movements in the Modern World*"^{3rd} ed. London: Macmillan Press.

CHISWICK, B. (2000), "*Are Immigrants Favorably Self-Selected?*", in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge.

COHEN, R. (1993), "*Notions of Diáspora, Classical, modern and Global, comunicazione presentata al convegno emerging trends and Major Issues in Migration and Ethnic Relations in Western Europe*", Seminário internazionale organizzato dall' UNESCO- CRER, Radcliff House, 5-8 november 1993.

DEGEN, R. J. (1989), "*O Empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial*", 8ª edição, São Paulo, Makron.
Desenvolvimento, Guia para o conhecimento como poder, Petrópolis, Vozes. (pp. 59-83)

DORNELAS, José C.A. (2001), "*Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios*", Rio de Janeiro, Editora Campus.

ESTEVA, Gustavo (2000). "*Desenvolvimento*." In Sachs, W, *Dicionário do*

FERNANDES, João Luís Jesus (2004), "*TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E ÁREAS PROTEGIDAS - A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros -*", Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

FERREIRA, J. M. Carvalho, PEIXOTE, João, CARVALHO, Anabela S., RAPOSO, Rita, Graça, João Carlos, MARQUES, Rafael (1995), "*Sociologia*", Editora MCGRAW- Hill de Portugal Limitada.

FONSECA, Maria Lucinda (1990), "*População e Território - Do país a Área Metropolitana de Lisboa*", in *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, nº 14, Lisboa.

FONSECA, Maria Lucinda (2004), "*Migrações e Território. Programa*", Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FRIEDMANN, J. (1996), "*Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo*", Oeiras Celta Editora.

GASPAR, Jorge, (1981), *A área de influencia de Évora. Sistemas de funções e lugares centrais*.

GOMES, A. Mota e RODRIGES, R. L. (1997), "*Protecção civil provocada pela erupção vulcânica de 1995 na Ilha do Fogo – o serviço de Protecção Civil, A erupção vulcânica de 1995 na Ilha do Fogo*", Cabo Verde, Lisboa, IICT.

GRASSI, M., *Género* (2001), "*Empresariado e desenvolvimento em contextos não ocidentais: rabidantes do mercado Sucupira em Cabo Verde*", Lisboa, ICS.

HEISLER, B. (2000), "*The Sociology of Immigration – From Assimilation to Segmented Integration*", from the American Experience to the Global Arena, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge.

HORTA, Ana Paula, MALHEIROS, Jorge M. (2006), "*Social Capital and migrations' political integration: The case study of capverdean associations in the greater Lisbon áreas*", in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, pp. 143-147.

Ilídio do Amaral (1986) considera o arquipélago a fronteira atlântica do Sahel.

JACKSON, J. A. (1991), "*Migrações*", Escher, Colecções Sociológicas.

KEELY, C. (2000), "*Demography and International Migration*", in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge.

KLOOSTERMAN, J., RATH, J. (2001), “*Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored*” in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, volume 27, nº2, Abril, pp. 189-201.

KNIPPENBERG, Luuk e SCHUURMAN, Frans (1994), “*Blinded by Rainbows: Anti- Modernist and Modernist Deconstructions of Development*”, in Schuurman, Frans J. (Ed), *Current Issues in Development Studies: Global Aspects of Agency and Structure*, Nijmegen Studies in *Development and Cultural change*, NICCOS, Vol. 2, Saarbrücken.

KORTEN, D. (1990), “*Community management: Asian Experience and perspectives*”, West Hartford.

KRITZ, Mary M., and KEELY, Charles B. (1981), “*Introduction, In Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*”, eds, Mary M. Kritz, Charles B. Keely & Silvano M. Tomasi, Ann Arbor, UMI.

KURATO, Donald F., HODGETTS, Richard M. (1989), “*Entrepreneurship: A Contemporary Approach*”, The Dryden Press.

LEWIS, G. J. (1982), “*Human migration. A Geographical Perspective*”, London, Croom Helm.

LIGHT, I. E., GOLD, S. (2000), “*Ethnic economies*”, San Diego e Londres. Academic Press.

Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da cidade do Mindelo (1994), República de Cabo Verde

MACHADO, F. L. (1993), “*Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização*”, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Actas do colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal, Lisboa: Ed. Fragmentos, pp. 407-414

MALHEIROS, Jorge M. (2001), “*Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*”, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MASSEY, D. (2003), “*Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century*”, comunicação apresentada na Conference on African Migration in Comparative Perspective, Junho 2003; Joanesburgo.

MONTEIRO, A. (2004), “*As iniciativas de desenvolvimento local e a diversidade das suas orientações*” in *Cidades Comunidade e Territórios*, nº 8, Lisboa, CET – Centro de Estudos Territoriais, ISCTE.

MONTEIRO, César A. (2001), *"Recomposição do espaço social cabo-verdiano"*, prefácio do Dr. Onésimo Silveira, Edição do Autor, São Vicente, Cabo Verde

MORENO, Luís (2002), *"Desenvolvimento Local em meio rural: caminhos e caminhanças"*, Lisboa, FLUL, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana.

MORRIS, M. (1998), *"Entrepreneurial intensity: sustainable advantage for individuals, organizations and societies"*, London, Quorum.

MSHANA, Rogate, R. (1992), *"Insisting upon People's Knowledge to Resist Developmentalism: Peasant Communities as Producers of Knowledge for social Transformation in Tanzania"*, Verlag fur Interkulturelle Kommunikation, Frankfurt.

OLIVEIRA, C. (2003c), *"Estratégias Empresariais de Imigrantes em Cidades Portuguesas"*, working Paper disponível em <http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=168>.

OLIVEIRA, Catarina (2005), *"Empresários de Origem Imigrante - Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal"*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.

PECQUEUR, Bernard (2000), *"Le développement local"*, Paris, Syros.

PETERSON, Willian, 1996 [1959], *"A General Typology of Migration, In Theories of Migration"*, ed. Robin Cohen, Chatenham, Edward Elgar.

PIMENTEL, Dulce (1999), *"Mobilidade geográfica e desenvolvimento regional [Texto policopiado]: o caso da Beira Interior Sul"*, Dissertação de Doutoramento, apresentado à FCSH- UNL, Lisboa.

POROS, M. (2001), *"The role of migrant networks in networks in linking local labour markets: the case of Asian Indian migration to New York e London"*, in *Global Networks* vol. 1, 3.

PORTES, A. (1995), *"Economic Sociology and the Sociology of Immigration: a Conceptual Overview"*, in: A. Portes (ed.), *"The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship"*, New York: Russel Sage Foundation.

PORTES, A. e ZHOU, M. (1999), *"Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants e African Americans"* in F. Bean e S. Bell- Rose (eds.), *Immigrations and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, New York: Russell Sage Foundation.

PORTES, A., MAINNING, R. (1986), "*The Immigrant Enclave: Theory and Empirical examples*", in S. Olzak e J. Nagel (eds.), *Competitive Ethnic relations*, Orleão e Londres: Academic Press Inc.

PORTES, Alejandro e József BÖRÖCZ (1989), "Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation", *International Migration Review*, Vol. 28, Nº 3.

PRYOR, Robin J. (1981), "*Integrating International and Internal Migration Theories*, in *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*", ed., Mary M. Kritz, Charles B. Keely e Silvano M. Tomasi, Ann Arbor, UMI

RATH, J. (2002a), "*Needle Games: a discussion of Mixed embeddedness*", in J. Rath. (ed.), *Unravelling the Rag Trade. Immigrant Entrepreneurs in seven World Cities*, Oxford, New York, Berg.

REKERS, A., e KEPMPEN, R. (2000), "*Location matters: Ethnic entrepreneurs and the spatial context*", in J. Rath (ed.), *Immigrant business, the economic, political and social environment*, Londres: Macmillan Press, Ltd.

ROCHA -Trindade, Maria Beatriz (1995), "*Sociologia das Migrações*", Lisboa, Universidade Aberta.

ROURKE, K. e SINNOTT, R. (2003), "*Migration Flows: Political Economy of Migration and the Empirical Challenges*", Trinity College Dublin Economic Papers, no. 20036, pp.1-37.

SALAT, J., SINGLETON, A. (1995). "*International migration: data availability*", in Van der Erf and Heering.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), "*(Org) Globalização: fatalidade ou utopia*", Porto, Edições Afrontamento

SCUMPETER, J. A. (1984), "*The Theory of Economic Development*", trad. R. Opie da 2ª Edição Alemã (1926), Cambridge: Harvard University Press.

SEMEDO, José Maria (1998), "*Le Cap-Vert, un archipel du Sahel*", in *Découverte Des Îles Du Cap- Vert*, Archives Historiques Nationales (Cap-Vert), pp.27- 45.

SHRESTHA, N. (1987), "*Institutional Policies and Migration Behavior: A Selective Review*", in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

SILVA, Francisco Lopes da Silva (1999) in editorial de *Mindelo Cidade Morabeza*, PBS/ Câmara Municipal de São Vicente, Mindelo.

SIMON, Gildas, 1995, "*Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*", Paris, PUF.

STAUDT, Kathleen (1991), "*Managing Development: State, Society and International Contexts*", Sage Publications, London.

TEIXEIRA, António José Da Silva, BARBOSA, Luís Augusto G. (1958), "*A agricultura do arquipélago de Cabo Verde, Cartas agrícolas - Problemas agrários*", Ministério do Ultramar, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

TRIGO, Virgínia (2003), "*Entre o estado e o mercado: Empreendedorismo e a Condição do Empresário na China*", Lisboa, Ad Litteram.

TROPMAN, J. E. e MORNINGSTAR, G. (1989), "*Entrepreneurship Systems for the 1990's*", Nova Iorque: Quorum Books.

WALDINGER, R., ALDRICH, H e WARD, R. (1990), "*Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies*", Sage Publications.

WARE, Caroline (1986), "*Estúdio de la Comunidad*", Buenos Aires, Humanitas.

ZAPALSKA, M. e EDWARDS, W. (2001), "*Chinese Entrepreneurship in a Cultural and Economic Perspective*", in *Journal of Small Business Management*, 39 (3).

INTERNET- Principais sites consultados

http://dn.sapo.pt/2006/07/25/internacional/imigracao_vigiada_cabo_verde.html, 18:00

<http://pagina-um.blogspot.com/2007/09/cabo-verde-e-china-intensificam-relaes.html>.

<http://portal.unesco.org/education/en/filedownload.php/e0c940c4d1e625a0870d7161030b3a33> Cap+Vert_part1.doc

http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_verde#Geografia

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=259033&visual=26>

<http://www.agenciabissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1160>

http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2007/10/071022_cverdechinatourismofil.shtml, <http://www.mundolusiada.com.br/ECONOMIA/econ254dez07.htm>

<http://www.ic.cv/Word/DiasporaNumeros.doc> (Instituto das Comunidades de Cabo Verde)

<http://www.mundolusiada.com.br/ECONOMIA/econ254dez07.htm> 02/02/08

http://www.vozdipovo-online.com/conteudos/cabo_verde/mne_chines: cabo_verde_e_exemplo_nas_relacoes_com_africa/

www.africainfomarket (projecto da Câmara de Comércio das Canárias com África.)

www.asemanaonline.cv (jornal de Cabo Verde)

www.gov.cv (Governo de Cabo Verde)

www.iefp.cv (Instituto de Emprego e Formação Profissional)

www.ine.cv (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde)

www.iseg.utl.pt/cesa (Centro de investigação científica do ISEG-
Universidade Técnica de Lisboa)

www.lusa.pt (Agência Lusa de Portugal)

www.mineduc.cv (Ministério da Educação de Cabo Verde)

www.portugalcaboverde.com (Câmara de Comércio Indústria e Turismo
Portugal Cabo Verde)

www.sned.pt (Sociedade de Empreendedorismo e Desenvolvimento
Económico de Portugal)

FONTES ESTATISTICAS

SEF

INE

- Censos (1990 e 2000)
- Contas nacionais (2000 e 2002)
- Migrações (2000)
- QUIBB – CV (2006)

PNUD, (2004), Relatórios de Desenvolvimento Humano.

ONU, Relatórios de 2004 e 2006

BCV, Relatórios de 2004 e 2006

MAAP-CV (2004), Recenseamento Agrícola

TELECOM (2003), Relatório

LEGISLAÇÕES

Lei nº18/II/82

Lei nº93/III/90

Decreto-Lei nº 74/95

Decreto -Lei nº6/97

Decreto-Lei nº 1/99

Decreto -Lei nº5/99

Outas:

República de Cabo Verde (1984), Linhas Gerais Da História Urbano da Cidade do Mindelo.

ANEXOS